

Um traço que mais me toca ao longo dessa caminhada de lutas sindicais, é a lembrança da convivência fraterna com tantos companheiros e companheiras, como por exemplo:

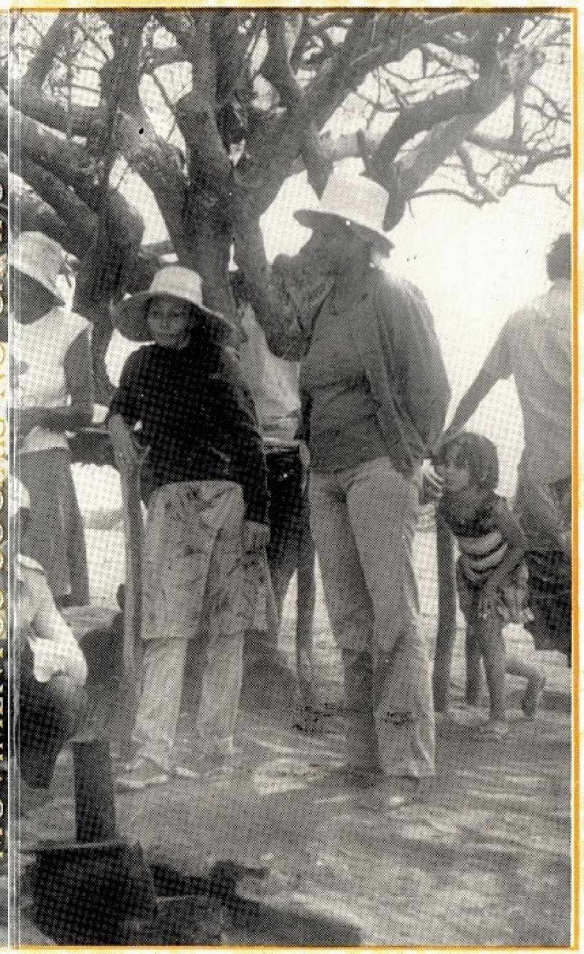
- Margarida Maria Alves, Maria da Penha do Nascimento Silva;
- Manoel da Conceição, Lula;
- Cisinho, autor deste livro.

Dentro da diversidade de situações e desafios enfrentados pelo mundo sindical, tento fazer memória de uma caminhada particular: a das lutas dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Região do Cariri Paraibano.

Luiz Silva

IMPRELL

MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO



MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

O CASO DO STR DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO/PB

(Trajetória política do dirigente Luiz Silva)

Francisco de Assis Batista

MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO:

O CASO DO STR DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO/PB

(Trajetória política do dirigente Luiz Silva)

Francisco de Assis Batista

Capa e Programação Visual
Imprell Gráfica e Editora

323.381
B333 m Batista, Francisco de Assis.
Movimentos Sociais no Campo: o caso do S. T. R. de São Sebastião do Umbuzeiro/PB (Trajetória política do dirigente Luis Silva). / Francisco de Assis Batista.-João Pessoa: Imprell, 1997.
184 p.
1. Lutas de classes - camponeses
2. Conflito social
3. Luís Silva
UFPB/BC.

IMPRELL GRÁFICA
Editora Ltda.
Rua Duque de Caxias, 79 - Centro - João Pessoa / PB
☎ (083) 222.4305

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 07

PREFÁCIO 09

INTRODUÇÃO 13

PARTE I: ***Cariri Ocidental: Uma Região marcada pela seca e pelo descaso do Poder Público Governamental*** 15

CAPÍTULO I: *Políticas Governamentais a serviço do coronelismo, da indústria da seca e do capitalismo no campo.* 17

CAPÍTULO II: *Latifúndio:* Suporte para Especulação 25

PARTE II: ***O Sindicato como uma ferramenta de lutas, num espaço de contradições*** 35

CAPÍTULO I: *Surge um Sindicato no contexto Social Coronelista* 37

CAPÍTULO II: *A Cultura Coronelesca* 49

CAPÍTULO III: *O Processo de Reconhecimento do STR de S.S. do Umbuzeiro* 55

CAPÍTULO IV: *Um Sindicato supostamente contra a "Revolução de 1964"* 61

CAPÍTULO V: *A influência do Sindicato de São Sebastião do Umbuzeiro na organização dos Trabalhadores Rurais nos municípios de São João do Tigre e Camalaú* 65

CAPÍTULO VI: *Fundação do Sindicato de São João do Tigre* 71

PARTE III: *Lutas Sociais em outras esferas da realidade* 73

CAPÍTULO I: *Luta pelo direito à saúde* 75

CAPÍTULO II: *A luta pelos direitos trabalhistas* 89

CAPÍTULO III: *Um testemunho da exploração no meio rural* 97

CAPÍTULO IV: *Acionando na Justiça os Chefes Políticos e maiores latifundiários do município* 111

CAPÍTULO V: *As perseguições* 115

CAPÍTULO VI: *A solidariedade dos padres redentoristas* 123

CAPÍTULO VII: *Rompendo o conservadorismo da estrutura sindical* 129

CAPÍTULO VIII: *Participação do sindicato de S.S. do Umbuzeiro na fundação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU* 133

CAPÍTULO IX: *Participação na 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT)* 143

CAPÍTULO X: *Exercício de Parceria do STR de S. S. do Umbuzeiro com outras instituições* 149

PARTE IV: *Articulando a Ação Sindical à Luta Política* 161

Fundação do Partido dos Trabalhadores - PT 163

PARTE V: *Elementos para uma avaliação* 169

Um período de crise e a retomada das atividades 171

CONCLUSÃO 175

BIBLIOGRAFIA 181

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho, desde o surgimento da idéia, o Professor Álder Júlio Ferreira Calado deu seu crédito de confiança, incentivo e apoio. Por vezes deixando suas atividades, porém sempre nos reservava um espaço de seu tempo para orientar, sugerir e incentivar a continuação destas anotações.

Foi conhecendo o compromisso do professor Álder Júlio com o resgate de nossa história, de nossa cultura que buscamos seu valioso apoio, e o encontramos com toda sua boa vontade. Sua contribuição foi de real valor, pois sem ela este trabalho sem dúvida não seria concluído.

Outro apoio significativo foi o do Padre João Jorge Rietveld, vigário de nossa paróquia, também comprometido na caminhada dos humildes, na luta por melhores dias. Contribuiu com tudo aquilo que estava dentro de suas possibilidades para que este trabalho se realizasse.

Esta pessoa é antes de tudo um amigo: sempre nos encontramos para conversar sobre diversos temas, principalmente a cultura do nosso povo. Durante este trabalho, nossas conversas foram constantes, debatendo, procurando explicações para determinados fatos, etc. Desta forma o valor de sua contribuição torna-se difícil de aferir.

A estas pessoas meus sinceros agradecimentos.

O Autor

PREFÁCIO

Diversos são os motivos da alegria que experimento, ao responder ao honroso convite para prefaciar este livro, Movimentos Sociais no Campo. O caso do STR de S. Sebastião do Umbuzeiro (Trajetória política do dirigente sindical Luís Silva), de autoria de Francisco de Assis Batista, mais conhecido como Cisinho... Um dos primeiros desses motivos diz respeito ao fato de se tratar de uma feliz iniciativa, esta da recuperação histórica de uma caminhada coletiva de lutas, de resistência e de esperança.

O povo trabalhador, especialmente o trabalhador rural do Cariri paraibano, ao ler este livro, vai sentir-se honrado de sua condição de sertanejo, vai sentir-se orgulhoso de sua capacidade de resistência coletiva. Vai reconhecer-se nas páginas do livro como protagonista, como co-autor desse relato, como um dos inúmeros fios que atravessam, compõem e dão sentido ao tecido social, no cotidiano das lutas sociais do Cariri paraibano.

Não é comum que os que constroem a história sejam também os que a escrevem. E aqui está outro fator que se torna para mim importante motivo de alegria. Estamos cansados de ouvir outros contando coisas que nós fizemos, e das quais outros, e não os verdadeiros protagonistas, aparecem como autores e beneficiários exclusivos, ao contrário da Utopia do Reino relatada no Livro do Profeta Isaías:

"Construirão casas e nelas habitrarão, plantarão roças e comerão seus frutos. Ninguém construirá para outro morar, ninguém plantará para outro comer" (Is 65, 21-22).

Se se leva mesmo a sério a natureza dessa lógica, e fazendo-se uma analogia ao caso de como e por quem é escrita a História, vai-se sentir que ela faz uma grande diferença. Basta ver o quê normalmente contam os livros escolares, por exemplo, sobre a história dos nossos municípios. Quem faz o quê?

Nem é preciso recorrer às conhecidas indagações de Bertolt Brecht, para se ter uma idéia de como a

historiografia oficial costuma ocultar ou omitir a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras comuns de suas páginas... Aí aparecem quase somente nomes das pessoas "graúdas": coronéis, prefeitos, delegados, juízes, médicos, membros das famílias tradicionais: "O município X foi fundado pelo Capitão Fulano de Tal, no ano de..." No entanto, quando perguntamos sobre quem foi mesmo que cuidou de alimentar e de vestir o povo do campo e da cidade; sobre quem foi que construiu as casas, as escolas, os hospitais, as estradas, as igrejas, quase não se vê nome de agricultor, de costureira, de pedreiro e de tantos outros trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade

Neste livro, contudo, quem relata é parte viva da história, é alguém que trata de "dar nome aos bois". É alguém que tem autoridade ética para dizer, como a personagem indígena da poesia de Gonçalves Dias: "Meninos, eu vi!" Nele, os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Cariri se reconhecem como personagens vivas, porque são protagonistas da história relatada. Com isso, lendo o livro, a memória vai sendo exercitada. E convém não esquecer a força mobilizadora da memória...

Pode-se imaginar a sensação forte que experimentarão os jovens do meio rural da região do Cariri (e os da cidade também!), ao adquirirem um conhecimento mais elaborado de tantas histórias de sofrimento, de lutas, de resistência, de solidariedade, de companheirismo, de idealismo, de serviço comunitário, de sensibilidade religiosa. Com certeza, terão motivos de sobra para continuarem firmes, a enfrentarem as lutas e desafios do presente, inclusive fazendo justiça à memória de seus pais e avós, cuja capacidade de luta e reistência hoje deve servir-lhes como fonte de inspiração mobilizadora, ainda que devam fazê-lo com instrumentos e meios próprios ao enfrentamento dos desafios atuais.

Outro ponto alto do livro é a recuperação de importantes traços da trajetória político-sindical do líder Luís Silva, toda uma vida de dedicação à causa dos trabalhadores rurais. Trajetória rica e cheia de episódios atestando a qualidade e o extraordinário alcance da atuação lúcida, corajosa e serena de um camponês cuja pouca escolaridade nunca o impediu, sem deixar o meio rural, de intervir com desenvoltura e brilhantismo nas situações mais embaraçosas até para diplomados

Guardando e respeitando os bons princípios legados pelas gerações passadas, as novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras rurais vão sentindo a necessidade de incorporar e administrar dados novos que a realidade nos coloca, hoje. Por exemplo, nos inícios do sindicalismo rural na região, seria demais pedir dos membros da diretoria sindical que tivessem mais cuidado com a situação específica das mulheres. Hoje, as novas gerações de sindicalistas, ao mesmo tempo que recolhem os ensinamentos transmitidos de luta, de resistência e de fidelidade aos interesses dos trabalhadores, tratam de associar a essas preocupações, outros desafios novos a enfrentar, tais como:

- assegurar condições para que, a exemplo de Margarida Maria Alves, Maria da Penha do Nascimento Silva, Elizabete Teixeira e outras, as mulheres participem mais diretamente da vida sindical, não como tarefeiras, mas como parceiras igualmente envolvidas nos espaços de decisão;
- aprofundar os mecanismos de democratização ao interno da vida sindical (transparência das regras do jogo, sob o controle democrático das bases, na administração das finanças, na participação nos espaços de decisão, nas várias instâncias, na descentralização, no rodízio dos membros de diretoria, etc.);
- garantir uma agenda permanente de formação para os sindicalizados, principalmente os membros da base, assegurando participação de representantes espalhados nas diversas áreas de atuação do sindicato;
- prosseguir no esforço de estabelecer vínculos orgânicos com a Universidade, ONGs, e principalmente com os movimentos populares. E tantos outros desafios...

Por falar em articulação com a Universidade e outras forças da sociedade civil, vale a pena destacar aqui dois registros: um relativo ao corajoso apoio dos padres redentoristas à causa dos trabalhadores rurais da região do Cariri paraibano; e outro relativoà UFPB, ou mais precisamente: a alguns de seus professores. Como é comovente relembrar, como o faz o Autor deste livro, a

reconhecida contribuição de alguns professores universitários (Vanderlei Amado, Neide Miele, Regina Novaes, Roberto Novaes, Leoncio Camino, dentre outros...) e alguns estudantes (Roberto Veras, Antônio Barbosa, Fábio Gutemberg, Roberval, Rildo, entre outros) à causa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Desde a leitura das primeiras páginas, percebe-se facilmente a densidade do trabalho: a pertinência e atualidade temáticas, a acuidade das análises, a qualidade dos dados recolhidos, a intimidade do Autor com os fatos relatados...

Lendo atentamente a rica trajetória protagonizada pelos trabalhores e trabalhadoras rurais, especialmente os mais ligados à caminhada de lutas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, pude recordar com prazer alguns encontros de que, morando então em Arcoverde - PE, ia participar, ora em Monteiro, ora em Camalaú (em companhia do Prof. Antônio Mariano, do meu compadre João de Deus), ora em algum sítio próxmo a São Sebastião do Umbuzeiro (em companhia de Luís, de Hamilton), no final dos anos 70/começos dos anos '80, e ainda recentemente (1995), quando da realização, em Monteiro (junto com Luís Silva, representando a CUT, o próprio Cisinho e outros companheiros), de um Encontro de organização sindical de servidores públicos de municípios do Cariri.

Estou certo do profundo alcance social que livros como este apresentam, na medida em que, escritos por quem acompanhou ou viveu na pele o relato, vão retornar às mãos de seus protagonistas, de modo a ajudá-los a exercitar cada vez melhor sua memória histórica, e a potenciar sua capacidade organizativa e transformadora.

João Pessoa, 19 de junho de 1997.

Alder Júlio Ferreira Calado
Prof. da UFPB. Membro do Grupo de Pesq. Educ. e Mov.Soc.

INTRODUÇÃO

A história de nossa região é uma história de luta, de resistência. Esta resistência vem de longe, desde nossos antepassados indígenas, principalmente os Cariris e demais que palmilharam esta terra enfrentando e resistindo a sanha do colonizador. Estes bravos guerreiros, legítimos donos da terra, enfrentaram numa luta desleal a família portuguesa Oliveira Lêdo. Antônio de Oliveira Lêdo, a custo de sangue indígena, funda à margem esquerda do rio Paraíba o Arraial de Boqueirão, e a partir daí vai exercer pela força a dominação dos indígenas inconformados com o saque e com a expropriação.

É no desenrolar desta história, nem sempre contada, que vemos os mais desfavorecidos se organizarem para resistir aos novos dominadores, com seus novos métodos e maneiras mais sutis. Nesta seqüência de lutas é que vamos encontrar também, a exemplo da Confederação dos Cariris, a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais do Cariri, imbuídos do mesmo propósito de garantir a sobrevivência e a dignidade de um povo.

A história oficial foi sempre escrita e contada pelo dominador, ou seja, pela classe dominante. Por isso, muitas vezes nos sentimos alheios a esta história, onde só encontramos louvores às famílias tradicionais, como se nosso passado não existisse, levando-nos a crer que dela não fazemos parte. É, portanto, com o propósito de não esquecermos que também somos construtores de nossa história, que escrevemos estas anotações, a partir do resgate dos acontecimentos da luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro.

PARTE I

CARIRI OCIDENTAL: UMA REGIÃO MARCADA PELA SECA E PELO DESCASO DO PODER PÚBLICO GOVERNAMENTAL.

CAPÍTULO I

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS A SERVIÇO DO CORONELISMO, DA INDÚSTRIA DA SECA E DO CAPITALISMO NO CAMPO

A Paraíba, como se constata pelo mapa da fome elaborado pelo IPEA, é o 2º estado do Nordeste com o maior índice percentual de pessoas indigentes sobre o total da população rural, ou seja, 72%. É também o estado onde se encontram 4,82% dos miseráveis do Brasil. Em termos quantitativos ultrapassa Sergipe (1,39%), Alagoas (2,63%), Piauí (4,78%) e Rio Grande do Norte, sendo superado pelos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, dada a alta superioridade populacional destes em relação à Paraíba.

Esta realidade comprova o descaso do poder público, e comprova a serviço de quem está este poder, motivo pelo qual se dá a ausência de um projeto de desenvolvimento direcionado ao pequeno produtor e ao trabalhador rural, que de fato atenda às suas necessidades para que possa produzir, comercializar, tendo acesso a terra, ao crédito e assistência técnica, pressupostos fundamentais para se fixar o homem no campo, com condições para sobreviver dignamente do seu trabalho, onde possa alimentar-se sem ter que mendigar as sobras dos senhores que concentram a riqueza e o poder em suas mãos.

Essa desigualdade é ocasionada pelo sistema capitalista, onde as políticas (econômicas ou sociais) são direcionadas aos detentores dos grandes capitais, parasitas conscientes desta realidade por eles tão explorada.

Se a nível de Nordeste ou de estado, a realidade não é nada animadora. Em piores condições encontra-se a micro-região do Cariri Ocidental, onde esta situação de miséria agrava-se ainda mais, fruto de uma política de desenvolvimento direcionada aos grandes proprietários e detentores do poder econômico, patrocinada pelos órgãos governamentais.

Em 1993, esta região foi manchete de jornais, não por obras realizadas pelos governantes, nem tão pouco por projetos apresentados que viessem a amenizar o drama da miséria da região, mas por uma trágica realidade: a CUT, através da imprensa, denunciava que na zona rural da cidade de Monteiro, pessoas estavam morrendo de fome (por inanição), chegando a tal ponto o desespero, que uma mãe oferecia seus filhos a quem pudesse dar a eles um bocado de feijão e arroz, para não vê-los morrer de fome.

Outra manchete da Folha de São Paulo chamava a atenção do Brasil para o drama do Cariri Ocidental, quando mostrava mães de famílias que nada tinham para comer com seus filhos e netos, nem sequer água, tendo que deslocar-se a uma distância de quatro quilômetros para apanhar um pouco d'água em uma cacimba cavada no leito seco do rio, enquanto havia outras mães cuja única solução encontrada era colocar seus filhos para dormirem, para que os mesmos não sentissem fome...

A miséria e a fome chegaram ao ponto de estudiosos afirmarem que a subnutrição atingia índices semelhantes aos da Somália, comparação por demais realista, levando-se em consideração alguns fatores como a mortalidade infantil que atingiu o astronômico índice de 151 óbitos em cada mil crianças de até um ano de idade, enquanto a Somália registrava um índice de 122 por mil

(89-90). A renda per cápita também contribui com a semelhança: segundo dados divulgados pelo Conselho Regional de Economia da Paraíba, nossa renda per capita anual era de US$ 118,00, enquanto a Somália apresentava uma renda de US$ 150,00 (1990).

Se, por um lado, a população sofria com esta realidade dramática e desumana, por outro, também não era poupada pelos predadores políticos acostumados a lucrarem em quaisquer circunstâncias. Várias denúncias foram feitas pela CUT e populares de irregularidades cometidas por políticos e representantes de órgãos públicos, quanto à discriminação e desonestidade no processo de alistamento nas frentes de emergência e campanha de distribuição de alimentos.

É diante deste contexto que podemos afirmar que Otomar de Carvalho acertou quando disse: " A seca é obra humana, engendrada em gabinetes de ar condicionado".

É triste constatar que meio século depois que Josué de Castro rasgou o véu que encobria o fenômeno da fome, esta ainda seja tão presente e vivenciada por milhões de pessoas em nosso país.

Aqui no Cariri Ocidental, é como se existisse um pacto de silêncio entre os governantes municipais e estaduais, para não transparecer a fome, a dependência e as falcatruas, num meio que ainda fechado à opinião pública, à prática da discussão dos problemas e aos movimentos sociais.

Aqui tudo tem um preço, e a moeda corrente mais valorizada é o voto. É com o voto que o homem paga suas dívidas com o chefe político, aquele que lhe faz uma consulta médica, lhe dá medicamentos, faz a "operação" de sua esposa e demais serviços prestados como se fossem favores, posto que mesmo esses profissionais já sendo remunerados por seus serviços, através dos órgãos governamentais que os contratam, a maior parte ainda é debitada na conta do humilde, excluído socialmente, que sem uma visão crítica da realidade em que vive, não lhe

resta alternativa a não ser cair nas malhas da rede do chefe político, que sem nenhum escrúpulo nem ética, toma-lhe o bem mais importante que lhe resta: a dignidade.

Candidatos a deputados, senadores e governadores, compravam a preço alto aos chefes políticos locais ou recebiam por "favores" os votos negociados dos chamados currais eleitorais da indústria política do poder do latifúndio. Realidade esta explicitada em seus pormenores por José de Souza Martins em seu livro Os camponeses e a política no Brasil, onde faz uma abordagem sucinta sobre as relações de patronagem no meio rural.

Não é admissível que um povo que tanto trabalha e luta pela sobrevivência, enfrentando dificuldades diversas, não tenha condições sequer de alimentar-se, enquanto uma minoria de privilegiados vivem da opulência, demonstrativo da ausência de uma política de distribuição de renda, característica do sistema capitalista que torna o rico cada vez mais rico à custa do pobre cada vez mais pobre.

A maioria dos "grandes homens", como querem ser reconhecidos, tem sua grandeza avaliada pela sua habilidade de mascarar esta realidade, e de engendrar formas de garantir a dependência social, que é o solo úmido e propício para sua cultura e ascensão política.

Os governantes representantes deste sistema, que administram sem levar em consideração que a maioria da população não tem sequer o que comer para manter-se viva, não possui autoridade ética nem moral, para reivindicar um voto de confiança deste povo, pois é pura falácia sua retórica de igualdade, de democracia e de honestidade, quando ao seu lado homens, mulheres e crianças são ceifados pela fome, são corpos negociáveis, contados por cabeça/voto, animais fechados em seus currais eleitorais.

Elogios e honrarias sempre foram direcionados a estas famílias tradicionais que com esta prática, sempre estiveram no poder, consideradas como benfeitoras da comunidade e responsáveis pelo desenvolvimento dos municípios e região.

É comum, na maioria das cidades do Cariri, encontrarmos ruas e praças com nomes precedidos pelo título de Coronel...Coronéis que enriqueceram e prosperaram, beneficiados com o auxílio dos braços de seus trabalhadores, e demais pessoas que, de uma forma ou de outra, compunham a coletividade, uma infinidade de anônimos que através do trabalho, foram os responsáveis legítimos pelo povoamento e desenvolvimento desta região.

*

* *

Voltando a destacar alguns traços geográficos da área estudada, vale assinalar que o espaço geográfico do Cariri Ocidental do Estado da Paraíba tem clima tropical semi-árido e um índice pluviométrico que varia entre 250m a 500mm, é componente do polígono das secas do nordeste brasileiro.

A micro-região é composta de 12 municípios: Ouro Velho, Serra Branca, São José dos Cordeiros, Livramento, Taperoá, Sumé, Prata, Congo, Camalaú, Monteiro, São João do Tigre e São Sebastião do Umbuzeiro.

Os 10 municípios mais pobres do Brasil estão localizados nesta micro região, conforme constatação de uma equipe de professores do Centro de Tecnologia de Engenharia de Produção da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa.

Basta ver os índices de indigência da população desses municípios, apresentados pelo Conselho Regional de Economia, da Paraíba, no seu Relatório intitulado "A Fome Hoje", elaborado em maio de 1993:

São João do Tigre 67,8%
Serra Branca 70,6%;
Congo 71,6%
Taperoá 72,2%

Ouro Velho 72,6%;
Sumé 76,0%
Livramento 79,4%
Monteiro 80,5%
São José dos Cordeiros 86,0%;
São Sebastião do Umbuzeiro 88,3%
Prata 88,7%
Camalaú 91,1%

Não sendo exceção à regra, esta-micro região sofre o mesmo drama da seca e do descaso por parte das autoridades frente aos problemas sócio-econômicos do Nordeste. Sabe-se, portanto, que o flagelo da seca não é o único fator responsável por este quadro de miséria, é mais um agravante entre tantos outros, como: a estrutura fundiária, a relação capital e trabalho, a falta de uma política social mais humana, etc.

A brutal concentração fundiária é um fator relevante neste contexto. Permanecendo sem nenhuma mudança em sua estrutura, é impossível pensar em desenvolvimento e justiça social, uma vez que é a base sobre a qual se ergue todo o sistema de exploração e desigualdade no campo.

A região é predominantemente composta de pequenos produtores rurais, responsáveis pela maior parcela da produção agrícola, que mesmo enfrentando a baixa densidade pluviométrica e a irregularidade das chuvas, lutam por produzir principalmente para o sustento familiar, enquanto o excedente, quando acontece, é destinado à comercialização.

Diversas são as dificuldades enfrentadas para se obter uma produção satisfatória. Em primeiro lugar, falta o empenho por parte do governo que torne acessível o financiamento, a tecnologia e assistência técnica condizente com a realidade do pequeno produtor. Planos governamentais existem, mas destinados aos grandes latifundiários. Prova disso são os projetos financiados pelos órgãos governamentais desenvolvidos nas grandes propriedades.

Ocorre, porém, que grande parte destes recursos é destinada a outras atividades, e quando aplicados nestas grandes propriedades não têm efeito produtivo, como também não garantem emprego permanente. Exemplo disto é a fazenda Floresta, da empresa Tamoio, no município de Camalaú, beneficiária de recursos da SUDENE e que atualmente (1996) se encontra na relação das grandes propriedades improdutivas da região. Por outro lado, os investimentos dos programas governamentais, como o Projeto Canaã, do governo Wilson Braga, nos anos 80, na construção de açudes públicos, entre eles, José Tourinho em Camalaú, Pocinhos e Poção em Monteiro, Santo Antônio em São Sebastião do Umbuzeiro, foram construídos sem nenhum programa de utilização das áreas úmidas para agricultura e produção familiar. Ocorre que todas estas áreas atingidas foram indenizadas pelo Estado, mas continuam nas mãos de seus ex-donos, enquanto centenas de famílias destes municípios encontram-se nos bolsões de pobreza nas periferias destas cidades. Fato inclusive observado por Carlos Garcia em seu livro O que é Nordeste Brasileiro: *"Hoje, o semi-árido nordestino tem milhares de açudes, e a fome, a sede, a miséria, enfim, o flagelo, são os mesmos das secas do período colonial"*.

O modelo de desenvolvimento implementado nesta região foi por demais excludente, pois não levou em consideração a potencialidade existente dos diversos setores produtivos, dando ênfase total aos grandes proprietários que, através da política de créditos rurais nos bancos oficiais, foram os únicos beneficiados, enquanto os pequenos produtores, em sua grande maioria, ficaram desassistidos, quando muito recebendo migalhas insignificantes e de forma aleatória, uma vez que uma grande parcela sequer chegou a ter cadastro nos bancos, por não possuir a quantidade de terras mínimas exigidas. Alguns pequenos produtores que obtiveram financiamento, serviram apenas para "justificar" por parte do governo que o pequeno produtor estava sendo contemplado...

Ora por não possuírem a quantidade de terras mínimas exigidas, ora por não possuírem título de propriedade registrada - índice que atinge cerca de 70% dos pequenos proprietários - e também por falta de uma política de regula-

rização fundiária voltada ao setor dos pequenos produtores, o certo é que estes ficaram à margem dos Projetos Governamentais. As exigências legais e a burocracia dos órgãos oficiais determinaram a exclusão deste setor dos programas que, em princípio, a estes deviam ser destinados.

A ausência de crédito ao pequeno proprietário da região semi-árida não é fato novo. Em 1981, Malaquias Batista Filho cita em relatório ao CNPq, que 90% dos empréstimos destinados à agropecuária beneficiavam as propriedades a partir de 200 hectares.

Os pequenos produtores desta região são os mais desassistidos, se comparados com outras micro-regiões do estado, tendo em vista não ser considerada como área prioritária de programas governamentais tais como: Pólo Nordeste, PIN-Proterra, Programa de Apoio aos Pequenos Produtores (PAPP), etc.

Mesmo nos anos de pluviosidade regular e produção satisfatória, a situação não se ameniza, pois enfrenta mais um agravante: a queda dos preços no mercado, uma vez que inexiste uma política de proteção ao preço do seu produto, sendo desta forma obrigado a enfrentar, em condições desiguais, um mercado extremamente competitivo, onde não lhe resta alternativa a não ser vender por um preço inferior ao daquele pelo qual adquiriu na época do plantio, por vezes para saldar dívidas contraídas, principalmente em razão de dinheiro tomado a juros altos, dada a inacessibilidade ao crédito, nos órgãos oficiais.

As instituições financeiras como Banco do Brasil e Banco do Nordeste, se estruturam nos lucros do capital concentrador local. Por isso, prestam os melhores serviços e assistência aos grandes proprietários e comerciantes regionais.

CAPÍTULO II

LATIFÚNDIO: SUPORTE PARA A ESPECULAÇÃO

Sempre foi prática dos grandes proprietários especularem com o capital retirado dos bancos em forma de empréstimos privilegiados, sob o pretexto de desenvolverem a produção agrícola ou pecuária. Prática que se tem consolidado, graças à omissão ou mesmo conivência dos agentes financiadores.

Estes latifundiários, ao receberem os valores dos empréstimos, passavam a agiotar com taxas superiores às cobradas pelos bancos, emprestando por vezes até mesmo aos pequenos proprietários que, sem acesso aos bancos, se sujeitavam a tal prática por necessidades diversas.

Malaquias Batista Filho, discorrendo sobre a problemática do crédito rural ao pequeno produtor, faz a seguinte observação:

" é certo que, afora o crédito oficial, as famílias rurais contariam com formas dissimuladas de custeio, como o fornecimento por conta, a compra antecipada da produção e outros mecanismos menos usuais. Trata-se, no entanto, de operações que, ainda quando legais, tornam-se lesivas ao pequeno produtor, na medida em que comerciantes e intermediários trabalham na base da usura creditícia, onerando o valor do dinheiro emprestado bem acima das margens de lucro da rede bancária". (Subsidio para uma política de extensão rural - 1987).

Quando visitados por fiscais dos agentes financeiros para comprovar o destino do capital, se realmente tinha sido aplicado conforme objetivo declarado no projeto, usavam de vários artifícios. Se o objetivo do projeto era o financiamento da compra de bovinos, juntavam o rebanho pertencente a familiares e vizinhos, e apresentavam como se deles fosse o rebanho. Se o capital recebido se destinasse à agricultura, não hesitavam em apresentar como sua a plantação dos moradores de sua propriedade, como também de meeiros, que não moravam na propriedade, mas ali trabalhavam, que além de serem explorados na relação de trabalho, serviam de suporte para benesses dos exploradores...

Diversas vezes esses empréstimos foram perdoados, apelando-se para o argumento de a região ser atingida pela seca. Recorrendo, assim, ao expediente de tomar a seca como pretexto, grandes proprietários beneficiavam-se, por um lado, através da prática ilícita da agiotagem e, por outro, também pelo perdão da dívida contraída. Vale ressaltar que, mesmo agraciados com o perdão do governo, não ocorria o mesmo com aqueles que dele tomavam por empréstimo, pois tinham por obrigação, de uma forma ou de outra, saldar o total do empréstimo contraído.

As vantagens obtidas por estes latifundiários não acontecem só no tocante à questão creditícia, mas em todo e qualquer projeto que se destina à região. Parece ironia, mas suas terras são sempre as melhores e atendem a todos os requisitos necessários, quando se trata de construção de açudes, barragens, poços artesianos, etc. Basta ver que mais de 75% dos açudes do Nordeste localizam-se em propriedades privadas, conforme constatação de Dirceu Pessoa (Política Fundiária no Nordeste ,1990).

O latifundiário não limita suas atividades econômicas à especulação da terra. Ele exerce outros ramos de atividade no meio econômico: dentre eles não são pou-

:os os proprietários de supermercados, de postos de ;asolina, de farmácias, enfim, estão também inseridos :m vários outros setores, detendo desta forma o poder :conômico e, em decorrência deste, o político.

Muitas verbas destinadas à agricultura e pecuária e outros projetos de âmbito rural, foram utilizadas para :xpansão dessas atividades, uma vez que também em-)regavam para compra de mercadorias, com fins de es-oque de seus estabelecimentos comerciais, até porque, :m época de inflação alta, o lucro era certo e gordo. E, :omo para esta "casta", o que conta é o lucro, não havia)portunidade melhor, uma vez que, sem trabalho nem riscos, encontravam um meio mais fácil de aumentar seu patrimônio às custas do dinheiro público.

Por um lado, era desonesto não aplicar o dinheiro para seus devidos fins, por outro também o era, pois como comerciantes, era raro aquele que não sonegasse os impostos das mercadorias compradas, prática tão conhecida e tolerada no Brasil e na região, principalmente quando se trata de uma figura de projeção na sociedade. Se, por ventura, algum fiscal ousasse cobrar os devidos impostos, ou multas sobre as mercadorias contrabandeadas pelos chefes políticos ou seus protegidos, seria imediatamente transferido para outro município...

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

Terra e poder sempre mantiveram uma intensa ligação harmoniosa, e o latifundiário, com o surgimento dos Municípios, é o primeiro a explorar as prefeituras. Daí por diante, exercerá o controle da estrutura pública, como também da coletividade.

A propósito, as escrituras de terras eram feitas sem medidas e limites definidos. Dividiam-se as terras em partes, se algum pequeno ou médio proprietário tivesse a

desventura de ser vizinho de um latifundiário, corria um sério risco de ver sua área invadida através de cerca, a mando do latifúndio. Se houvesse resistência, acionava-se a polícia, por vezes os mesmos jagunços que agiam com perseguições, torturas e mortes.

Na ganância pela terra, mortes misteriosas aconteciam, e assim, muitos pequenos e médios proprietários perderam suas terras para estes coronéis. Prova disto são as marcas de cercas e casas, até hoje existentes nas "mangas" (grandes áreas cercadas) abandonadas por trabalhadores rurais e suas famílias, na época.

O poder de mando que o coronel tinha em sua propriedade sobre aqueles que dele dependiam diretamente, como vaqueiros, moradores, rendeiros, etc. , vai se ampliar a todo o Município, após sua investidura nos cargos públicos. Como em sua propriedade (latifúndio), ele é o senhor absoluto que determina tudo o que deve ser feito, não admitindo ser por vezes questionado nem por familiares, como esposa e filhos, assumindo assim, uma postura patriarcal, comum na sua época e região, não vai ser no poder municipal que acontecerá a metamorfose. Muito pelo contrário, sua administração só reforçará a sua prática senhorial, acentuando-se com o caráter legal que o cargo lhe propicia.

Forma-se, então, em torno desse chefe político, uma "casta parasitária" de controladores dos recursos públicos, ocupando os diversos cargos na administração municipal, distribuídos entre familiares e protegidos. Daí por diante vão exercer sobre a população um controle e vigilância constantes, meta primeira para garantir a posse do poder.

Os órgãos estaduais e federais que por ventura tiverem representação no município, são motivo de brigas e desavenças, mesmo dentro da mesma facção partidária, no momento de escolherem quem vai assumir tal cargo; os critérios básicos levantados são, em primeiro lugar, a quantidade de votos que aquela família detém e o

grau de subserviência ao chefe político, e assim sucessivamente vão sendo preenchidas as vagas, à medida que vão surgindo escolas, hospitais, cartórios e demais órgãos públicos, etc.

Essas pessoas, ao assumirem tais cargos, comprometem-se, a partir de então, a prestar contas unicamente ao chefe político que as nomeou, e seu posicionamento administrativo frente a esta instituição será de acordo com as normas ditadas por este chefe, não tendo, portanto, qualquer autonomia administrativa, tornando-se desta maneira um marionete ventríloquo, executor das ordens recebidas e sempre cumpridas fielmente.

A coisa pública deixa de ser pública, e passa a ser posse de uma facção político-partidária, distribuidora de "favores" em troca de votos, instrumentalizada assim para fins eleitoreiros, fazemdo surgir e mantendo, desta forma, os tão famosos currais eleitorais.

Com a posse desses órgãos públicos, os chefes políticos mantêm uma opressão constante sobre a população, dado o estado de carência e miséria em que se encontram, sendo facilmente manobrados, de acordo com seus interesses.

SAÚDE PÚBLICA: UMA QUESTÃO DE VOTO.

Entre os órgãos governamentais existentes, os ligados à área de saúde são os mais cobiçados, dada a importância que têm de coagir a população. Montou-se desta forma um complexo sistema de distribuição de favores, onde envolveram-se cabos eleitorais, vereadores, prefeitos e até deputados, senhores absolutos em meio à miséria dominante.

Envolvido por este sistema tão desumano, o homem, que naquele momento necessita de um atendimento

médico para si ou familiares, fica confuso face aos supostos direitos existentes tão divulgados e à realidade concreta, onde tudo se torna difícil, inacessível. Instala-se então um sentimento de impotência e desespero, diante de tanta burocracia e dificuldade, e, sem alternativa, só lhe resta mendigar e bater à porta do chefe político, geralmente o próprio médico.

A temática da saúde nesta região nunca foi vista inserida e dependente do contexto sócio-econômico, até porque, ao se assumir este questionamento pela área médica e governamental, em termos de pôr em prática não só a cura mas a prevenção, isso iria transparecer para a sociedade outros temas de cunho social, razão pela qual não é do interesse do Estado que esta realidade venha à tona, e que há muito tempo vem sendo ocultada e escamoteada pelos governantes e até profissionais da área, sendo preferível, portanto, debater a questão em termos quantitativos, tais como: números de hospitais, postos médicos, gabinetes dentários, número de atendimentos, etc. Método este utilizado para justificar seus projetos de administração, sendo desta forma facilmente aclamados pela população, que, prisioneira de uma visão fragmentada da realidade, se torna alvo fácil e massa moldável para referendar, através do voto, o projeto da classe dominante.

Mesmo na ótica dos órgãos de saúde que vêem o homem como desligado da realidade social, onde na maioria dos casos a doença é a fome, ou conseqüência desta, o atendimento não chega a contemplar satisfatoriamente, nem mesmo levando em consideração seus próprios critérios. É fato comum nas cidades onde existem hospitais, principalmente nas cidades menores, a figura do médico ainda ser coisa rara, geralmente o plantão é dado uma vez por semana, e em tempo recorde consultam o máximo de pacientes possíveis, restringindo-se assim à assistência a uma simples consulta. Se o caso for de maior gravidade e necessitar de exames ou de outras

intervenções médicas, não tem como escapar do esquema do poder do chefe político, para encaminhá-lo a um determinado hospital, pagar ou conseguir, através de suas relações, que se façam exames ou outros procedimentos necessários.

Origina-se, desta maneira, um relacionamento de dependência muito forte e pessoal, entre aquele que no momento necessitava de assistência e o político que o "serviu" , sendo muito difícil daí por diante quebrar este vínculo, dada a concepção de favor a que o homem é condicionado.

A maneira com que o homem é tratado, quando procura os hospitais, é antes de tudo humilhante. Se o número a ser atendido, por desventura, já tiver sido atingido, a alternativa é retornar no dia seguinte, mais cedo, numa paradoxal situação em que a enfermidade deve aguardar a disponibilidade do médico, ocorrendo desta forma uma inversão de necessidades.

O arquétipo do médico nesta região assume nuances singulares. O médico não é visto unicamente como um profissional da saúde, é o "doutor" , homem de estudo, influente na sociedade, geralmente oriundo de famílias tradicionais influentes, econômica e politicamente, em meio à pobreza, à ignorância e à dependência. Quando o necessitado chega a sua presença para ser atendido, ali a sua frente não está só o médico, mas o filho de um potentado conhecido, de um chefe político respeitado, é a personificação própria de uma hierarquia social, de maneira que o homem, naquele momento, não está mendigando simplesmente um atendimento médico, mas mendigando clemência, mesmo que inconsciente ante uma estrutura econômica e social que gera a desnutrição crônica, apatia, emagrecimento, cegueira, cáries dentárias, mortalidade infantil, atraso de crescimento e ...o coronel doutor por eleição.

A maioria dos profissionais da saúde responsáveis pela cura dos males - geralmente derivados da condição

de miserabilidade regional - deixam muito a desejar, na qualidade do atendimento prestado, ou seja, com relação à maneira de tratar o paciente, quando atendem em hospitais da rede pública. O homem é visto como uma coisa, que naquele momento precisa de um conserto. A rapidez no atendimento é surpreendente, já se tornando folclórica a postura destes profissionais, como bem exprime o dito popular: " nem pra gente olha".

Nesta região onde a miséria é regra e não exceção, a máxima capitalista que afirma que "tempo é dinheiro", há muito superou o juramento de Hipócrates.

Inspirando-se nesta realidade, o poeta repentista canta a dor do povo, sabe mais que ninguém exprimir em versos e rimas o sentimento popular. É percebendo este sentimento, que brota de sua capacidade artística e da realidade concreta, poesia como

Observando eu senti
O drama nos hospitais
Pra uns faltando assistência
Pra outros tempo demais
Que até na hora da morte
Os homens são desiguais

Todo médico quer saber
Quando o rico está doente
Mas quando o pobre seinterna
Não liga pra o paciente
Que burguês capitalista
Não sabe que pobre é gente.

A temática da saúde é ponto nevrálgico na estrutura do poder, é praticamente impossível dissociar o controle da rede pública hospitalar do controle político.

Salvo as exceções, os hospitais regionais ou

conveniados servem mais para dar sustentação a um determinado partido ou chefe político, do que para atender aos seus propósitos primordiais, levando em consideração a conivência da direção destes órgãos com a instrumentalização destes, para atender a fins eleitoreiros.

A instrumentalização destes órgãos é de fácil observação. Alguns chegam a explicitar esta realidade buscando êxito eleitoral, como demonstra um slogan divulgado para eleição de 1996: ***"Quem confia a vida confia o voto".***

PARTE II

O SINDICATO COMO UMA FERRAMENTA DE LUTAS, NUM ESPAÇO DE CONTRADIÇÕES

CAPÍTULO I
SURGE UM SINDICATO NO CONTEXTO SOCIAL CORONELISTA

O trabalhador rural
É sempre o mais esquecido
Massacrado e oprimido
Por quem possui capital
Passa fome dorme mal
Ara terra sem tratores
Puxando cultivadores
Como burros alugados
O suor dos explorados
Sustenta os exploradores

(Waldir Teles e Sebastião da Silva.
O Suor dos Explorados)

Em 1974, aconteceram as primeiras articulações no município, com o propósito de se criar um sindicato de trabalhadores rurais. Antes disso, não havia nenhuma organização por parte dos trabalhadores rurais, trabalhadores alugados ou pequenos proprietários, seja sindicato, associação, cooperativa ou qualquer outro instrumento que congregasse essa parcela da população, a mais sofredora, excluída dos planos governamentais, seja municipal ou estadual. Mesmo com a vida difícil, característica do homem do campo, que luta diariamente para sobreviver, este povo não tinha por hábito reunir-se para

pensar seus problemas e possíveis soluções de forma comum, solidária.

Nesta época, havia em São Sebastião do Umbuzeiro dois partidos políticos: ARENA e MDB, entre os quais se dividia a preferência popular, sendo predominante a ARENA que se mantinha encastelada no poder por vários anos, e o MDB em constante oposição.

O MDB, vendo a necessidade de crescer e procurando alternativas para ganhar a simpatia popular, opta naquele momento por fundar no município um sindicato de trabalhadores rurais. Tinha por objetivo pleitear convênios de assistência junto ao FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) e outras instituições, bem como servir de instrumento de articulação junto às suas bases, uma vez que suas lideranças municipais não exerciam cargos eletivos.

Na cidade, a principal liderança do MDB era o Sr. Otacílio Ciríaco Silva. Foi através dele que se deram as primeiras articulações para se fundar o sindicato.

AS PRIMEIRAS ARTICULAÇÕES

O sr. Otacílio entra em entendimento com seu irmão, sr. Luís Cicíaco Silva, residente em João Pessoa, e decidem dar corpo à idéia. Após esta conversa com Luís, este procura o Sr. Arnaldo Lafayette, ex-prefeito de Monteiro (pelo MDB), que na época tinha por objetivo eleger-se deputado federal, sendo do seu interesse portanto organizar a estruturação do partido no Cariri. Arnaldo Lafayette e Luís foram à FETAG-PB, solicitar a criação do sindicato no município, acertando a visita de um representante da FETAG a S.S. do Umbuzeiro, a fim de manter os primeiros contatos e esclarecer aos interessados como deveriam proceder para que fosse criado o sindicato.

No dia 15 de julho de 1974, um domingo, chega a S.S. do Umbuzeiro o sr. José Gomes, Secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, e procura o sr. Otacílio Ciríaco, conforme o entendimento que havia tido com seu irmão Luís Ciríaco, quando da visita deste à Federação. Ao encontrar-se com Otacílio, José Gomes esclarece o motivo de sua visita e Otacílio improvisa uma pequena reunião, procura algumas pessoas, entre elas alguns pequenos proprietários rurais como: Heleno Rodrigues de Freitas e Manoel Ferreira Tiole.

José Gomes, ao ser informado das condições destes como médios proprietários rurais, fez alguns esclarecimentos sobre o sindicato, sobre critérios para admissão de sócios e esclareceu que estas pessoas não se enquadravam nos critérios para se associarem, dadas suas condições de médios proprietários rurais.

Também naquele momento, José Gomes informou os passos a serem dados, desde a articulação com os trabalhadores, os futuros sócios, como também o que se devia fazer com relação à parte burocrática.

Otacílio, vendo que não era tão simples este processo, e que demandava tempo para cumprir determinadas tarefas tais como associar trabalhadores, promover reuniões, publicar editais e outros procedimentos, ficou preocupado, pois naquele momento não via ninguém para assumir esse compromisso. Ainda havia uma preocupação adicional: que esta pessoa devia ser ligada ao MDB e que tivesse qualificação para levar adiante os trabalhos. Neste momento, estava presente às conversações o Sr. Jácio Tenório de Brito, o popular Jasso, muito conhecido no município. Este, intrometendo-se na conversa, diz a Otacílio que sabe quem seria qualificado para tal. Otacílio, surpreso, pergunta quem seria esta pessoa. E Jasso de imediato responde: Luizinho de Neco Maciço. Jasso fez esta indicação por ter sido colega de Luís, quando trabalharam juntos na extração da fibra do agave, nos conhecidos "motores de agave", atividade popular no município e de uma certa expressão econômica na época.

Juntos trabalhando, Jasso sempre escutava Luís falar em sindicato, comentando a época em que tinha sido sócio de um sindicato em São Paulo, falando muito dos direitos do homem do campo.

Diante disto é que surgiu a indicação, sendo inclusive muito bem aceita tanto por Otacílio, tendo em vista Luís ser simpatizante do MDB, como por José Gomes, por saber que este era de fato trabalhador rural. Sendo consensual este nome, tanto pelos critérios de Otacílio como de José Gomes, mandam no mesmo instante Jasso e o motorista da FETAG irem à procura de Luís Silva, que residia em uma propriedade rural do Sr. José Genésio Lafayette, filho do ex-prefeito Adalcindo Lafayette.

O trabalhador rural não tem costume de ver carro em sua porta, a não ser em época de eleição, quando são visitados constantemente pelos políticos prometendo tudo e pedindo votos.

Quando Jasso chegou à casa de Luís, a família ficou apreensiva imaginando o que poderia ser, tendo em vista não ser época de eleição. Na ocasião, Luís não estava em casa, mas sua esposa de imediato mandou um menino procurá-lo. Ao chegar, Jasso conta toda a história. Luís pede para esperar um momento, enquanto tomava um banho e trocava a roupa, vestindo como ele disse "a roupa de domingo", a roupa de ir à missa - costume do caririzeiro de usar sua melhor vestimenta para apresentar-se em fé e oração perante o Absoluto.

Ao chegarem à cidade, dirigiram-se ao hotel de Izaura, na Praça Cel. Nilo Feitosa, onde Otacílio e José Gomes o aguardavam. Apresentando-se a José Gomes, Luiz fala sobre o Sindicato do qual que tinha sido associado em São Paulo, e o que entendia naquele momento ser um Sindicato de Trabalhadores Rurais. José Gomes informa como este deveria proceder, junto aos trabalhadores: informando o que era um sindicato, quem podia associar-se e outras informações preliminares, e ao relacionar aqueles que pretendessem associar-se, fizesse contato com a FETAG, a fim de marcarem a data da assembléia para deliberar e fundar o sindicato.

Nesta conversa, José Gomes, após ouvir a história de Luís sobre sua viagem e a volta a sua terra natal, faz um comentário: "O homem é como aquele passarinho que nunca esquece aquela água que bebe lá no riacho ".

Com estas informações preliminares, Luís começa a conversar com os trabalhadores, convidando-os a participarem e associarem-se ao sindicato nascente, e nestas conversas, o que mais os trabalhadores perguntavam era sobre assistência médica, e principalmente sobre aposentadoria. Havia dúvidas por parte dos trabalhadores que não sabiam a diferença entre sindicato e Funrural, e nesta expectativa de assistência, muitos trabalhadores foram se associando sem maiores dificuldades. De cada associado era cobrado o valor de Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) como contribuição social, dinheiro este arrecadado por Luís e entregue a Margarida Neves, tesoureira da prefeitura municipal.

Conforme instruções de José Gomes, após articular com os trabalhadores, Luís resolve ir à FETAG em João Pessoa, dar andamento no processo de fundação, marcar a data, comprar livro de atas, etc. Algumas pessoas, ao verem Luís com uma sacola, dizendo que ia a João Pessoa, comentavam: "Olha o sindicato dos molambos". Ir a João Pessoa era visto como coisa de prefeito. Dificilmente alguém ia, e um trabalhador alugado, de sandálias nos pés, por não ter um sapato para calçar, era sem dúvida muita ousadia...

No momento que chega à FETAG-PB, estava havendo uma reunião com vários presidentes de STR, e sentados à mesa coordenadora, estavam o presidente daquela entidade, Sr. Álvaro Diniz e o Major Guerra, dado o regime ditatorial vigente no país.

Ao término da reunião, Luís vai ao gabinete de José Gomes. Este, ao ver Luís usando um chapéu, pede licença e tira o chapéu deste, instruindo-o como deveria comportar-se ao chegar a uma repartição.

E isso foi feito diante de Álvaro Diniz, presidente da Federação, que no momento estava conversando com alguns presidentes de sindicatos. Ao ser apresentado a Álvaro, este pergunta: "De onde você é? O que você faz? O que você quer?". Após Luís responder que queria fundar um sindicato de trabalhadores rurais no município, Álvaro Diniz perguntou se ele tinha terra. Luís respondeu que não. Para embaraçá-lo, Álvaro faz um comentário: "Aqui é só para quem tem terra ".

Este foi um momento em que Luís fez questão de dizer, por lembrar-se com muita nitidez que sentiu um desgosto muito grande, e um peso de responsabilidade com os trabalhadores do município, pois, já havia recebido o dinheiro das contribuições e não sabia o que fazer ao voltar, e o que dizer aos trabalhadores. Indignados, responde a Álvaro: " já vi que o trabalhador alugado é lascado mesmo" . Após essa reação por parte de Luís, Álvaro Diniz muda completamente seu posicionamento, até porque fez aquele comentário no sentido de brincar com aquele trabalhador que pela primeira vez estava visitando a federação, iniciando-se no movimento sindical. Explicando o porquê daquela colocação e não ficando dúvidas por parte de Luís, Álvaro enfatizou que a federação era a casa do trabalhador, e que este não se preocupasse, pois com certeza o Sindicato de São Sebastião do Umbuzeiro seria fundado. Sendo informado do andamento das articulações no município, marcam a data de fundação para o dia 21 de outubro de 1974.

Ao retornar a São Sebastião do Umbuzeiro, Luís informa a Otacílio o resultado da viagem a João Pessoa e começam a tratar das formalidades, preparando os editais para publicação, conforme determinava a lei, sendo estes editais datilografados pela esposa de Otacílio, a Sra. Inês que muito contribuiu neste trabalho.

A articulação junto os trabalhadores prosseguia com mais entusiasmo, dado o contato com o presidente da federação.

Luís Silva, por ser trabalhador alugado e residir na zona rural, tendo que trabalhar os dias da semana, só tinha condições de encontrar-se com Otacílio e demais trabalhadores na segunda-feira, dia da feira no município. Durante a semana, Otacílio na cidade fazia contato com os trabalhadores que encontrava, e no dia da feira, junto com Luís, ia tocando as articulações e associando os trabalhadores.

COMISSÃO FUNDADORA

No dia 1º de outubro, é feita a primeira convocação por edital a todos os trabalhadores rurais do município para participarem da Assembléia Geral, que se realizaria no dia 21 de outubro, ocasião em que se deliberou a fundação do sindicato. Daquele Edital constavam três pontos a serem discutidos: I) Fundação do sindicato; II) Escolha, eleição e posse da diretoria provisória; III) Preço das mensalidades sociais. Este primeiro edital de convocação foi assinado pela Comissão Fundadora composta pelas seguintes pessoas: Luís Silva, Otacílio Ciríaco Silva e Manoel Ferreira Tiole. Cópia deste edital foi encaminhada ao presidente da FETAG-PB, anexo ao ofício nº 01/74, datado de 20 de setembro de 1974, convidando para a solenidade de fundação, para a qual também foi convidado o Delegado Regional do Trabalho.

Tudo estava pronto para o evento de fundação, mas na data marcada não comparece nenhum representante da federação. Começa a haver uma desconfiança por parte dos trabalhadores, dada a experiência que têm com promessas que nunca se realizam, principalmente dos políticos. Como naquele momento não tinham clareza do que era o sindicato, começaram a duvidar. Muitos até associavam sindicato a governo, e como não viam chegarem as pessoas que vinham de João Pessoa, ficavam em dúvida.

No dia 23 de outubro, José Gomes, através de telegrama endereçado ao Prefeito Municipal, o Sr. Inácio Monteiro de Souza, pede a este que comunique à Comissão dos trabalhadores rurais responsáveis pela fundação do sindicato que, "por motivo superior", não foi possível comparecer na data prevista, ao mesmo tempo em que marca uma nova data para fundação: dia 28 daquele mês.

Por não existir agência dos Correios em São Sebastião do Umbuzeiro, este telegrama foi enviado para a agência de Monteiro. Inácio Souza, ao receber, entrega-o à Comissão.

Como o Sr. José Gomes sugeria a data de fundação para o dia 28, ou seja numa segunda-feira, foi impossível a comissão articular junto aos trabalhadores, tendo em vista a grande maioria residir na zona rural. Assim sendo, aguardam a visita de José Gomes para acertar uma nova data, com tempo disponível para avisar aos trabalhadores.

No dia 28 (segunda-feira), chega a São Sebastião do Umbuzeiro Álvaro Diniz, presidente da FETAG-PB, mas dada a impossibilidade de reunir os trabalhadores, mantém contato com a Comissão e justifica a ausência no dia anteriormente previsto.

A Comissão, numa demonstração de hospitalidade, característica do homem do campo desta região, procura encontrar na cidade a bebida de sua preferência: "Campari". Como não encontraram, este almoça uma buchada no hotel de Isaura e contenta-se com um aperitivo de cachaça. Logo após, foi acertada uma nova data para a fundação do sindicato: 16 de dezembro de 1974.

Tendo em vista a nova data, a Comissão prossegue as articulações junto aos trabalhadores, associando, preparando novos editais e informando a nova data da fundação.

Antes mesmo da fundação do sindicato, a FETAG credencia Luís Silva como representante dos trabalhadores rurais do município, comunicando através de ofício ao FUNRURAL e a Maternidade Ana Bezerra Paraguay, em Monteiro, habilitando-o a tratar de interesses dos trabalhadores junto a esses órgãos.

ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO

No dia 16 de dezembro de 1974, as 11h30, em prédio de propriedade do Sr. Otacílio Ciríaco Silva, situado à Praça Cel. Nilo Feitosa, e sob a presidência do trabalhador rural Luís Silva, foi aberta a sessão para deliberar a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro.

Estavam presentes nesta assembléia 142 trabalhadores rurais, número de extrema significação, tendo em vista a dificuldade para reunir pessoas de todas as comunidades rurais do município, tanto pela distância dessas comunidades à cidade como pela ausência desta prática por parte dos trabalhadores.

Nesta assembléia, além dos trabalhadores rurais, também estavam presentes o Sr. Inácio Monteiro de Souza, Prefeito Municipal; Dr. Antenor Campos; Pe. Teofânio Stallaert, vigário da paróquia; Deputado Estadual Nilo Feitosa; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areial e, representando a FETAG, o Sr. Elpídio Cavalcante de Almeida, ex-Delegado Regional do Trabalho na Paraíba.

Aberta a sessão, foi lido o edital de convocação pelo Dr. Antenor Campos, e após alguns esclarecimentos feitos pelo assessor da FETAG-PB, o Sr. Elpídio Cavalcante Almeida, foi votada por escrutínio secreto e aprovada a deliberação de fundação do sindicato por 142 votos, ou seja por unanimidade.

A PRIMEIRA DIRETORIA

Após este primeiro momento da assembléia, foi escolhido para presidente do sindicato o trabalhador rural Luís Silva; Otacílio Ciríaco Silva para secretário, e Sebastião Zeferino Neves, para tesoureiro, sendo empossados pelo Sr. Prefeito, Inácio Monteiro de Souza.

Cumprindo as determinações legais vigentes, os Estatutos Sociais foram submetidos a votação, para fins de aprovação. Aprovação simbólica, tendo em vista a ditadura militar vigente e total atrelamento do movimento sindical ao Estado. O Estatuto era padronizado nos moldes da CLT, que colocava os sindicatos sob a tutela do governo, manobrado nos trilhos governamentais pelo Ministério do Trabalho, atendendo à legislação sindical que definia os sindicatos como meros colaboradores dos poderes públicos.

Após a aprovação dos Estatutos, o prefeito Inácio Monteiro de Souza, o Pe. Teofânio Stallaert e o assessor da FETAG, Elpídio de Almeida, falando aos trabalhadores, enfatizam a importância da organização destes em seu sindicato. Em seguida, o presidente recém-eleito Luís Silva agradece a presença dos trabalhadores e demais presentes, como também a escolha de sua pessoa para presidente, encerrando assim a sessão, e nascendo a partir daí uma entidade voltada para os interesses do homem do campo. Estava fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro.

Neste período compreendido desde a articulação até a fundação do sindicato, não se esboçava nenhuma reação por parte dos proprietários rurais nem dos políticos do município, mesmo os que estavam no poder. Não viam nenhuma perspectiva de ameaça ao sistema de exploração e dominação dos latifundiários sobre a massa rural composta de trabalhadores alugados, moradores, vaqueiros, posseiros, etc., submetidos a práticas coronelescas opressoras e sufocantes, até porque o sindicato era visto como mais um órgão que seria subserviente aos seus desejos, tanto individuais como também enquanto classe. Assim sendo, se aquela movimentação dos trabalhadores incomodava alguns, era por estar próximo a uma facção política, tendo em vista o apoio de lideranças partidárias, mas não por verem a organização de uma categoria que viesse a ter consciência e a ragir contra a situação de miséria. A organização sindical era vista como estando sujeita a divergências causadas unicamente pela posse do poder.

CAPÍTULO II

A CULTURA CORONELESCA

" A Terra foi dada a todos e não apenas aos ricos. Foi a avareza que repartiu os pretensos direitos de posse'
(Bispo Ambrósio de Milão)

Fundado o Sindicato, estava lançado o desafio, iniciando o ano de 1975 com três metas a serem atingidas para garantir sua existência. Primeiro, fazia-se necessário organizar sua sede social, sua estrutura material com o mínimo de condições indispensáveis para seu funcionamento. Assim sendo, alugou-se uma casa à Praça Cel. Nilo Feitosa e alguns materiais foram comprados, tais como: carteiras para sócios, fichas, papéis, canetas, etc. Com a prefeitura conseguiu-se por empréstimo um birô, e assim foi montada modestamente a sede social do Sindicato, sendo esta primeira meta parcialmente atingida sem maiores dificuldades, o que não iria acontecer tão facilmente com as seguintes.

Outra meta a ser atingida era o reconhecimento do Sindicato pelo Ministério do Trabalho, o que logo se revelaria não ser tarefa tão simples: teria que ser trabalhada ardorosamente por um certo período de tempo.

A última meta pretendida era a legitimidade do Sindicato pelos trabalhadores do município. Esta meta, dada sua amplitude, apresentava-se como um desafio constante a ser enfrentado, sendo a própria essência do Sindicato que se idealizava atingir.

UMA CULTURA DE OPRESSÃO

Rumo a este objetivo, o Sindicato iria defrontar-se com uma barreira invisível e difícil de ser percebida de imediato: a cultura coronelista, resultado de um processo histórico da colonização, na região e município, desde as ditas doações de sesmarias. Grandes extensões de terras foram "doadas" aos colonizadores, como se elas já não fossem habitadas pelos índios... Isso gerou uma estrutura agrária concentradora, produzindo assim o latifundiário, o grande proprietário rural, senhor absoluto do meio de produção mais importante em uma sociedade de origem rural: a terra.

É, portanto, através deste modelo agrário com suas equivalentes relações sociais de produção estabelecidas, que toda a vida do homem vai se processar, seus costumes, seus conceitos e seu posicionamento frente a esta realidade.

Outra dificuldade a ser enfrentada para organização dos trabalhadores, estava relacionada com a distribuição geográfica destes no município, dadas as distâncias que os separam (Densidade da população rural: 12,6 hab/km2 - 1970), tendo em vista não residirem num mesmo sítio, nem um local de trabalho comum, mas estarem distribuídos em toda sua extensão. Para o Sindicato de S. S. do Umbuzeiro, esta dificuldade apresentava-se maior ainda por sua base territorial abranger os municípios vizinhos de São João do Tigre e Camalaú.

O ISOLAMENTO DO MEIO RURAL

A dificuldade de comunicação, de manter um contato mais permanente com os associados, sempre foi uma preocupação constante do Sindicato. O trabalhador rural, seja pequeno proprietário, posseiro, arrendatário ou outro que exerça qualquer atividade rural semelhante, vive exclusivamente para trabalhar e seu relacionamento cotidiano se dá unicamente com a família. É com a família

que os problemas são discutidos, sejam quais forem, desde preocupações insignificantes, até as mais significativas, constituindo-se assim, a família, o espaço maior de qualquer discussão. Este isolamento em que vive, geralmente só é quebrado uma vez por semana, quando vai à feira e encontra-se com vizinhos e demais habitantes do município; ou por ocasião de alguma necessidade maior que o leve a sair do trabalho, ou participar de alguma festividade. Mesmo assim, poucas vezes no ano.

Os pequenos produtores rurais, categoria expressiva do Sindicato, mesmo vivendo em condições sociais e econômicas semelhantes, sendo explorados de forma parecida, não haviam despertado para uma prática de trabalho cooperativo. Em certos momentos, ocorre cooperar, ajudar o vizinho em alguma necessidade, emprestando-lhe ferramentas, sementes, animais, dinheiro e outros objetos que tiverem ao seu alcance.

Esta cooperação fica, portanto, limitada a uma necessidade ocasional, não indo muito além, sendo muito superficial, mas importante, levando-se em consideração o isolamento em que vivem. O pequeno proprietário, por deter, de alguma forma, a propriedade dos meios de produção, embora que minimamente e insuficiente para atender às necessidades da família, mas achando-se inserido e dependente da estrutura social que gera os conceitos estabelecidos, desenvolveu um sentimento muito profundo de posse, propriedade, dificultando a existência de um trabalho coletivo ou práticas associativistas.

O MECANISMO DA EXPLORAÇÃO

A pequena propriedade rural, característica desta região, não se estabeleceu por benevolência dos grandes proprietários, mas por necessidade da estrutura agrária que necessitava naquele momento de mecanismos para subsidiar a grande propriedade, no que ela tinha de ne-

cessidade, mas não tinha interesse de produzir, por não apresentar atrativo econômico, uma vez que seu objetivo maior era o lucro e não a subsistência. Desta forma, mesmo não tendo como meta primeira a prática da agricultura, a grande propriedade era quem mais lucrava economicamente, comprando por preços baixos, em época de colheita, e armazenando para posterior comercialização a preços superiores no mercado, às vezes vendendo o mesmo produto a quem o produziu, fornecendo ao pequeno produtor que em suas necessidades, sujeitava-se a tal prática de comprar o produto de seu trabalho por preço superior, por não dispor de condições de armazenar, alimentando desta forma o ciclo vicioso da dependência, e comprometendo a colheita futura para saldar compromisso assumido no ano anterior.

À pequena propriedade cabia subsidiar a grande propriedade, tanto no aspecto econômico, quanto no fornecimento de mão-de-obra barata, já que estes pequenos produtores e suas famílias eram obrigados a se assalariarem por um certo período do ano, indo encontrar trabalho nas grandes propriedades. Vemos, desta forma, a pequena propriedade também cumprir um papel de fornecedora de mão-de-obra temporária à grande propriedade, mão-de-obra esta, qualificada para qualquer atividade rural, por ser especialidade do pequeno produtor que desde cedo vê-se envolvido nestas atividades.

Para os grandes proprietários, era muito cômodo ter vizinhos desta qualidade. Era um auxílio sempre ao seu alcance, quando necessitasse, tanto para as atividades essencialmente rurais, quanto para o manejo do gado ou o trabalho na terra, e ainda em outras circunstâncias, indo encontrar no seio destas famílias de pequenos produtores, mão-de-obra (trabalhadores) especializada em várias artes, tais como: pedreiros, carpinteiros, ferreiros... e até jagunços.

Por outro lado, o grande proprietário beneficia-se das áreas dos pequenos proprietários, seus vizinhos, que sem condições de cercar toda sua área, cercam apenas a área destinada ao plantio, enquanto o restante vai servir de pasto para o gado daquele, e por vezes também a própria plantação, fato comum e costumeiro.

Desta forma, o grande proprietário reserva o pasto de suas terras para o período de seca, enquanto que seu vizinho desfavorecido utiliza, quando sobra após a colheita, apenas o pasto de sua pequena área de plantio.

PRIMEIRO, O LUCRO

O latifundiário sempre colocou, em primeiro plano, a pecuária onde os lucros apresentavam-se superiores ao da agricultura, e também por não necessitar de grande quantidade de pessoas para atender às necessidades, uma vez que esta atividade era praticada de forma extensiva e rudimentar, sendo necessário para isto apenas ter a posse de grandes quantidades de terras. E estas adquiridas sem maiores problemas, desde a colonização por famílias abastadas que as recebiam como sesmarias a custo unicamente de tinta e papel...

É neste universo rural, com suas barreiras e dificuldades, que o Sindicato vai buscar construir suas bases, compor o seu quadro social, que mesmo tendo um público-alvo essencialmente rural, não significava dizer que seria uma categoria fácil de ser trabalhada. É assim que vai enfrentando e tentando superar dificuldades relacionadas a práticas, costumes, conceitos, relações de produção há muito tempo estabelecidas.

Para enfrentar esta realidade, o Sindicato recém-fundado de S. S. do Umbuzeiro, busca manter um contato regular e comunicar-se com os associados. Para isto só tinha uma forma: visitá-los em suas residências, caso contrário ficaria limitado ao seu espaço físico, tendo como tarefa unicamente receber as mensalidades sociais.

UFPB-BIBLIOTECA

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO STR DE S. S. DO UMBUZEIRO

"Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas"
(Art. XX - Declaração Universal dos Direitos Humanos)

UFCG-BIBLIOTECA

Estando o Sindicato em funcionamento e cumprindo as exigências legais, procura-se, agora, obter junto ao Ministério do Trabalho sua carta sindical. Para a diretoria do Sindicato, naquele momento, este reconhecimento pelo MT era muito importante, pois via na legalidade a força para reivindicar dos órgãos governamentais benefícios para a categoria, uma vez que, sendo um órgão reconhecido pelo próprio governo, acreditava-se ser mais difícil de negarem aquilo que até o momento era inacessível ao trabalhador rural.

A idéia que se tinha de "governo" era de justiça, de ordem, sem relação com o cotidiano, desvinculado da realidade local e regional. Se desmandos aconteciam, injustiças fossem cometidas, direitos fossem negados, a culpa não estava no governo. Não viam como o "poder público" poderia saber o que acontecia em S. S. do Umbuzeiro ou na região. Pensando desta forma, a legalidade do Sindicato era indispensável como credencial para reivindicar, em nome da justiça, melhores condições de vida para os trabalhadores rurais do município.

Buscando esta legalidade e atendendo à legislação vigente, no dia 17 de fevereiro de 1975, são enviados ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, através da Delegacia Regional do Trabalho na Paraíba, os documentos exigidos para obtenção da carta sindical.

Pela relação destes documentos, evidencia-se o controle e vigilância que o Estado mantinha sobre as organizações dos trabalhadores. Os tentáculos da ditadura faziam-se sentir até nos municípios mais distantes da capital, onde não chegava assistência médica, justiça social. Mas, em se tratando do legalismo ditatorial, estas distâncias não existiam, era necessário saber quem eram os diretores, quanto tempo estavam na atividade, se tinham boa conduta, a qual deviam provar com um atestado fornecido pelo delegado de polícia local, quem eram os associados, cópias de atas, editais e declaração do prefeito, atestando que os três membros da diretoria eram brasileiros natos. Declaração esta assinada pelo Sr. Inácio Monteiro de Souza, prefeito da época. Para atestar a condição de agricultores dos membros da diretoria, recorreu-se ao 2º sargento da polícia militar da Paraíba e delegado do município, o Sr. Nivaldo Ângelo de Souza.

Após dar entrada no processo de reconhecimento, a diretoria do sindicato aguardava a carta sindical, documento maior que comprovaria sua legalidade, seu reconhecimento pelo governo. Passam-se os meses e nenhuma informação ou correspondência era recebida do Ministério do Trabalho. Preocupado com a falta de informação, uma vez que já contava alguns meses desde o envio dos documentos, o então presidente do sindicato, Luís Silva, procura Álvaro Diniz, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-PB), o qual empenha-se em obter informações e, na medida do possível, interceder junto à Delegacia Regional do Trabalho, em João Pessoa. Mesmo com seu esforço e o respaldo da federação, Álvaro não conseguiu nenhuma informação do andamento do processo. Termina o ano de 1975 e o Sindicato não é reconhecido.

Em 1976, o Sindicato, através do ofício 02/76 datado de 20 de janeiro, apela para Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, em Brasília, solicitando que esta interceda junto ao Ministério do Trabalho pelo reconhecimento do Sindicato de S. S. do Umbuzeiro.

A CONTAG, por sua vez, após procurar informações junto ao Ministério do Trabalho, comunica, através do memorando AJ/0044, datado de 16 de fevereiro, que o referido processo se encontrava na Coordenadoria de Organização Sindical do Ministério do Trabalho.

Com esta informação, a diretoria do Sindicato reanima-se e aguarda o reconhecimento, mas não recebe qualquer comunicação do Ministério do Trabalho nos meses seguintes.

Aproxima-se o término do ano. Em 08 de novembro de 1976, o Sindicato faz nova solicitação de ajuda à CONTAG, mas nada consegue, terminando mais um ano sem avanço na luta pelo reconhecimento.

A diretoria do Sindicato não conseguia entender o que estava acontecendo. Por qual motivo o Ministério do Trabalho nada informava, nem sequer solicitava outros documentos que julgasse necessários. A compreensão limitava-se aos aspectos legais: se todos os documentos exigidos foram enviados, inclusive declaração do prefeito e delegado de polícia, não existiria outro motivo para o não reconhecimento.

O ano de 1977 passa sem novidades com relação ao processo de reconhecimento. Não houve nenhuma manifestação por parte do Ministério do Trabalho, continuando o processo emperrado nas malhas da legalidade ditatorial.

A diretoria do Sindicato, que antes pensava ser fácil a obtenção da Carta Sindical, não alimentava mais esperanças, não tinha mais a quem recorrer.

PEREGRINAÇÃO A BRASÍLIA

Em 1978, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, promove um curso de capacitação sócio-sindical com duração de vinte dias, compreendendo o período de 05 a 25 de fevereiro, a ser realizado em Brasília, no Centro de Estudo Sindical da CONTAG. Os participantes, dirigentes sindicais de todos os estados foram indicados pelas FETAGs, segundo seus critérios. A FETAG-PB indica para participar deste evento quatro sindicalistas: Luís Silva, presidente do STR de S. S. do Umbuzeiro; José Alves da Silva Filho, Secretário do STR de Cruz do Espírito Santo; José de Souza Neto, presidente do STR de Cachoeira dos Índios e José Laurindo de Almeida, presidente do STR de Olho D'água.

Neste curso, foram apresentados e debatidos com os trabalhadores rurais os seguintes temas: Formação sócio-agrária, Sindicalismo, Cooperativismo, Legislação e Trabalho de base.

O período de realização do curso coincidiu com os dias de carnaval. Por esse motivo os dirigentes sindicais tiveram que viajar de avião, pois não havia passagens de ônibus disponíveis.

Luís Silva, trabalhador rural, acostumado a andar dez, vinte quilômetros de bicicleta para visitar um associado, num lugar em que não existia telefone, nem uma agência dos correios, fica apreensivo e ao mesmo tempo ansioso. "Só acreditei quando estava no avião. Fiquei pensando em muita coisa... como era diferente."

Aproveitando o ensejo de estar na Capital Federal, procura novamente ajuda junto à CONTAG, sendo de imediato atendido. Com a ajuda de Acácio, o diretor tesoureiro da CONTAG, vai ao Ministério do Trabalho, em busca de solucionar o problema do reconhecimento do Sindicato, que já se arrastava por três anos.

Ao chegar ao Ministério, Acácio toma uma atitude curiosa: estende a mão encenando um mendicante e fala

para um funcionário: "Eu vim aqui pedir". Indagado sobre o que pedia, pois o funcionário ficou confuso com aquele gesto, Acácio responde: "O reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de S. S. do Umbuzeiro".

Após inteirar-se do andamento do processo, o funcionário informa que o mesmo já estava para ser encaminhado à mesa do Ministro, não faltava mais nada. Melhor notícia não poderiam receber. Voltaram para a CONTAG com a certeza de que no máximo em uma semana, o tão esperado reconhecimento sairia.

Duas semanas passaram. Aproxima-se o dia de voltar e nada de o Ministério do Trabalho dar notícias.

PROCURANDO AJUDA JUNTO AO EXÉRCITO

Estando em Brasília, Luís Silva aproveita os finais de semana para visitar alguns amigos, principalmente seu irmão Valdemar, que lá residia havia já alguns anos.

Conversando com Valdemar, Luís Silva contou o que estava acontecendo, e sua preocupação, pois aproximava-se o dia de voltar, sem nada conseguir de concreto, só promessa. Valdemar, por sua vez, diz conhecer um médico do exército, e sugere falar com ele e pedir ajuda. Vendo ainda esta esperança, Luís concorda com a sugestão.

No encontro que tiveram, Luís faz um relato da região e município, enfatizando a situação de miséria dos trabalhadores rurais, a luta para organização do Sindicato, as dificuldades que vinha enfrentando para obter o reconhecimento e sua necessidade para cobrar o cumprimento da lei até então desconhecida e negada ao homem do campo de seu município.

Ouvindo a história, o médico propõe-se a ajudar, e diz a Luís que um tio seu é general do 1º exérci-

to no Rio de Janeiro, muito influente no governo e que, ainda naquela semana, telefonaria para ele pedindo que falasse com o Ministro Arnaldo Prieto. Por fim afirma: *"Seu Luís, eu lhe garanto que em breve sairá o reconhecimento do seu Sindicato"*.

Retornando a S. S. do Umbuzeiro com o processo ainda pendente, nada mais restava fazer a não ser esperar.

CAPÍTULO IV

UM SINDICATO SUPOSTAMENTE CONTRA A "REVOLUÇÃO DE 1964".

Próximo a última semana de março, o Dr. José Genésio Lafayete, que sempre foi solidário ao movimento sindical em S. S. do Umbuzeiro, procura Luís e, muito cauteloso, passa algumas informações. Sem afirmar, mas fazendo-se entender que tinha tido acesso ao SNI (Serviço Nacional de Informação), onde soube que o motivo do Sindicato não ser até então reconhecido era por causa de uma denúncia existente que afirmava ser o Sindicato contra a Revolução de 31 de Março de 1964. Denúncia esta feita por dois Deputados Estaduais, um dos quais filho de um chefe político regional e municipal, grande latifundiário em S. S. do Umbuzeiro.

Com esta informação, a diretoria do Sindicato começa a entender a razão do bloqueio no processo de reconhecimento.

O Sindicato vinha em campanha para aplicação da Lei Trabalhista e isto incomodava uma classe até então intocável em sua prática de mandar, de ver a justiça e a lei por sua ótica coronelesca. Não admitiam a visão de direito que o sindicato pregava. Não aceitavam que um trabalhador que morou e trabalhou dez, quinze ou mais anos em suas propriedades, tivesse direito a alguma coisa. Pelo contrário, entendiam como um favor que o grande proprietário prestava àquele trabalhador que não tinha para onde ir, nem um pedaço de

terra para tirar o seu sustento. Não podiam aceitar que se pregasse isto. Mesmo sendo legal, era uma afronta ao Senhor Rural acostumado a ver a justiça abaixo de suas botas.

UM ARTIFÍCIO CONVINCENTE

A idéia para transpor esta barreira parte do próprio Dr. José Genésio que entendia ser necessário desmentir a denúncia. Diante disto sugere um artifício convincente aos olhos do controle governamental: comemorar a Revolução de 31 de Março de 1964, fundando um ambulatório médico no Sindicato para atender os trabalhadores.

O Dr. José Genésio pede a Luís que mande confeccionar uma prateleira para colocar os medicamentos, e encarrega-se de conseguí-los junto aos hospitais onde trabalhava, para no dia 31 do corrente dar plantão no Sindicato atendendo os trabalhadores.

No dia 29 de Março de 1978, envia ao IV Exército, em Recife-PE, o seguinte ofício:

" QG - IV EXÉRCITO
5ª SECÇÃO - CORONEL PAULO FIGUEIREDO
RUA DO PRÍNCIPE - RECIFE-PE

Associando-se aos eventos comemorativos da revolução de 31 de março de 1964 vg o sindicato dos trabalhadores rurais de São Sebastião do Umbuzeiro inaugurará seu ambulatório médico assistencial na referida data.

Aproveitamos o ensejo para externar-lhes nossos votos de agradecimento estima e consideração.

São Sebastião do Umbuzeiro, em 29.03.78.

Luís Silva - Presidente do Sindicato
José Genésio Lafayette - Coordenador do Programa"

De acordo com o plano, Luís toma as devidas providências e no dia 31 de Março, às 7:00 horas, inicia o atendimento médico pelo Dr. José Genésio, inaugurando assim o ambulatório médico do Sindicato.

No dia 03 de maio desse ano, foi publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) o ato de reconhecimento pelo Ministro do Trabalho e, logo após, a CONTAG envia cópias ao Sindicato. Estava vencida a batalha. O Sindicato fora enfim reconhecido.

"MTB - 306.857/75

Nos termos da proposta da Secretaria de Relações do Trabalho, R E S O L V E reconhecer o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO, como entidade sindical representativa das categorias profissionais - trabalhadores rurais - integrantes dos grupos do plano da Confederação Nacional da Agricultura, na base territorial do município de São Sebastião do Umbuzeiro, no estado da Paraíba.

Publique-se e Tramita-se
Em, 03 de Maio de 1978
ARNALDO PRIETO - Ministro doTtrabalho"

CAPÍTULO V

A INFLUÊNCIA DO SINDICATO DE SÃO SEBATIÃO DO UMBUZEIRO NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOÃO DO TIGRE E CAMALAÚ

"Todas as nações se congreguem, e os povos se reúnam".

(Is 43,9)

Em 1974 e 1975, vários trabalhadores rurais tiveram seus benefícios suspensos, segundo a alegação do FUNRURAL, por inexistência de provas suficientes que comprovassem suas condições de chefe ou arrimo da unidade familiar. Também foram suspensos em maior número os benefícios das mulheres trabalhadoras rurais em cuja certidão de casamento constava a profissão de doméstica.

Álvaro Diniz, presidente da FETAG-PB, fazia parte como membro da Junta de Recursos, representando os trabalhadores rurais, e precisava de informações das pessoas que tiveram seus benefícios cancelados, o que era feito mediante visitas a estas. Era o que se chamava "sindicância".

No município onde havia sindicato, ele solicitava estas informações aos respectivos presidentes. Onde não havia, como no caso de S. João do Tigre

e Camalaú, Álvaro Diniz, através de portaria, indicava um representante da FETAG-PB. Foi, portanto, por esta necessidade que Luís Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de S. Sebastião do Umbuzeiro, foi credenciado delegado da FETAG-PB junto ao FUNRURAL, para realizar as sindicâncias de verificação dos benefícios suspensos nestes municípios vizinhos e também em S. S. do Umbuzeiro.

Luís Silva passa a desenvolver este trabalho não só prestando as informações solicitadas, mas também fazendo a defesa dos aposentados junto ao FUNRURAL, o qual desconhecia a vida do trabalhador rural, apegando-se, para cancelar os processos, unicamente nos aspectos formais de preenchimento de formulários, o que prejudicava principalmente as mulheres trabalhadoras, consideradas unicamente domésticas, e não levando em conta que elas eram também trabalhadoras rurais, desconhecendo esta realidade onde, desde criança, todos começam a trabalhar independente de sexo. A mulher, mesmo sendo doméstica, não excluía sua participação nas atividades aprodutivas rurais. Pelo contrário, quando para o homem a jornada de trabalho acaba ao final do dia, a mulher começa em outra jornada: as tarefas do lar. E é esta relação que o sindicato faz entender.

É nestes contatos com os trabalhadores, principalmente nas reuniões, prática que proporcionou discutir os problemas comuns, que começa a delinear-se o papel do Sindicato.

O trabalho que já vinha sendo feito em S. João do Tigre e Camalaú, com os processos de aposentadoria, o Sindicato entendeu que não terminava com o restabelecimento dos benefícios, e em discussão com os trabalhadores, decidiu organizar uma representação sindical em cada município.

O APOIO DO Dr. ANTÔNIO MARIANO SOBRINHO

Em Camalaú, a representação foi instalada na residência do professor Antônio Mariano Sobrinho.

Neste período, o poder político local, sob a hegemonia do PDS, reage à instalação da representação sindical, por entender que beneficiava politicamente, a Antônio Mariano, do MDB, principal responsável pela oposição política local.

Na tentativa de desestimular os associados, fazem uma campanha divulgando que o Sindicato de S. S. do Umbuzeiro não podia atuar em Camalaú, criando um clima de insatisfação entre os sócios. Para solucionar este impasse, Luís Silva apega-se à legalidade da CLT para enfrentar os chefes políticos insatisfeitos.

No encontro que teve com o prefeito e outros integrantes do poder público municipal, Luís Silva expõe as razões do trabalho e com a CLT, e em mãos argumenta a legalidade da atuação, mostrando os artigos que se referiam à extensão e à base territorial dos sindicatos.

A INTERVENÇÃO DO PODER POLÍTICO

Após este encontro, acontece a mudança de tática por parte dos representantes do poder público, que se articulam com o Deputado Nilo Feitosa, para fundar um sindicato no município.

A representação do sindicato já contava com mais de sessenta associados, em decorrência do trabalho que vinha sendo feito por Luís Silva, que mesmo sem condições, nem sequer um transporte, não media esforço e, de bicicleta, deslocava-se de S. S. do Umbuzeiro para promover reuniões na cidade e na zona rural de Camalaú, distante mais de 60 Km.

Temendo a desmobilização deste grupo de trabalhadores, por conta da campanha que vinha sendo feita pelos grupos políticos do prefeito, Luís procura ajuda junto à FETAG para fundar o Sindicato com a participação destes trabalhadores que já tinham iniciado o processo de organização, através da representação sindical.

Não consegue o apoio da FETAG. Um Deputado da região já havia articulado com Álvaro Diniz a fundação, e todo o processo já estava sendo encaminhado pelo seu assessor, Bernarado Quintans.

Em um realtório elaborado em janeiro de 1979 pelo Dr. Antônio Mariano Sobrinho, advogado dos sindicatos do Cariri, este faz um comentário sobre o tulmutuado processo de fundação do sindicato de Camalaú, evidenciando a ingerência dos políticos locais e estaduais:

"Em abril de 1975, na cidade de Camalaú-PB, um grupo de trabalhadores rurais sob a orientação do Sr. Luís Silva (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro), iniciou um movimento que visava a criação de um sindicato de trabalhadores rurais em Camalaú. O movimento contou com a ajuda de algumas pessoas da comunidade, mas grande parte dos "chefes" locais levantou-se contra o trabalho iniciado. Para combater o movimento, um grupo de politiqueiros usou as armas da calúnia, da mentira e da pressão sobre alguns trabalhadores: foi dito aos trabalhadores que não se associassem no novo sindicato, sob pena de perder quaisquer ajudas como remédio da CEME, ambulância, etc. O pequeno grupo, então, recorreu à Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG-PB, sediada em João Pessoa, bem como solicitou ajuda de pessoas ligadas à Delegacia Regional do Trabalho. Os chefes locais, entretanto, continuaram tentando de todos os modos destruir o movimento sindical...

O número de associados crescia dia a dia e os agricultores reuniam-se em torno de seu sindicato. O grupo dominador, então, resolveu mudar de tática: uns "chefes" foram a João Pessoa e trouxeram um membro da FETAG-PB, juntamente com um Deputado Estadual. Naquele dia, os agricultores estavam em reunião; a reunião foi "invadida"; todo mundo silenciou com a presença do deputado, do chefe político local e outros, e, "solenemente", pelo grupo de visitantes, foi anunciada a fundação do "novo" Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camalaú.

Os políticos já traziam uma diretoria pronta: um proprietário, construtor e vereador; um fazendeiro (da família do chefe político), e outro elemento do grupo. Os trabalhadores não tiveram direito à palavra. Uma reunião e a eleição foram marcadas. Os trabalhadores tiveram de silenciar e aceitar o sindicato que lhes era imposto. A força dos chefes locais, infelizmente, silenciou os direitos do pobre homem do campo (...)

(...) Os chefes políticos passaram, então, a uma outra tática: obrigar os agricultores a entrarem para o sindicato. Foi anunciado pelo auto-falante da Prefeitura Municipal que todos os agricultores eram obrigados a sindicalizarem-se, sob pena de não receberem ajudas..."

(Dr. Antônio Mariano Sobrinho)

Na ausência do apoio da FETAG, Luís Silva procura Hely Cantalice, do Departamento Sindical da ANCAR e promove uma reunião com os trabalhadores, na qual decidem fundar o Sindicato. Porém, não houve tempo e o Sindicato acabou sendo fundado pelo grupo político do prefeito, com a colaboração dos cabos eleitorais que arregimentaram os trabalhadores com a promessa de um ambulatório médico e um gabinete odontológico. Desta forma, o Sindicato foi fundado para inibir a organização legítima dos trabalhadores, com o propósito de manter o povo sob o patrocínio do grupo político local, articulado com a esfera política estadual e

com a conivência da FETAG, causando revolta por parte dos trabalhadores empenhados em construir seu instrumento de luta, onde os trabalhadores fossem seus legítimos donos.

No intuito de ver o posicionamento de Álvaro Diniz junto aos políticos, cabos eleitorais e latifundiários, Luís, foi assistir ao evento de fundação: ***"Esive no dia da fundação só para ver a cara de Álvaro Diniz, mas ele não veio, quem representou a Federação foi Bernardo Quintans... Álvaro não resistia à pressão dos políticos da ditadura".***

CAPÍTULO VI

FUNDAÇÃO DO SINDICATO DE SÃO JOÃO DO TIGRE

Em São João do Tigre, a primeira reunião com o objetivo de articular os trabalhadores rurais, aconteceu na Câmara de Vereadores. Além de um número significativo de trabalhadores, estiveram presentes alguns vereadores e o então prefeito, o Sr. Manoel da Costa Medeiros, mais conhecido por seu apelido "Manuca".

A articulação inicial para realizar esta reunião foi feita por Jácio Tenório de Brito, sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de S. S. do Umbuzeiro, que, não tendo clareza do que era o sindicato e ainda sem compreender seu papel, procurou além dos trabalhadores rurais os políticos locais, passando a idéia de que o Sindicato era um órgão do governo e ligado ao Ministério do Trabalho, motivo pelo qual consegue o apoio do prefeito, que via possibilidade de tirar proveito desta aproximação.

No entanto, ao perceber que a organização dependia unicamente dos trabalhadores, não existindo ligação com o poder político, afasta-se do processo. Com o afastamento dos políticos, as reuniões passam a ser realizadas em um salão de propriedade de Inácio Cazuza, trabalhador rural sócio do STR.

O trabalho pelo restabelecimento dos benefícios suspensos pelo FUNRURAL continuava sendo feito por

Luís Silva, com a colaboração de Delfino Bezerra Leite, trabalhador rural que, desde as primeiras reuniões, acompanhava Luís Silva por toda a zona rural do município.

Nestas visitas de sindicâncias, Luís Silva aproveitava para fazer reuniões com os trabalhadores, e assim outras questões iam surgindo, como: destruição de lavouras por animais, divisa de propriedades, falta de assistência médica, etc.

Com este trabalho, o Sindicato associou mais de cem trabalhadores rurais, em São João do Tigre. Ainda em 1975, realiza-se uma assembléia e funda-se a representação sindical, sendo o trablhador Delfino Bezerra Leite indicado para presidente que, dando prosseguimento ao trabalho, fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de São João do Tigre, sendo eleito seu primeiro presidente, independente de influência dos grupos políticos, desenvolvendo um trabalho pautado nos reais interesses dos trabalhadores rurais.

PARTE III

LUTAS SOCIAIS EM OUTRAS ESFERAS DA REALIDADE

CAPÍTULO I

LUTA PELO DIREITO À SAÚDE

" São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer." (Art. VI - Capítulo II dos direitos sociais - Constituição da República Federativa do Brasil.)

O homem do campo, o trabalhador rural, sempre sofreu o drama da ausência de uma assistência médica digna. Se em outras regiões esta assistência é deficiente, nesta, agrava-se mais ainda com a ingerência direta dos políticos nestes órgãos, transformando-os em máquina de favores, onde controlam desde seu funcionamento aos critérios de quem deve ser atendido.

Em S.S. do Umbuzeiro como na grande maioria das pequenas cidades do interior, o controle político sobre a área de saúde é total. Neste contexto, a primeira atitude tomada por parte de quem está necessitando de assistência médica, dada a condição de miséria, é procurar socorro junto aos políticos, sujeitando-se por necessidade à prática do clientelismo. É comum famílias que votam, há décadas, em um determinado partido por acharem-se na obrigação de pagar um favor a um chefe político que encaminhou um membro de sua família para tratamento médico, na rede pública hospitalar.

Com o evento de fundação do sindicato, que proporcionou um espaço para colocar em pauta a problemática do trabalhador rural, através de reuniões, e as-

sembléias, onde as dificuldades eram apontadas e debatidas pelos próprios trabalhadores, sem a coerção dos órgãos oficiais e autoridades, acostumadas a manobrarem e justificarem as deficiências de forma autoritária, foi apontada como um dos principais problemas a falta e deficiência da assistência médica.

O sindicato, por sua vez, buscando contribuir para melhoria da qualidade de assistência aos associados, assume o posicionamento de intervir nesta realidade.

Procurando inteirar-se dos direitos existentes, em 14 de agosto de 1975, o sindicato envia um ofício à FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), solicitando informações sobre o convênio de assistência entre o FUNRURAL e as prefeituras de S. S. do Umbuzeiro, São João do Tigre e Camalaú. Solicitando também informações sobre a idade e as condições em que o trabalhador podia solicitar a ambulância da prefeitura. Preocupação esta que se explica devido ao sistema de apadrinhamento, onde na ausência de regulamentação, o enfermo ficava à mercê do jogo político. Com relação a esta dependência, o sindicato toma de imediato uma providência: cobrar os direitos ao FUNRURAL, órgão responsável por este atendimento. Posicionamento registrado na ata da terceira assembléia geral, realizada em 22 de setembro de 1975. Conforme pronunciamento de seu presidente:

"Adiantou que iria fazer outra reivindicação para que no caso de cirurgia que não possa ser feito no ambulatório local o trabalhador seja encaminhado para o hospital de Monteiro por escrito e não verbal como acontece. E quando o trabalhador solicitar a ambulância nas dias que não tenha médico e que o prefeito não esteja na cidade, o motorista tenha autorização para atender normalmente."

Ainda nesta assembléia, é registrado na ata o depoimento de dois trabalhadores rurais com relação ao descaso que enfrentavam nos órgãos de saúde da cidade de Monteiro.

"Pediu a palavra, o companheiro Antero Teodoro do Nascimento, do Sítio Barreiras solicitando que fora ao médico tratar de sua saúde e nem sequer foi examinado, pois antes de dizer o que sentia já foi lhe entregando a receita e que até o presente continua doente apesar de ter tomado os remédios. Em seguida o Sr. Joaquim Teodoro do Nascimento, residente no Sítio Barreiras, afirmando que os médicos atendem o trabalhador com a maior mal vontade sem o devido interesse pela saúde do homem do campo".

Nos anos subseqüentes as reclamações dos trabalhadores continuavam. O sindicato sempre denunciando e cobrando providências aos órgãos competentes. Ao mesmo tempo, realizava uma campanha de esclarecimentos aos associados sobre os direitos garantidos por lei.

Ainda em 1975, o trabalhador rural Luiz Ferreira das Neves, residente no Sítio Poço Verde, no município de S. S. do Umbuzeiro, denuncia através do sindicato que a médica Luzia Nóbrega Vilar, do hospital Santa Filomena em Monteiro, negou-se a atender sua esposa, devido ao fato de não dispor de condições de pagar o tratamento:

"(...) Respondendo que não tinha condições de pagar a referida quantia, disse que iria levar ao conhecimento do sindicato. Afirmou aquela profissional que o sindicato não valia nada".

Nesta luta pelo legítimo direito a assistência, o sindicato, tomou atitudes diversas, que ia desde denunciar, reivindicar, como também patrocinar assistência aos seus associados, conforme bem expressa a farta documentação existente.

Diversos são os documentos enviados a FETAG, ao FUNRURAL, ao Hospital Santa Filomena em Monteiro e até ao Ministro da previdência e assistência social, reivindicando providências quanto a assistência médica dispensada aos trabalhadores rurais do município.

Em novembro de 1976, atendendo a constantes

reclamações dos trabalhadores rurais, o Sindicato de S.S.do Umbuzeiro articula os Sindicatos das cidades vizinhas, para juntos reivindicarem ao FUNRURAL, uma clínica oftalmológica para Monteiro. A justificativa para esta reivindicação é facilmente compreendida com a leitura do ofício a seguir transcrito.

Of. 01.76 de 13.11.76 ao FUNRURAL

"Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de: São Sebastião do Umbuzeiro, Monteiro, São João do Tigre, Sumé, Ouro Velho, Camalaú e Prata Conjuntos em Reunião Especial, realizada na Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monteiro, em 13 de novembro de 1976, em estudo dos mais variados problemas da Categoria. Entre os quais foi debatido um dos de maior necessidade para a região, no que diz respeito a ampliação da Assistência Previdenciária ao Trabalhador Rural. Refletindo concluiu-se, que mais de 45.000 trabalhadores rurais destes municípios, se encontra sem assistência Oftalmológica, que conseqüentemente vem aumentando os casos de cegueira, com o desenvolvimento do Tracôma, Catarata e outros danos oculares que afeta a população rural do Cariri. Não havendo de nenhuma hipótese Clinica de Olho no local, existindo apenas em Arcoverde-PE com distância de 56km de Monteiro e sendo particular. Em Campina Grande apesar dos 182km de Monteiro, o paciente, só é atendido se for com a transferência do Hospital de Monteiro ou do de Sumé. Havendo segundo os profissionais atendentes o grande problema de leito para internamento no Hospital da FAP, a exemplo de várias caminhadas perdidas dos pacientes locais e sendo ainda que as transferências só são feitas quando o caso é altamente grave, que naturalmente requer maior tempo para o tratamento. Motivo que a maioria dos trabalhadores não tem condições econômicas para custiar as despesas de viagem e estadia de si e de quem o acompanha, causando assim um problema ficando no entanto os trabalhadores prejudicados. Até mesmo em caso de aposentadoria por invalidez em problema de vista, os médicos da peritagem costumam exigir atestado de oculista, deixando o trabalhador em aflição pela dificuldade de consegui-lo. Para tal muitas vezes sai a implorar a caridade alheia nas feiras públicas pedindo ajuda a quem lhe possa dá para adquirir quantia superior a 500,00 para custiar as despesas de viagem e pagar Cr$ 250,00 ou 300,00 de uma consulta particular".

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais acima relacionados e abaixo assinados, apresentam a Direção do FUNRURAL na Paraíba através da FETAG-PB, as seguintes reivindicações: Implantação de uma Clínica de Olho Especializada para Monteiro cidade que oferece melhores condições e é o núcleo da região. Com o objetivo de atender a todos os trabalhadores rurais dos municípios acima mencionados, que em nossa opinião seria a forma viável para a solução do grande problema

Em janeiro de 1977, o Sindicato faz um relatório a FETAG-PB, onde coloca os principais problemas relacionados com o atendimento médico e odontológico aos trabalhadores do município.

O funcionamento dos órgãos de saúde em S.S. do Umbuzeiro, como em outras pequenas cidades do Cariri, onde as normas a serem cumpridas não eram do conhecimento da população, até porque aqueles responsáveis por cumprí-las eram os representantes públicos municipais ou seus familiares que julgavam-se acima de qualquer norma e assim procediam não tinham motivo para esclarecer os devidos direitos da população. estes órgãos públicos atendiam sob as ordens diretas do referido grupo que usavam para distribuir favores em troca votos.

O Sindicato ao procurar entender como funcionava estes convênios, principalmente os direitos a assistência que o FUNRURAL determinava, não agradou aos chefes políticos. Estes sentiram-se desrespeitados e afrontados.

Uma atitude é pedir favor e outra totalmente diferente é cobrar direitos. A população que até aquele momento tudo compreendia pela ótica do favor, com a ação do Sindicato começa a entender a existência de "Alguns Direitos" o que propocionava mudar da condição.

Aqueles que pediam começavam a exigir direitos, e isso se fazia através do Sindicato.

O ofício a seguir demonstra como funcionava o atendimento dos órgãos de saúde aos trabalhadores rurais, e o quanto incomodava a pregação dos direitos pelo sindicato, que procurava dismistificar a figura do protetor ou seja, do padrinho político. Mesmo ainda sem compreender a situação em sua globalidade o Sindicato começava a questionar as bases do clientelismo, o alicerce onde se erguia a posse ao poder municipal e regional.
(Of. 01/77 de 15.01.77)

"Levamos a vossa consideração e a quem de direito, os mais impugnantes problemas sociais aos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, é a não participação do Trabalhador Rural no programa de assistência médica, odontológica e hospitalar dada pelo o Funrural na região, devido imposição dos que os fazem na localidade. E uma hóstica campanha contra as Instituições Sindicais e aos interesses da Categoria Profissional, desenvolvida pelo um grupo de pessoas sem formação, de indignidade cívica e incapaz de cumprir com seus deveres nas funções que ocupam.

Apesar de várias diálogos de Trabalhadores e diretores do Sindicato mantido cordialmente em particular com essas pessoas e nada tendo conseguido de positivo no sentido de que dessem por bem as nossas reivindicações e nossos apelos de consideração a nossa Organização Sindical ainda com jurisdição na FETAG-PB, as prerrogativas para que pudéssemos participar do programa de assistência médica, odontológica e hospitalar da região.

Portanto os mais hostis e propositado segundo os nossos conhecimentos através das constantes denúncias

verbais dos trabalhadores rurais em nossa sede social. O motorista da ambulância local, que desvia o trabalhador rural ou seus dependentes, de apanhar as guias de encaminhamento de pacientes para o Hospital Maternidade de Monteiro acrescentando que cujas guias não vale nada. E o trabalhador se bem ou má atendido vem prestar as suas declarações em nossa sede social aqui em S.S. do Umbuzeiro. Como por exemplo o mais recente caso que aconteceu com a Senhora Olindina Maria da Conceição, esposa do trabalhador rural aposentado Sr. Otacílio Carlos da Silva residente no Sítio Cacimbas neste município, que no dia 22 de dezembro próximo passado foi visitar sua esposa que lá se encontrara internada a mais de 8 dias no Hospital e sendo as visitas apenas nas quartas de 14 a 16 horas e aos domingos e o mesmo morando com a distância de 46 km foi dado autorização pela Dra. Luzia Nóbrega Vilar as 7 horas e 30 minutos daquele dia. Mas foi logo expulso do Hospital pelo Sr. José Romão porteiro. As 9 horas do mesmo dia voltou ao hospital e procurou falar com Dr. Antônio, médico da sua esposa, reclamando do mal tratamento da mesma e falando de seus direitos Sindicais se identificando como trabalhador rural e que não estava pedindo favor, mas o médico respondeu-lhe que por este direito sua esposa já teria morrido e neste caso segundo o reclamante não lhe foi pedido guia de nenhum Sindicato. Talvez por este motivo o médico no momento deu alta a dona Olindina ainda em estado de coma mandou que a mesma fosse retirada do Hospital que por felicidade foi socorrida pelo o motorista da ambulância de São João do Tigre, que levou-a até seu pequeno casebre que reside. Neste caso de não ser exigido guias ao trabalhador, supomos que seja incentivo para que este se comprometa a pagar as despesas ou oferecer gratificação aos que lhe assiste naqueles estabelecimentos de saúde.

Também a enfermeira da Unidade Sanitária desta Cidade segundo o T.R.Sr. Luiz Ferreira das Neves residen-

te no Sítio Poço Verde neste município, a mesma jogou fora uma guia que tinha sido expedida pelo o Sindicato encaminhando sua esposa Senhora Maria das Dôres dos Santos, para Maternidade Ana Bezerra Paraguay em Monteiro, dizendo que não precisava de papel para internar quem ela quisesse pois que guia não vale nada e sim a sua palavra.

Outra funcionária da mesma Unidade Sanitária, quando o T.R.Sr. Vicente Barbosa Neto residente no Povoado de Zabelê e outros que com ele estavam observaram algumas irregularidades por ela praticada na maneira de atender, reclamaram se identificando como Trabalhador Rural em dias com seus direitos Sindicais, foram tratados com hostilidade dizendo que não interessava saber de profissão e muito menos de Sindicato que não vale nada.

A diretoria do Sindicato vem desempenhando um relevante trabalho de orientação aos trabalhadores referente aos direitos que lhes assiste dos assuntos aqui tratados, que são debatidos não só na sede social, mais como também em Zabelê no Grupo Escolar Manoel Rodrigues Neves e nas residências dos associados, mas, conseqüentemente notamos uma grande redução nas obrigações Sindicais dos associados por motivo do que acima já foi exposto.

Com referência a assistência médica odontológica Ambulatorial da Unidade Sanitária de São Sebastião do Umbuzeiro, Convênio Funrural-Prefeitura, seja também providenciadas medidas cabíveis aos funcionários excluem a participação do trabalhador rural através da sua Entidade de Classe.

Esperamos dos companheiros da FETAG-PB e as Autoridades que estudarem este Relatório, o bom senso e um espírito de justiça para que o trabalhador rural de São Sebastião do Umbuzeiro, tenha melhores condições sociais e seja considerado como uma pessoa humana também digna dos seus direitos".

Ainda em janeiro de 1977, o sindicato faz chegar a imprensa o drama vivido pelos trabalhadores do município, sendo publicado pelo jornal " O Norte" no dia 13 de fevereiro, os principais fatos denunciados no ofício 01/77 encaminhado a FETAG em 15 de janeiro.

Este documento relatava os descasos do poder público municipal e funcionários da rede pública hospitalar de Monteiro, conforme transcrição a seguir de alguns parágrafos que compõem o documento.

" (...) outrossim, é que o motorista da viatura deste município, só dá socorro a crianças se for com a prévia autorização do prefeito que, quando este não está na cidade dá-se grandes problemas como o que ocorreu ultimamente com uma criança menos de um ano neto do T. R. Sr. Miguel Teodoro do Nascimento residente no Sítio Barreiras neste, conforme declaração do seu irmão Sr. Antero Teodoro do Nascimento residente no mesmo sítio, que a avó da criança pediu ao motorista até por caridade que socorresse a mesma que tanto ela como o pai não tinha condições de alugar um carro pois são todos trabalhadores aiugados. Mas foi inútil seu apelo porque neste dia o prefeito estava viajando, voltando para o sítio onde mora e somente após três dias é que foram com o menino em um caminhão de feira para Monteiro que logo após a consulta médica no pronto socorro a criança faleceu nos braços de sua avó, antes que chegasse a farmácia mais próxima."

"(...) Os empregadores rural e vereadores também são pregadores não só contra a participação do trabalhador rural no programa de assistência previdenciária, mais como também as instituições sindicais, Legislação Trabalhista Rural e o Estatuto da Terra. Proibindo de seus trabalhadores serem sócios do sindicato ameaçando de não arranjar mais terra e nem trabalho. Dizendo ainda que quem dá assistência médica e ambulância é a prefeitura e a quem o trabalhador deve é a quem paga serviços não deixando-o morrer de fome".

Diante estas questões que o sindicato levantava e fazia transparecer a nível estadual e nacional, de um município isolado e esquecido no interior do estado, onde o poder era até então inquestionável, onde o direito a dignidade e a cidadania não existia, a reação não tardaria a vir.

Este sindicato não servia aos resquícios do coronelismo.

Em dezembro de 1978, o Sindicato encaminha à FETAG-PB, uma declaração feita ao Sindicato pela sócia Lina Maria da Conceição, relatando as pressões que esta senhora vinha sofrendo devido ao fato de em sua residência se acharem fixada fotografias de candidatos, opositores ao grupo político dominante no município. Esta denúncia apontava uma funcionária da unidade sanitária do município como responsável por esta atitude, o que demonstra a utilização destes órgãos como cabide de emprego, estritamente composto por pessoas da mesma facção partidária subservientes aos seus chefes políticos.

DECLARAÇÃO

"Eu, LINA MARIA DA CONCEIÇÃO, viúva, paraibana, 77 anos de idade, aposentada, residente a Rua Vicente Pedro, S/Nº na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro - PB, declaro para o conhecimento das Autoridades competentes ou a quem de direito, a fins de que seja tomado as medidas cabíveis. A enfermeira assistente da Unidade Sanitária desta Cidade, compareceu a minha residência no dia 23 de novembro de 1978 e vendo em minha casa as fotografias das candidatos a Deputado Estadual e Federal respectivamente Srs.: Jorge Rafael de Meneses e Arnaldo Bezerra Lafayete, me ameaçou moralmente com agressividade dizendo que eu retirasse imediatamente aquelas fotografias da parede de minha residência pois, caso eu

não o fizesse os Chefes Políticos Arenistas cortariam minha aposentadoria.

Resistindo as exigências da enfermeira respondi, que sou analfabeta e em minha casa, não tem nenhum eleitor e que eu não tenho diferença com nenhum candidato nem da Arena e nem do MDB. Apenas o que não admito é agressão moral de quem não é autoridade desse tipo de pessoa vir em minha casa me ameaçando de cortar minha aposentadoria pelo o simples fato de colocar na parede de minha casa, o retrato de dois Cidadãos que nada me consta de mal sobre sua conduta, principalmente na idade que estou pois,preciso de paz para viver os dias que ainda me restam.

São Sebastião do Umbuzeiro, 01 de dezembro de 1978."

Mesmo assim as denuncias não param por aí, em 02 de outubro de 1979 através do ofício 043/79, é encaminhado ao Ministro da previdência e assistência social Dr. Jair Soares, um abaixo-assinados, pedindo providências quanto ao não cumprimento integral dos plantões de médicos e dentistas do município, como também, o descaso do poder público municipal quanto a ambulância que encontrava-se sem condições de uso. Igual reivindicação é feita ao prefeito Doncilio Amador, através do ofício 54/79 de 18 de dezembro de 1979.

Em dezembro de 1981, o Sindicato denuncia ao Secretário da Saúde do Estado a ausência de critérios para distribuição de ajuda nutricional as gestantes do município.

Em um município de pequeno porte como S.S. do Umbuzeiro é impossível passar despercebido atos de protecionismo, de utilização aos órgãos públicos em proveito próprio, de perseguição política, enfim, de qualquer ação deste tipo, pois, todos se conhecem, sabem a que famílias pertencem, e até em quem votam.

A denúncia, adiante transcrita mostra a utilização da estrutura pública utilizada sem nenhum critério, onde

quem primeiro se beneficia são aqueles do grupo do poder no município. Por traz destas atitudes de negar ajuda tipo, ou auxílio médico, ou atender a outra necessidade qualquer, encontra-se o jogo político partidário, apadrinhando ou perseguindo.

"São Sebastião do Umbuzeiro, 18/11/81

Sr. Secretário de Saúde do Estado da Paraíba.

Estou apelando a sua autoridade para reparar uma injustiça que estou sofrendo. A três anos foi suspensa a ajuda da nutrição que vinha recebendo no posto de saúde de São Sebastião do Umbuzeiro, naquele tempo eu tinha um filho com menos de dois anos e estava gestante. Quando nasceu minha filha no final de 1979, sem condição de dar de comer, ela veio a falecer poucos dias depois. Agora em 24 de setembro de 1981 tive um outro filho e procurei o posto para receber a ajuda, a senhora responsável negou o benefício. Eu pergunto por que não posso receber a ajuda sendo que sou pobre com sete filhos pequenos vivendo de pouco que recebo da emergência, e muita gente com condições, comerciante, com televisão em casa, recebe este benefício? Eu já perdi uma filha e não quero perder outro filho, por isso estou apelando para sua autoridade.

Espero que tome providência urgente para reparar esta injustiça. Estou mandando junto com esta carta cópia dos documentos das minhas crianças.

Meu nome é: Maria dos Anjos da Silva
Moro na Rua José Lafayete, nº 25
São Sebastião do Umbuzeiro - PB"

.

Em maio de 1982, o Sr. Heronides Inácio da Costa, através do Sindicato envia a Rádio Difusora de Caruaru,

em Pernambuco, uma denuncia onde apontava de forma clara as perseguições políticas no município.

Conforme já mencionado, por vezes os responsáveis por estes órgãos públicos são os próprios políticos, candidatos a prefeito ou vereadores.

A transcrição a seguir, por sua clareza, dispensa comentário.

"São Sebastião do Umbuzeiro - PB, 17 de maio de 1982.

De HERONIDES INÁCIO DA COSTA
Ao Sr. FRANCISCO LUNA, apresentador do programa:
"Crônica do Meio dia" - Rádio Difusora de Caruaru - PE.

Venho pela presente levar ao conhecimento público através de seu Programa, as humilhações em que estão sendo vítimas, no que diz respeito ao atendimento médico-odontológico, no Mini posto de Saúde da Comunidade de Mão Beijada deste município, os trabalhadores rurais beneficiários da Previdência e Assistência Social Rural - FUNRURAL, imposta pelo candidato do PDS a prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro, no pleito de 15 de novembro do corrente ano.

Em seu expediente naquele mini posto do dia 16 do corrente mês de maio, fez voltar da porta daquele mini posto às filhas do Sr. José de Tiburcio, residente na mesma comunidade, por as mesmas não se identificarem como suas eleitoras, dizendo em voz alta e humilhante a estas e demais pessoas trabalhadoras rurais e seus dependentes que só atenderia aqueles que declara-se votar em seu partido, acrescentando que assim procedia, porque recebeu ordem dos seus superiores.

Esta posição tomada por este atendente, vem causando uma grande repercussão no meio daquela comunidade, em que os trabalhadores rurais estão conscientes de que a prestação do serviço de dentista não é nenhum favor e sim o cumprimento de sua obrigação como empregado do Funrural e respectivamente dos trabalhadores rurais por receber dinheiro oriundo de suas contribuições e que sendo eleitores são cidadãos livres para votarem em quem achar coveniente e não forçado como propõe aquele atendente.

Grato pela divulgação e atenciosamente".

Se por um lado o sindicato via o estado na obrigação de prestar a devida assistência, por outro também achava-se responsável por isto. Com esta visão, doou medicamentos, contribuiu financeiramente com associados, encaminhou a hospitais em Campina Grande e João Pessoa custeando por vezes despesas com transporte e medicamentos. Realizou convênio com laboratório de análise bioquímica. Montou em 1976, um ambulatório médico na sede do sindicato, tendo como médico plantonista o Dr. José Genésio Lafayette.

CAPÍTULO II

A LUTA PELOS DIREITOS TRABALHISTAS

" Por que digno é o trabalhador de seu salário"
(Lc 10,7).

Entre as ações e posicionamentos tomados pelo sindicato na luta por melhores dias para os trabalhadores rurais, a idéia que o sindicato começava a colocar em pauta como direito trabalhista, justiça e reforma agrária, foram as que mais inquietaram os chefes políticos e aos grandes e médios proprietários rurais.

Até então estes conceitos sequer tinham sido cogitados. A camisa de força imposta pelos proprietários rurais e seus representantes políticos, com a ideologia do senhor da terra, dos coronéis, permanecia intacta.

Tanto o trabalhador como os pequenos e médios proprietários e a população, aceitavam com naturalidade esta relação de prepotência e dominação, pois nasceram e criaram-se neste universo, onde quem manda, quem faz as leis, quem arbitra a vida na comunidade, são aqueles que possuem a grande propriedade, o patrão que lhe dá serviço, o comerciante que lhe vende a crédito, o político que lhe dá uma feira, uma roupa, medicamentos, e até ajuda para funerais.

A compreensão da condição de miséria e exploração em que viviam, limitava-se a reclamação e lamentações individuais, aceitavam sem irem adiante em

seus questionamentos o dito popular: " vida de pobre é assim mesmo ".

O sindicato, principalmente na pessoa de Luis Silva, sempre em contato com os trabalhadores em suas comunidades, sendo solicitado num primeiro momento para tratar dos processos de aposentadorias, não tarda a ser reconhecido seu interesse pela problemática que afligia os trabalhadores rurais, e assim vai sendo requisitado para sugerir, discutir alternativas e encaminhar através do sindicato ações diversas, relacionadas com saúde, questão de demarcação de terras entre pequenos proprietários, destruição de lavouras por animais etc. Desta forma o sindicato se impõe, e ganha a confiança da categoria que passa a conhecer na prática e a participar de uma " justiça " até então sob o controle dos chefes políticos e grandes proprietários. Estas questões tão freqüentes no universo rural, mesmo entre trabalhadores rurais sem terra e pequenos proprietários, desenrola-se sob a ingerência do grande proprietário. Ambas as partes procuram apoio em seu chefe político, ou um grande proprietário de sua relação. Ocorrendo assim, o fortalecimento do poder destes e legitimando sua autoridade, perpetuando a relação de patronagem e apadrinhamento.

Com a presença do sindicato, que procurava o entendimento entre as partes, fazendo ver sua condição de igualdade na estrutura agrária e sem o constrangimento da autoridade, da força, geralmente chegava-se a um acordo.

Ao mesmo tempo que o sindicato procurava celebrar acordos entre pequenos proprietários, colocava no meio rural a discussão dos direitos trabalhistas. Uma questão que ia de encontro aos interesses dos médios e grandes proprietários, portanto muito mais difícil de ser tratada.

Assumindo o posicionamento de lutar por estes direitos até então negados, em 1975, a menos de um ano de sua fundação o sindicato tem sua experiência primeira no que refere-se a cobrança deste.

Por ter sido uma das atitudes mais polêmicas tomada pelo sindicato, sendo sem dúvida a que mais incomodou e chocou aos proprietários rurais que sentiram-se oferidos e afrontados por não aceitarem a cobrança de direitos que em sua cultura compreendia-se como um absurdo, principalmente por esta cobrança surgir daqueles considerados submissos e inferiores na escala social, faz-se necessário um relato mais detalhado e cronológico como recurso para melhor entender-mos um dos momentos mais significativos da luta do sindicato no município, na defesa dos direitos daqueles que até aquele momento não tinham direitos.

ACORDOS E AÇÕES JUDICIAIS

Em novembro de 1975 o trabalhador rural José Luís do Nascimento, foi como de costume dispensado do trabalho na propriedade do Sr. Luís Gonzaga Aguiar, sem nenhuma justificativa, e direitos sequer se falava.

Como sócio do sindicato, e ciente dos esclarecimentos que este fazia, José Luís procura maiores informações com o então presidente do sindicato, o Sr. Luís Silva.

Sendo informado em pormenores o que a lei garantia, José Luís, resolve encaminhar através do sindicato a cobrança de seus direitos.

Dando andamento na ação, o sindicato em 05 de novembro de 1975 faz um convite através do ofício 21/75 ao Sr. Luís Gonzaga Aguiar, para que compareça ao sindicato para tratar de conciliação com o trabalhador José Luís do Nascimento, que reclamava: A) reintegração no serviço, B) férias não pagas, C) 13º salários não pagos, D) diferença de salário. Apesar da prepotência do proprietário tendo em vista o impacto que causou a atitude do trabalhador, não foi possível a realização de um acordo.

A decisão do trabalhador em questionar a prática instituída, em questionar o patrão, discutir direitos, não é uma atitude fácil de ser tomada. Assumir esta posição implica em romper com tradições a muito estabelecidas. Esta decisão não afronta um patrão em particular, mas o conjunto do patronato rural e sua cultura de apadrinhamento.

Nesta região onde o Senhor da terra, o proprietário rural, na maioria dos casos convive no mesmo meio que seu trabalhador, ou aquele que trabalha em suas terras como meeiro, rendeiro, etc. relacionando-se cotidianamente nos seus afazeres, por vezes comendo na mesma mesa, participando das mesmas festividades, congregando-se na mesma religião onde o Deus que se prega é aquele que pune, que vigia constantemente para cobrar os pecados, ou seja a visão também de um Deus patriarcal severo e não libertador. Comungando também na crença de um mal comum a seca, condiciona um universo de relações com nuances diversas, onde as contradições escondem-se por traz do paternalismo, sendo muito difícil aquele que se encontra na condição de explorado reconhecer na pessoa de seu compadre, seu padrinho , a figura de seu explorador.

Dado esta realidade a decisão de levar um ex-patrão a justiça, mesmo por uma causa justa, não é decisão tão simples, como para outros trabalhadores em outra realidade, onde sequer conhecem o patrão, onde não existe nenhum vínculo a não ser a relação capital e trabalho.

Dando seqüência a sua atuação no meio rural, o sindicato prossegue em suas ações, respondendo a problemática que surgiam nas reuniões em questões levantadas pelos trabalhadores.

Em março de 1976 os trabalhadores rurais do sitío Serra de Moça, são prejudicados em suas lavouras, devido alguns animais pertencente ao Sr. Ponço de Eva, estarem causando sua destruição. Uma vez prejudicados, estes trabalhadores em reunião no sindicato, procuram

uma forma de solucionar o problema e decidem por um acordo, e autorizam o sindicato a promovê-lo.

O sindicato por sua vez procura entender-se com o proprietário dos animais. Desta forma o Sr. Ponço de Eva é convidado ao sindicato para discutir a questão. Convite este feito com o ofício Nº 08/76 datado de 22 de março de 1976. Foi realizado o acordo.

Nesta mesma data através do ofício Nº 09/76, o Sr. Sebastião Pedro, residente em Poção-PE é também convidado pelo mesmo motivo de destruição de lavouras por seus animais nos roçados dos trabalhadores do mesmo Sítio da questão anterior. Também foi feito um acordo.

No mês seguinte o proprietário rural Manoel Pereira, é também procurado pelo sindicato (ofício 16/76 de 26 de abril de 1976), a fim de entendimento, tendo em vista reclamações de trabalhadores em reunião no sindicato.

Muitos destes casos eram levados ao sindicato pelos trabalhadores, embora nem todos tenham sido registrados, tendo em vista em sua maioria não chegarem à justiça, nem sequer um acordo entre as partes. Os trabalhadores eram intimidados pela pressão dos grandes proprietários e seus representantes.

UFCG-BIBLIOTECA

A NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Assistência jurídica não existia, o sindicato é que buscava inteirar-se da legislação e transmiti-la aos associados, confiante ainda na execução das leis, da justiça. Este papel foi desenvolvido por Luís Silva o então presidente do sindicato, que apegava-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e ao Estatuto da terra para questionar as arbitrariedades cometidas no meio rural.

Entendendo que as dificuldades que o sindicato de São Sebastião do Umbuzeiro enfrentava não era diferente dos localizados nos municípios vizinhos, Luís Silva pro-

cura articular estes sindicatos para juntos discutirem e aprofundarem seus problemas comuns. Com esta idéia em 03 de novembro de 1976 envia um convite aos seguintes sindicatos: STR de Sumé; STR de Prata; STR de Ouro Velho; STR de São João do Tigre; STR de Camalaú e Monteiro, para participarem de uma reunião a ser realizada no dia 13 do corrente na sede do sindicato de Monteiro.

Iniciava-se assim, um processo de interação entre estes sindicatos que iria culminar com a formação de um pólo sindical no Cariri.

Como resultado desta reunião foi elaborado um documento e enviado a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-PB), onde relatava as dificuldades que estes sindicatos passavam. Este documento apontava como um dos principais problemas, a ausência de assistência jurídica para dar encaminhamento as questões que eram levadas a estes sindicatos. Diante disto reivindicavam um advogado para acompanhar a região. Pela importância deste documento que retratava a realidade vivida pelos trabalhadores naquele momento, merece que seja transcrito na íntegra, como segue:

*" * Ofício S/Nº/76 de 13 de novembro de 1976.*

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de: São Sebastião do Umbuzeiro, Monteiro, São João do Tigre, Sumé, Ouro Velho, Camalaú e Prata, conjunto em reunião realizada na Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monteiro, em 13/11/76. Para estudar os mais variados problemas da Categoria, que depois de estudados e debatidos que entre outros, um dos maiores problemas dos trabalhadores da Região além da necessidade de ampliação da assistência Previdenciária, a falta de assistência jurídica para defender na justiça os direitos do trabalhador. Tendo em vista que vários problemas tem existido na classe

muitas vezes sem soluções, por motivo de não ter advogado da classe na localidade. Entre os quais: problemas de limites de propriedades, tempos de serviços, destruição em lavouras por animais de criadores, problemas de parceria, arrendamentos e outros. Existindo apenas um advogado do Estado na justiça comum local, que na maioria dos casos o trabalhador sempre é a vítima. E não possuindo condições econômicas suficiente ao custeio das despesas de viagem e estadia para irem a Delegacia da FETAG-PB ou Sede em João Pessoa, envolvido também pela timidez das pressões feitas por empregadores e latifundiários, motivos que faz o trabalhador preferir os despejos, prejuízos, injúrias e outras circunstâncias apesar das constantes orientações Sindicais nestes últimos dois anos.

Os sindicatos acima relacionados e abaixo assinados, põe em mãos da Diretoria da FETAG-PB a seguinte Reivindicações: que seja constituído um advogado para a cidade de Monteiro, instalado para da assistência jurídica aos Trabalhadores Rurais do Cariri. Que em nossa opinião seria a forma que solucionaria o problema que tem causa das maiores injustiças praticadas aos Trabalhadores Rurais.

Para efeito de nossa solicitação indicamos o nome da advogada Dra. Quitéria Fernandes Batista de Andrade pela a sua Qualidade de uma boa Profissional residente em Sumé tendo à mesma formatura com mais de dois anos.

Ainda para efeito de nossa Reivindicação oferecemos pagar o aluguel da casa ajudar e colaborar de conformidade com as condições econômicas e materiais dos Sindicatos que representamos.

Na certeza de contarmos com atenção e o apoio desta diretoria unidos dividindo sacrifícios conseguiremos preparar o progresso e o bem estar social do homem do campo.

Do momento aproveitamos a oportunidade para renovar os nossos protestos de elevada estima e consideração. Luís Silva - STR de São Sebastião do Umbuzeiro, Antônio Freitas de Oliveira - STR de Monteiro, Delfino Bezerra Leite - STR de São João do Tigre, Pedro Paulo Amorim - STR de Sumé, Jurandi Izidro de Lima - STR de Ouro Velho, Nominando de Freitas Miranda - STR de Camalaú, Pedro Salvador de Lima - STR de Prata."

Neste mesmo mês no dia 18, o sindicato elabora um relatório destinado a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fazendo uma retrospectiva na história, resgatando o processo pelo qual os pequenos proprietários foram sendo expropriados e explorados ao longo do tempo, pelos Senhores da terra os coronéis, e como o poder vinha sendo transmitido a seus descendentes. Neste documento podemos notar como vinha evoluindo a exploração dos trabalhadores rurais a serviço dos grandes proprietários, onde a cada ano vinham sendo prejudicados pela desumana relação de produção, conforme podemos tirar conclusões após ler este documento, transcrito a seguir.

CAPÍTULO III

UM TESTEMUNHO DA EXPLORAÇÃO NO MEIO RURAL

**Ofício Nº 41/76 de 18 de novembro de 1976.*

"Em referencia a problemática histórica e atual do trabalhador rural de São Sebastião do Umbuzeiro-PB, computado através de conhecimentos adquiridos em 21 anos de trabalho no campo neste município, contando dos meus 10 anos de idade quando comecei a trabalhar para ajudar a meus pais na manutenção da família. Aproveitando também histórias de pessoas idosas, e no presente, completado com as experiências sindicais adquiridas nestes últimos dois anos, apresento a esta Confederação o seguinte relatório: Histórias contadas pelas pessoas idosas dão conta de que, a sessenta anos as terras eram soltas, ocupadas mais por pequenos proprietários e parceiros, que fixavam suas residências cercando apenas as terras de trabalho. No entanto, todos criavam animais de grande e pequeno porte, nas grandes áreas de terra soltas. Com a chegada de alguns burgueses que tinham patentes compradas com dinheiro, como por exemplo: Coronel Nilo Feitosa, Coronel Acelino de Brito, Major Sátiro Feitosa e outros, foram os maiores grilheiros do município.

Acabavam com várias glebas expulsando pequenos proprietários e parceiros, aonde começavam uma

cerca chegavam até a onde queriam, muitas vezes usavam a polícia ou cabras armados, conhecidos hoje como pistoleiros, fazendo as maiores barbaridades desumana e social, escravizando os habitantes e os que não se sujeitavam eram mortos ou tinham que se retirarem. Estas donatários se dedicavam ao criatório de gado ocupando a maior parte da terra da região. Mas nas décadas de 1940 a 1950 com o desaparecimento dos Majores e Coronéis que deixavam seus bens para os filhos que estudavam nas Faculdades das Capitais dos Estados, foi as oportunidade melhores que os vaqueiros e moradores tiveram, apesar das secas a falta de assistência previdenciária e outras circunstâncias do qual a época. Os novos patrões davam as margens dos açudes para os moradores plantarem, milho, feijão, abóboras, legumes que se mantinham e vendiam no comércio. Não faziam questão pelo o leite do gado, que os moradores faziam queijos, qualhada e manteiga de garrafa. A produção de bovinos, ovinos e caprinos era partido de quatro ficando um para o morador ou vaqueiro, davam oportunidade aos moradores de criarem seus pequenos rebanhos em suas propriedades sem outras exigências. Mas nestes últimos 12 anos a situação agravou-se e vem agravando-se cada vez mais para o trabalhador rural morador, vaqueiro, parceiro ou assalariado, com a nova administração dos doutores filhos e genros dos coronéis de outrora. Não fazem mais partilha da produção dos seus rebanhos com os moradores ou vaqueiros, atualmente pagam apenas 5,00 por cada bode ou carneiro de cria depois que os mesmos tenham mais de um ano de idade porque com menos, estão sujeitos a não se criarem e não se criando os donos estão livre do pagamento ficando o trabalho perdido para o morador. Os açudes agora são revestidos de capim, as derrubadas são feitas para o plantio de palma forrageira para tratamento do gado, aram as terras com tratores, plantam palma, algodão arbóreo e arranjam os trabalhado-

res com parceria de 3 a 5 sacos de milho recebem um, o trabalhador se interessa pela a terra arada mas, o problema é que só trabalha na área um ano porque a palma e o algodão crescem não havendo mais possibilidade de cultivar outra lavoura no terreno, afastando assim o homem da terra. Dando prosseguimento aos seus empreendimentos e o trabalhador permanecendo nos escalões da fome e da miséria. Na época do tratamento do gado, este ano pagaram de 100 a 130 trabalhando os domingos e feriados de 10 a 12 horas por dia. Tempo de serviço nunca foi pago a trabalhador rural na região, não dão mais oportunidade ao morador de criarem em suas propriedades. O leite é para criarem os bezerros ou venderem deixando muitas vezes o morador sem o produto para os próprios filhos. Alguns deles possui barracão vendendo tudo mais caro do que no comércio, descontando logo seus vencimentos em mercadoria e quando precisam de dinheiro emprestado do patrão, tem deles que cobra juros de 4 e 5% mensal. Calculamos entretanto que 10% dos possuidores de terra no município, são os donatários de 60% da área total do município, variando de 200 a 8.000 hectares para cada um, ficando apenas 40% desta área para os proprietários de 1 a 200 ha., que segundo os cálculos será assim distribuído: 40% os que possui de 1 a 10 ha., que são parceiros e assalariados como trabalhador volante permanente, 25% os possuidores de 10 a 50 ha., sendo 100% trabalhadores volante temporários, 15% são proprietários de 50 a 100 ha., que já são 30% trabalhadores volantes temporários, e 10% são os donos de 100 a 200 ha., são os trabalhadores autônomos do município. Acredita-se que 30% da população rural não tenha terra, que é um dos fator responsável pelo o aumento de mais de 10% da parceria nestes últimos 6 anos. Entretanto uma das maiores problemáticas do Sindicato é a conscientização do homem do campo, pois cujo homem é aquele que acredita e ao mesmo tempo desacre-

dita. Adaptado aos tradicionais sofrimentos. Acreditam mais na orientação dos seus empregadores do que em sua Entidade de classe, um fato é que nesta região os Convênios de assistência médica Odontológica do FUNRURAL são feitos com as Prefeituras municipais, que sem dúvida está na administração dos seus próprios empregadores. O que o movimento sindical precisa é de mais união dividindo sacrifícios com realizações de visitas das Federações e Sindicatos de melhores condições econômicas, levando melhores orientações para fazer o trabalhador rural crer, que a única solução para a sua independência econômica e social seria uma reforma agrária efetiva e democrática. Solicitamos outrossim que as Autoridades brasileira inclua a região do Cariri como área prioritária da reforma Agrária esperança viva do trabalhador rural brasileiro. Reforma Agrária com distribuição de terra porque sem terra jamais o trabalhador terá condições de produzir suficiente para melhorar o seu nível econômico e social, contribuindo assim para o desenvolvimento da nossa pátria."

Em dezembro de 1976 outro relato semelhante, como podemos ver a seguir, é enviado à Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), onde mais uma vez o Sindicato descrevia a exploração dos trabalhadores no universo rural. Tanto neste, como no relato anterior o sindicato já manifestava a esperança na reforma agrária, refletindo sua prática do dia a dia com os trabalhadores, onde pregava incansavelmente a necessidade desta para melhoria das condições de vida no campo.

* Ofício 43/76 de 03 de dezembro de 1976.

"Comunicamos que a situação do Trabalhador rural sem terra no Cariri, vem se agravando cada vez mais em relação a terra, nestes últimos 16 anos. Em face do grande interesse pela a pecuária, e o abandono da agricultura, por parte dos grandes proprietários. Na década de 1950 me lembro ainda muito bem, que os empregadores rurais davam melhores condições aos seus parceiros,

que chamava-se de vaqueiro e moradores . Pois, seus açudes à estes eram entregue, que por sua vez cultivavam milho, feijão, abóbora, batata doce, tomate e hortaliças, que servia para suas próprias alimentações. Os rebanhos de bovinos, ovinos e caprinos que os moradores e vaqueiros tomavam conta, a eles eram pagos com a produção, na média de 20 a 40% da produção total. Estes vaqueiros e parceiros tinham o direito de criarem seus pequenos rebanhos nas propriedades de seus patrões...; a produção do leite era do vaqueiro, que também ajudava no tratamento do gado no tempo do verão. Apesar das secas, comunicações péssimas e que não havia assistência previdenciária para o homem do campo, mas, havia um sistema de parceria mais adequado. Com o desenvolvimento das comunicações, e a mecanização, os grandes proprietários, foram aos poucos mudando o sistema de parceria, que atualmente pode se dizer que o trabalhador se encontra entre a falsa parceria e o salário injustiçado . Agora estão pagando simples salário por semana, mesmo por tempo indeterminado, mais sem assinarem a carteira de trabalho, sem pagarem 13º salário, férias e tempo de serviço. Intimidam os trabalhadores ameaçando-os de se estes procurarem direitos na justiça não darem mais terra para eles trabalharem, casa ou serviços. Entretanto não dão mais a produção do leite ao morador, os Açudes agora são usados para o plantio de capim, não pagam mais aos vaqueiros com a produção do gado. Agora é apenas 5,00 por cada bode ou carneiro quando estes já estão com mais de ano, porque os que morrerem com menos disto, nada será pago e o prejuízo do trabalho ficará para o assalariado. E quando este assalariado precisa de dinheiro adiantado, muitos deles cobram 5% de juro mensal. Os pequenos proprietários possuidores de 1 a 20 há., por ser uma área insuficiente para trabalhar com sua família, se dedicam também ao salário e ao tal sistema de parceria. Recebendo a área de terra plantada com o algodão arbóreo, que aproveitando as ruas do mesmo plantam milho, fei-

jão macaça, sendo o pagamento 50% do algodão. Mas, ocorre que as vezes antes do trabalhador tirar a colheita, o proprietário bota o gado dentro, para aproveitar o pasto que é o que mais eles se interessam. Este gado pouco significa para o mercado de consumo interno local, pois, apenas duas reses são matadas para este consumo, para uma população de quase 6.000 habitantes (Senso de 1970). Esta população perfaz a maioria de trabalhadores rurais e seus dependentes, porque neste município não existe uma Indústria sequer exceto algumas Fábricas de caroá ou motores de agave, que cuja mão-de-obra é do próprio trabalhador. Dizendo isto dá para se entender que alimentação desta população, tendo em vista a mais sofrida classe de trabalhador rural, o quanto é sensivelmente precária.

O que resta ao trabalhador, é a esperança de Reforma Agrária com distribuição de terra, com direito para todos, como diz a mensagem 33. Pois o trabalhador tendo terra, tem crédito, tem financiamento e assistência técnica porque a terra mesmo garante.

Haverá aumento de produtividade, melhora a estrutura econômica do trabalhador rural, haverá um novo índice econômico na economia Nacional, e haverá paz e justiça social.

Lembramos ainda, que tem proprietário com mais de 5 mil hectares de terra, que não tem 50 ocupado com agricultura, aqui no município de São Sebastião do umbuzeiro.

Do momento aproveitamos a oportunidade para renovar os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração. Luís Silva, presidente."

Diante deste quadro de exploração originário da concentração fundiária, é que o sindicato elaborou seu plano de lutas. Impossível seria fazer sindicalismo sem questionar as origens da miséria e da dependência. Foi portanto, a partir desta realidade que surgiu a bandeira da Reforma Agrária e da conquista dos direitos trabalhistas.

A diretoria do sindicato compreendia naquele momento que, a conquista dos direitos resolvia-se ao ser reclamado legalmente nas instâncias judiciais. Ficando daí por diante nas " Mãos da Justiça", confiando na total aplicação das leis.

Com esta visão, a barreira maior que compreendiam existir para promover mudanças neste quadro de injustiças era conscientizar o trabalhador de seus direitos, desconhecidos e desrespeitados e a necessidade destes reclamarem judicialmente. Tarefa que o sindicato procurava realizar.

Em janeiro de 1977 ainda sem receber comunicação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG -PB) com alternativa a problemática delatada no ofício de 13 de novembro do ano anterior, em que solicitavam um advogado para acompanhar a região, o sindicato faz nova cobrança a FETAG.

Neste apelo a Federação, por esta assistência jurídica, o sindicato comunicava que dado a ausência desta assistência, os trabalhadores vinham se afastando do sindicato, uma vez que, não tinham condições de dar andamento nas questões que surgiam, ocasionando assim o descrédito destes com relação ao sindicato, tendo como agravante a propaganda negativa que vinha sendo feita pelos grandes proprietários.

No mês seguinte a FETAG comunica que está tomando as providências para prestar à assistência jurídica solicitada.

Com esta perspectiva os trabalhos são retomados, e através do advogado indicado pela FETAG o Dr. Antônio Carlos Barros residente em Serra Branca, dois trabalhadores rurais de São sebastião do Umbuzeiro requerem na justiça a escritura de usucapião de propriedades em que ocupavam a 10 e 20 anos respectivamente. Encaminham também uma ação judicial relacionada com problemas de limites de propriedades.

À assistência jurídica a cargo do Dr. Antônio Carlos não durou muito tempo, de forma que em dezembro

de 77 o sindicato bate novamente as portas da FETAG, para novamente encaminhar requerimento de usucapião em favor de Amaro Bezerra da Silva e Vicente Barbosa Neto, ambos sócios do sindicato.

E com a contratação do Dr. Antônio Mariano Sobrinho, em junho de 1978 que os sindicatos da região recebem de fato uma assistência jurídica mais consistente.

Dado a proximidade que o Dr. Antônio Mariano já tinha com o movimento sindical da região, bem como a identidade de princípios na luta pelo resgate a cidadania, seu papel como advogado não limitou-se aos aspectos formais jurídicos, mas também em desempenhar um trabalho de formação com os dirigentes sindicais.

Em seu relatório de atividades referente ao período de junho de 78 a janeiro de 79, o Dr. Antônio Mariano fez o seguinte esclarecimento relacionado com a assistência jurídica aos sindicatos da região: Embora a legislação vigente aponte como um dos maiores objetivos de um sindicato a assistência jurídica aos seus associados, os sindicatos de trabalhadores rurais do cariri paraibano, permaneceram durante longo tempo sem a devida assistência, pois, o advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba - FETAG-PB, residente em João Pessoa, nem sempre podia atender às necessidades desta região do cariri. Assim, a atual assistência jurídica aos sindicatos desta região foi uma conquista dos trabalhadores rurais, através dos Srs. Presidentes dos seus órgãos de classe. Liderou esta conquista o Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, juntamente com Sumé, seguido dos presidentes de sindicatos de Monteiro...

Neste relatório o Dr. Antônio Mariano, aponta alguns problemas enfrentados pelos sindicatos.

"1 - Em alguns municípios os "chefes políticos" locais procuram desmoralizar os sindicatos e até fazem pressão sobre seus dirigentes; trabalhadores são obrigados a deixar os sindicatos e muitos são até ameaçados...

2 - A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG-PB vivem muito "esquecidas" de ajudar os trabalhadores e os sindicatos do cariri razão por que se acentue tanto o problema anteriormente mencionado, uma vez que os Srs. Presidentes dos Sindicatos, muitas vezes, sentem-se fracos demais para enfrentar as chefias locais, e, por isso, só tem um caminho, tornarem-se covardes.

3 - Falta um trabalho de base, de orientação ao homem trabalhador do campo. Sindicalismo exige organização; movimento sindical exige conscientização e estas duas coisas só se consegue com um trabalho de base...

Sugestões apontadas no relatório:

- Realizar um trabalho de base, para que o trabalhador rural saiba o valor do seu sindicato, conheça seus direitos e deveres e possa lutar por uma vida melhor.

- Realizar planos globais de atividades com metas, objetivos e métodos definidos e que realmente tenham uma conclusão positiva, caso contrário o movimento sindical não passará de uma utopia...

Atividades realizadas:

- São Sebastião do Umbuzeiro.

1 - Caso do trabalhador Antônio Luís Silva: Uma escritura de terras que não poderia ser passada por falta de registro.

2 - Uma ação de usucapião para que o trabalhador possa registrar sua propriedade rural.

3 - Caso do Sr. Cícero Rufino da Silva: Registro e tutela de dois netos.

4 - Manoel Severiano Leite: Caso de um terreno pertencente ao trabalhador, o qual foi tomado por alguns familiares.

5 - Caso de Zacarias José Domingos: Uma certa família tomou parte das terras do trabalhador mencionado..."

Conforme podemos ver neste relatório, a assistência jurídica compreendia ações diversas, atuando tanto na cobrança dos direitos trabalhistas, quanto em outras questões como legislação de registro de propriedades, regularização de posse mediante, ação de usucapião e outros casos como o do Sr. Cícero Rufino da Silva pela tutela de seus netos, o que permite concluir que o sindicato procurava discutir com seus associados os problemas vivenciados em todos seus aspectos.

Em uma carta a Luís Silva datada de 08 de outubro de 1978, o presidente do sindicato de São João do Tigre, Delfino Bezerra leite faz o seguinte relato: *"Eu chegando aqui em São João do Tigre, encontrei uma barra pesada contra a velhinha que eu fui com ela a Monteiro falar com Dr. Antônio, a respeito do acordo sobre a casa, o delegado de polícia desta cidade o Sr. Adelgizio Alves de França junto a uma equipe forçou a velhinha a sair da casa. Até hoje dia 08 se não sair da dita casa ele joga ela fora na marra... urgentemente dei um telefonema para Dr. Antônio... a mesma esta muito amedrontada, que o tal disse que este sindicato é uma porcaria, não vale coisíssima nenhuma, está sujeito até um ataque comigo, que eu enquanto puder falar dou minha palavra ao lado dela..."*

Este relato mostra que estes sindicatos tinham a preocupação de sempre estar ao lado do associado, em qualquer circunstâncias, de forma que o posicionamento adotado de lutar pelo resgate da cidadania, pela dignidade, pela justiça ia muito além das questões trabalhistas.

Com a atuação do Dr. Antônio Mariano, dado seu empenho e firmeza de propósito, não intimidando-se com o descontentamento e as pressões dos chefes políticos e potentados rurais, em 1979 o trabalho do sindicato intensifica-se.

Em fevereiro, o sindicato atendendo ao sócio Severino Leite da Silva convida ao sindicato os proprietários rurais: Manoel Luiz de França; Justo Rufino da Silva e Expedito Bezerra Torres a fim de entendimento sobre limites de propriedades. Foi feito o acordo.

Em junho do corrente ano, atendendo ao trabalhador Lourival Mendes de Andrade sócio do sindicato que reclamava destruição de lavouras por animais do Sr. Caciano Rodrigues do Nascimento, este é chamado ao sindicato e com muito trabalho promovem um acordo.

Ainda em junho é feito um acordo que tratava de limites de propriedades entre o sócio do sindicato o Sr. Zacarias José Domingos e o agropecuarista Edmilson torres de Almeida, residente em Monteiro.

Neste mesmo mês outro acordo é promovido pelo sindicato, conforme podemos ver a seguir:

"TERMO DE ACORDO

Aos 16 (dezesseis) dias do Mês de junho de 1979 (mil novecentos e setenta e nove), na sede do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MONTEIRO, sediado em Monteiro-PB, presentes os Srs. Presidentes do STR de Monteiro, Sr. Antônio Freitas de Oliveira; o Sr. Presidente do STR de São Sebastião do Umbuzeiro, Luís Silva; o advogado da FETAG e dos Sindicatos, Bel. Antônio Mariano Sobrinho; o Sr. Mauro Severiano Leite; o Sr. Manoel Severiano Leite; o Sr. Cícero Bezerra dos Santos; O Sr. José Bezerra dos Santos (José Panta), Sra. Maria José Casé; José Bezerra dos santos; Sr. Severino Malaquias dos Santos; Sr. José Afonso Lins; Sr. José Pinto Bezerra - foi feito o seguinte acordo nos termos que se seguem:

1º) Dentro da propriedade salão, sediada em São Sebastião do Umbuzeiro-PB, é concedida uma área de 10 (dez)

hectares para o Sr. Manoel Severiano Leite, brasileiro, maior, residente no sítio Salão, já mencionado. A área de terra deverá dividir-se com Paulo Figueiredo, ao Norte; Sr. José Bezerra dos Santos (José Panta); ao Leste, D. Maria José Casé; ao Sul, Sr. José Afonso Lins.

2º) Dentro da mesma propriedade, é concedido à Maria José Casé, e a seus irmãos, a área de 20 (vinte) hectares. A área fica com as seguintes confrontações: Ao Oeste, terras de Manoel Severiano Leite e Paulo Figueiredo, digo Paulo Bezerra de Figueiredo; ao Leste, Mauro Severiano Leite; ao Norte, Clóvis dos Santos.

3º) Ao Sr. Mauro Severiano Leite é concedido uma área de terra, aliás, terras que já lhe pertence por direito de posse, em todo o comprimento da propriedade Salão, dividindo-se ao Leste com Cícero Bezerra dos Santos, (Cícero Salão) que, por sua vez, se divide com João Feitosa Ventura, ao Leste, com Clóvis dos Santos, ao Norte ; e Manoel Pereira , ao Sul.

4º) O acordo é válido entre as partes e seus herdeiros, estando todos de acordo que não haverá nenhuma interferência de parentes, a fim de modificar o que foi acordado. Poderão, inclusive, as partes, conforme suas condições, registrar suas áreas de terra, como necessário for. Estando todos de acordo, foi lavrado o presente termo que foi lido e vai assinado por todos.

Monteiro, 16 de junho de 1979."

Em 18 de junho o trabalhador José Bezerra da Silva, residente na Fazenda Poço Escuro faz a seguinte declaração ao Sindicato... que o meu patrão o Sr. Antônio Ventura Caraciolo, me ameaçou o direito de liberdade de associação, insistindo intentamente para eu jogar a carteirinha no mato que resolveria tudo, e que todos

que são sócios do sindicato de trabalhadores rural em sua propriedade não tem acesso a terra porque não aceitaria.

Em setembro de 1979 a trabalhadora rural, Josefa Milu da Silva, ao ser ameaçada de despejo da propriedade rural onde trabalhava e residia com seus filhos, recorre ao sindicato e em acordo recebe do proprietário Manoel Cordeiro de Aguiar a indenização correspondente as benfeitorias realizadas.

CAPÍTULO IV
ACIONANDO NA JUSTIÇA OS CHEFES POLÍTICOS E MAIORES LATIFUNDIÁRIOS DO MUNICÍPIO

Em dezembro do mesmo ano, o Sindicato convida o latifundiário Dr. André Bezerra do Rego Barros Júnior, para no sindicato discutir com o trabalhador rural Sebastião Batista da Silva, a possibilidade de um acordo relacionado com os direitos trabalhistas correspondentes a 12 anos e 10 meses, tempo em que o citado trabalhador esteve trabalhando em sua propriedade rural.

O Dr. André comparece ao Sindicato no dia 14 de dezembro, estando também presente o trabalhador Sebastião Batista da Silva. Porém. Não foi possível realizar um acordo, pois o Dr. André sequer apresentou uma proposta para discussão.

"... este não apresentou nenhuma proposta alegando apenas que não tinha dispensado seu empregado, quando os últimos pagamentos feito ao mesmo no final de outubro foi de 40,00 por dia de serviço, proibiu o trabalhador tratar de um pequeno roçado e de criar 12 cabeças de caprinos e disse que não tinha mais serviço para o mesmo..." (ofício nº 54/79 de 14.12.79)

Diante da impossibilidade de um acordo, dada a intransigência do proprietário rural, o Sindicato decide por cobrar judicialmente os direitos negados ao trabalhador associado. Após uma longa batalha judicial, consegue ganhar a causa e o trabalhador consegue receber os devidos direitos.

Até dezembro de 1980, outros dois grandes proprietários foram acionados na justiça pelo Sindicato.

"... Comunicamos que, pela primeira vez na história deste município, os trabalhadores rurais Sebastião Batista da Silva e Antônio Domingos dos Santos, estão acionando na justiça, uma reclamação trabalhista, contra os empregadores e maiores latifundiários do município Dr. André Bezerra do Rego Barros e Dr. João Feitosa Ventura, ex-deputado Estadual e pai do Deputado Estadual atual, Sr. Nilo Feitosa do PDS.

O primeiro empregador possui calculadamente 12 a 13 mil hectares e desfrutam de grande prestígio político na região mas, nenhum reside no município, o ex-deputado mora em João Pessoa e o outro na cidade de Pesqueira-PE, o trabalhador reclama 13 anos de todos os seus direitos trabalhistas inclusive anotações na sua C.T.P.S. (ação contra Dr. André). "... (Dr. João Feitosa) o trabalhador reclama também seus direitos trabalhistas de 32 anos de serviços, o assunto é de grande expectativa na região...estes empregadores rurais são os maiores latifundiários do município por extensão e exploração, tanto estes como os demais empregadores rurais do município não cumprem com as obrigações trabalhistas com seus empregados..." (ofício circular nº 02/80 de 16 de julho de 1980).

Ainda em 1980, o Sindicato defende os direitos do trabalhador rural Euclides Ferreira dos Santos, em uma questão legítima de posse de uma pequena propriedade. Este direito de posse estava sendo contestado pelo latifundiário Malaquias Batista Feitosa, chefe político municipal, presidente do PMDB. Foi feito um acordo com os filhos deste proprietário, e o trabalhador recebeu a quantia necessária para compra de outro terreno.

A luta do Sindicato teve êxito. Os trabalhadores ganharam as causas na justiça e no último caso realizaram um acordo. *"... Os trabalhadores ganharam Dr. João Feitosa já pagou ao seu empregado... Dr. André não se conformou recorreu a 2ª Instância do Trabalho... (após recorrer e perder a causa Dr. André pagou ao empregado) ... Batista Malaquias foi feito um acordo com o seu posseiro comprando outro terreno em igualdade de condição".*

CAPÍTULO V

AS PERSEGUIÇÕES

" Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça..." (Jesus Cristo).

UFSC BIBLIOTECA

O Sindicato até então não havia acionado na justiça latifundiários desta categoria. Grandes proprietários rurais, chefes políticos influentes na região e principalmente no município.

Com estas ações, acirram-se as contradições, as pressões e ameaças. A partir deste momento, estabeleceu-se a linha divisória entre a tolerância e a radicalização da ação, por parte dos grandes e médios proprietários rurais, como também pelos chefes dos partidos políticos que, embora sendo rivais partidários, uniram-se em torno do mesmo propósito de desestruturar o sindicato.

Desde sua fundação, o Sindicato foi alvo de críticas e reações de intolerância por parte dos proprietários rurais e integrantes do poder público municipal, mas de forma aleatória e circunstancial.

Os proprietários rurais, ao sentirem-se ofendidos principalmente com a pregação dos direitos trabalhalistas e a reforma agrária, proibiam seus moradores de associarem-se ao Sindicato, sob pena de serem despejados de sua terras: *"... Mais ou menos 12 horas do dia , ele disse que trabalhador que for*

sócio do sindicato não mora na terra dele." Anotação feita por Luiz Silva em 11-03-75, em um caderno de anotações do sindicato.

"... Proibindo de seus trabalhados serem sócios do sindicato ameaçando-lhe de não lhes arranjar mais terras nem trabalho..." (07-01-77).

Posicionamentos semelhantes a este sempre aconteceram, mas não chegaram a ser um movimento articulado contra o Sindicato.

É, portanto, com as ações trabalhistas que envolveu os maiores latifundiários e chefes políticos, que se dá início a um movimento de forma mais consistente, onde aglutinam-se todos aqueles incontentes com as ações promovidas pelo sindicato desde sua fundação.

A campanha que se desencadeou, visando a desestruturar o sindicato consistia em quatro pontos: 1) Divulgou-se de forma ampla em todo o município que o sindicato era comunista, 2) Que pretendia tomar as terras, 3) Quem fosse sócio seria despejado da propriedade onde morava, 4) Perseguição pessoal as lideranças sindicais, principalmente a Luiz Silva que foi ameaçado de morte.

A divulgação de que o sindicato era comunista e que iria tomar as terras, causou não só aos sócios, mas aos proprietários rurais e também a maioria da população uma atitude de rejeição para com o sindicato e seus dirigentes.

A idéia ou conceito de comunismo associava-se a um fator único e relevante. "Comunista e ateu são a mesma coisa" Com esta compreensão, os próprios sócios, sem maiores informações, aceitavam como verdade absoluta e muitos afastaram-se do sindicato.

Uma afirmativa desta, partindo de personalidades influentes, em um município como São Sebastião do Umbuzeiro, com um alto índice de analfabetismo, sem nenhun meio de comunicação, e levando-se em consideração principalmente as origens e tradições religiosas, não é difícil imaginar a repercussão que houve.

Negar a existência de Deus tem um sentido muito amplo que transcende a própria religiosidade e estende-se no imaginário popular a outras esferas da vida social, como se esta condição implicasse na capacidade de praticar qualquer ato ilegal, abdicando-se de qualquer regra comportamental de convívio na sociedade.

A campanha pela reforma agrária que vinha sendo desenvolvida, foi um ponto forte estrategicamente utilizado pelos grandes proprietários e chefes políticos para aglutinar em torno de suas idéias e objetivos os pequenos proprietários rurais. Utilizando-se de ações judiciais onde colocavam-se como vítimas, argumentando que o objetivo do sindicato com a reforma agrária e as ações judiciais era tomar as terras de seus legítimos donos, não importando que fossem grandes ou pequenos. Neste momento, as diferenças sociais e econômicas não tinham relevância, o que prevalecia era a condição de integrante da categoria "Proprietário".

Diante do número expressivo de pequenos e médios proprietários no município, esta idéia não encontrou resistência em ser divulgada e aceita. Desta maneira, o sindicato passava da condição de dar diretriz à luta que surgia, para defender-se, justificar e esclarecer até mesmo aos associados o sentido de sua luta.

Assim sendo, perde a adesão de maioria dos pequenos proprietários sócios. Uma categoria expressiva que ocilava entre 25% a 30% dos sócios inscritos. (1979/ 1980).

Outros trabalhadores como moradores, parceiros, assalariados etc., também afastaram-se, uns pelas pressões dos patrões que ameaçaram despejá-los, outros por serem convencidos de fato pelas idéias propagandeadas.

Desta maneira, o quadro de sócios que, em 1979, contava com 518 associados, dentre estes 232 quites com suas contribuições financeiras, chega a Dezembro de 1980, com apenas 396, dos quais 139 contribuindo regularmente.

Em um ofício dirigido à Comissão Pastoral da Terra - CPT -, em Campina Grande, o sindicato faz uma abordagem sobre a campanha de desmobilização que vinha enfrentando:

"Apesar dos nossos modestos trabalhos em benefício da categoria profissional, as pressões impostas pelos patrões latifundiários, médicos e dentistas, representante do FUNRURAL, e políticos tradicionais contra o sindicato, e trabalhadores rurais, vêm surtindo bastante efeito, por motivo da dependência econômica, política e social dos trabalhadores, de forma que está sendo visível o esvaziamento do Sindicato. Pois, os grandes proprietários estão ameaçando os trabalhadores de não mais alugarem suas terras aos trabalhadores sindicalizados. Os profissionais do INPS, por outro lado, dispensam guias de encaminhamento e o visto do Sindicato identificando o trabalhador como beneficiário do FUNRURAL, enquanto atendem a todo mundo com a presença ou bilhetes dos políticos dos partidos tradicionais. Com este trabalho já podemos registrar a desativação da organização sindical na Vila de Zabelê, redução das atividades sindicais de organização de base do sítio Riacho da Cruz e o afastamento anônimo de muitos trabalhadores da Comunidade Santo Antônio, como também das grandes fazendas denominadas: Dois Riachos, Capitão Mor, Estrela Dálva etc...". (of.n-23 de 23.07.1981).

A campanha de desmobilização não termina ao pressionar os trabalhadores associados, nem com a divulgação distorcida sobre o sindicato. Como o argumento mais convincente e tradicional dos potentados rurais ainda era a força, não dispensam as ameaças pessoais, principalmente a Luís Silva, o então presidente do sindicato, sendo o mesmo ameaçado de morte.

Neste clima de perseguição, em outubro de 1981, a diretoria do sindicato elabora uma carta-denúncia e a envia à CONTAG, FETAG, Igreja Católica, Sindicatos da Paraíba e Instituições Governamentais e não-governamentais:

"Usamos do presente para informar aos companheiros que há uma grande revolta dos fazendeiros e latifundiários do município, contra a luta dos trabalhadores rurais que lutam pelos seus direitos, e a ação sindical que atua na defesa da categoria, tem sido bastante repudiada e ameaçada por eles... que esta pisa (surra) seria ou estaria preparada para o presidente do Sindicato, mas que a pessoa que recebeu a proposta não aceitou... Outro fato ocorreu na mesma semana com o sócio ativo do sindicato, Heronides da Silva, que foi ameaçado de morte, quando o filho do mencionado fazendeiro sacou de um revolver calibre 38, e empunhando-o, mandou o trabalhador falar para morrer... Mas as ameaças não ficam por aí. O trabalhador rural, pequeno proprietário no lugar denominado Sítio Serra do Fogo, deste município, José Serafim da Silva, está movendo uma ação de indenização de destruição de lavouras na comarca de Monteiro contra um pecuarista... filho de um ex-vereador do PDS... por seus animais ter destruído as lavouras do trabalhador, no mês de março para fevereiro... Por causa disso boatam que irão pagar ao trabalhador com umas balas na cabeça ou que irá morrer gente, mas não pagam a indenização requerida pelo trabalhador, que está nas mão do juiz, para julgamento.

Assim estão sendo as revoltas e ameaças dos fazendeiros e latifundiários do município situado na região paraibana dos Cariris Velhos, onde ainda perduram o coronelismo e a ignorância destes, pertencentes aos partidos do PMDB e PDS, e todos fazem uma grande campanha contra o Sindicato. Aém das ameaças descritas, ameaçam também não arranjar suas terras para trabalhadores sindicalizados, nem serviços em suas propriedades.

Diante do exposto, precisamos de apoio e da solidariedade de todos os sindicalistas do País, Igrejas e colaboradores, e solicitamos a divulgação em todos os meios de comunicação possível, para que todo o país tome co-

UFCG-BIBLIOTECA

nhecimento do que aqui está ocorrendo, para que sejam responsabilizados estes latifúndios pelo que venha a ocorrer no futuro com trabalhadores e dirigentes sindicais do município..."

É importante salientar que, no momento em que o Sindicato enfrentava estas pressões e perseguições a seus líderes e trabalhadores associados, não houve nenhuma manifestação de apoio por parte de qualquer político do município. Se por ventura alguns não concordavam com a posição radical de seus líderes, preferiram a omissão como atitude mais sensata e cômoda.

O único apoio encontrado no município foi o do padre redentorista Frederico Te Linttelo, que se manteve resoluto ao lado do sindicato e seus líderes, fato pelo qual também enfrentou severas críticas por parte dos que constituíam o poder público municipal, políticos e até fiéis religiosos subservientes aos seus chefes.

Por esta atitude foi notório o esvaziamento da Igreja. O argumento de que o padre só falava em política e sindicato, difundiu-se no município, e o resultado disso sentia-se nas celebrações religiosas, onde nitidamente notava-se o citado esvaziamento.

Por não contar com apoio no próprio município, o Sindicato procura ajuda junto à FETAG-PB, organizações não-governamentais, Igreja Católica e ao movimento sindical de outras regiões, articulando-se com o setor mais combativo rural que ressurgia no brejo paraibano.

Aconteceu desta forma uma divulgação a nível estadual e até nacional dos fatos que estavam ocorrendo em S.S. do Umbuzeiro, o que levou lideranças nacionais de alguns partidos tradicionais a intervirem junto aos seus correligionários no município, a fim de não agravar a situação que já transparecia, a ponto de ter chegado ao congresso nacional através de deputados do Partido dos Trabalhadores- PT.

O resultado desta campanha promovida pelos políticos e latifundiários ainda é presente na mentalidade de

muitos. A concepção divulgada, que afirmava a pretensão do sindicato em tomar as propriedades rurais, foi de tal maneira implementada, que mesmo atualmente muitos trabalhadores e também parte da população não aceitam nenhum tipo de envolvimento ou relacionamento com o sindicato ou seus dirigentes.

Uma pesquisa realizada em 1995 espelha esta realidade. Foram entrevistados 60 trabalhadores rurais, sendo 30 sócios ativos e 30 ex-sócios, o que corresponde a aproximadamente 10% dos associados. Nesta pesquisa, entre outras questões, constava no roteiro de entrevista a seguinte pergunta: "Houve época em que algumas pessoas resistiam ao Sindicato. Ainda tem? Porque ?" 39 dos entrevistados responderam que o motivo principal relacionava-se com a pretensão do Sindicato em tomar as propriedades rurais, e 21 abordaram questões diversificadas.

Vejamos, a seguir, a transcrição de algumas respostas dadas pelos trabalhadores, com relação à pergunta comentada. Estas colocações nos fornecem subsídios para interpretar o motivo pelo qual muitos trabalhadores rurais, e também pessoas ligadas a outras atividades, assumiram uma postura radical de rejeição ao sindicato.

" Eu acho que tem... , diziam que o sindicato tomava as terras. Os donos da terra eram quem falavam isso prá gente..., eu mesmo nunca vi o sindicato tomar terra de ninguém, só ouvia conversas ."

" O povo falava, mas nunca tive medo do sindicato porque nunca me prejudicou. Tem gente que tem medo porque botaram na cabeça do povo que o sindicato tomava o alheio, a terra..., eu não sei, só sei que o sindicato indeniza a quem tem o direito na lei."

" Ainda tem pessoas que tem dúvidas. Sei que o Sindicato é uma força porque ajuda a orientar as pessoas no direito que elas tem. Uns tempos atrás uns tinham medo porque falavam que o Sindicato ia tomar as terras do povo, mais isto é besteira..."

" Ouço ainda uns dizer que o Sindicato não vale nada, porque diz que toma terra. Eu não digo porque nunca vi isso acontecer aqui..."

" Tem. Agora eu não tenho medo do Sindicato, mas tem gente que tem, pouco mais tem. Antes apareceu umas histórias que o Sindicato ia tomar as terras, isso foi o que aconteceu, aí o povo teve medo, mais hoje é mais pouco."

" Em épocas atrás as pessoas tinham medo de participar do Sindicato. Eu não... , eu tenho uma compreensão mesmo pouca, mas dá prá entender. A história era que diziam que o Sindicato era comunista e ia tomar as terras. Com isso o povo se assombrava, mas era os grandes que botavam na cabeça dos bestas. Mas hoje não, até que mudou de uns tempos para cá."

" Acho que devera ter. A questão é porque tem muita gente que acha que o Sindicato é comunista e quer tomar as propriedades. Prá que o Sindicato quer terra?. Eu vejo o Sindicato dar alguma coisa, nunca vi tomando."

" Eu mesmo já vi muita gente dizer que o Sindicato não vale nada, que só pensa em tomar o que é dos outros."

CAPÍTULO VI

A SOLIDARIEDADE DOS PADRES REDENTORISTAS

"Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais de novo a jugo de escravidão" (Gl 5,1).

No aspecto religioso, a grande maioria da população de São Sebastião do Umbuzeiro tem sido, desde os primórdios da colonização, fiel adepta do Catolicismo.

Mesmo antes de ser cidade, esta terra distante e esquecida, já era visitada por missionários católicos que se empenhavam em ministrar os sacramentos religiosos.

A fé sempre esteve presente na alma do povo. Todos os aspectos da vida, da luta pela sobrevivência, relacionavam-se em seu cotidiano com a mística da fé.

Desta forma, a vida explicava-se pela vontade divina. Se chovia, era a vontade de Deus; se não chovia, era castigo de Deus. Crianças que morriam (muitas de fome): era Deus que "chamou". A pobreza também era vontade de Deus, que seria recompensada na outra vida. Exemplo desta compreensão, podemos ver nos adágios populares: *"o pouco com Deus é muito e o muito sem Deus é nada"*; *"Deus dá o frio conforme o cobertor"*; *"Deus sabe o que faz, nós não sabemos o que dizemos"*.

Com esta compreensão popular da vontade de Deus, os coronéis/políticos não tardaram a utilizar esta

cultura em proveito próprio. Atualmente ainda se vê em algumas residências fotográfias de religiosos populares no nordeste, ladeados por político do município, buscando êxito em campanhas eleitorais. Desta maneira, o vigário da paróquia sempre foi uma figura bem aceita tanto pelos explorados como pelos exploradores. Uns por conformarem-se com *"a vontade de Deus"*, e outros por *"se aproveitarem da vontade de Deus"*.

Esta realidade só começa a mudar, a partir de 1970, com a vinda dos padres redentoristas, com a interpretação do lado social do evangelho, buscando esclarecer as causas da miséria, da fome, da desigualdade a partir da realidade concreta vivenciada pelos fiéis na comunidade, no município.

Assim explica o Padre João Jorge Rietveld (atual vigário da paróquia) o início desta mudança com a vinda dos redentoristas para esta região:

"Depois de uma missão que os redentoristas pregaram em Monteiro, o Pe. Bento Dashort veio visitar a sede da nossa paróquia. Aí deve ter nascido a idéia de assumi-la. Agora não eram mais franciscanos da Alemanha, mas redentoristas da Holanda. O primeiro deles era Padre Teofânio. Filho de Josephus Cornelius Ludovicus Stallaert e Johanna Petronela Mes. Ele era natural de Arnhem, Holanda." (A terra da mulher que rezeva - fragmentos dos 100 anos de história de São José do Tigre - Paraíba - 1895-1995 - Pe. João Jorge Rietveld).

É ainda Pe. João Jorge quem compara a atuação dos religiosos de duas diferentes ordens na paróquia:

"Os freis franciscanos se dedicavam à construção de igrejas e à fundação de grupos como apostolado, os vicentinos e a união católica, tudo isso fazendo parte da igreja tradicional, segura e conservadora. Aos redentoristas coube a tarefa dificílima de renovar essa igreja estabelecida, tridentina, conforme as normas do Concílio Vaticano II (1960-1965): Abrir as janelas da igreja para a entrada de um ventinho leve e suave,

como disse o Papa João XXIII. Eles fizeram isso com muita persistência e convicção, encontrando fortes barreiras nesta região tão pobre de informações".

Padre Teofânio esteve presente na assembléia de fundação do sindicato e em muitas outras reuniões, sempre pregando a necessidade da organização dos trabalhadores no sindicato.

Com o objetivo de incentivar e contribuir com esta organização, consegue, logo após a fundação do sindicato, um projeto para distribuição de silos metálicos entre os agricultores sócios.

Foi portanto a partir de Pe. Teofânio, que no município a Igreja se definiu politicamente pelos pobres, pelos oprimidos.

Com a saída de Pe. Teofânio da Paróquia, em 1978, o sindicato temendo a volta do conservadorismo, faz um abaixo-assinado solicitando a D. Manoel Pereira da Costa, então bispo da Diocese de Campina Grande, a designação do Pe. Antonino Witschee CssR, para substituí-lo:

"Exmo. Sr. Bispo. Passamos às mãos de V. Excia. o documento anexo, constando 160 assinaturas de irmãos católicos desta região, solicitando efetivamente a pessoa de Pe. Antonino Witschge, em substituição ao saudoso Pe. Teofânio, ex-pároco desta paróquia...Padre Antonino é mais conhecido por nós, inclusive conhecemos mais um pouco do seu trabalho evangélico e sabemos de sua atividade pastoral voltada exclusivamente para os irmãos do campo e sem terra, pobres e oprimidos, sendo nessa região muito carente de um trabalho deste tipo..." (Of. ao Str ao Bispo D. Manoel Pereira em 20.02.1979).

Apesar do curto período de tempo que passou na Paróquia, este padre procurou levar a mensagem do direito à vida, a dignidade e a justiça. Pregava a libertação do povo oprimido, incentivava a participação dos trabalhadores rurais no sindicato. Fato este que desagradou a

muitos chefes políticos, espantados com as pregações onde se falava de pobreza, desigualdade e sindicato.

No livro de Tombo, o Pe. Antonino fez a seguinte anotação:

"Entretanto, os dois padres (Antonino e Frederico) notam que a atenção e assistência que dedicaram aos sócios dos sindicatos rurais nem sempre agradam. Mas isso não os incomoda. O que importa é que o homem do campo seja respeitado". (A Terra da Mulher que rezava-Pe. João Jorge Rietveld).

Padre Frederico, sucessor de pe. Antonino, assumiu a Paróquia, em 1980, época em que o sindicato estava enfrentando perseguições e campanhas de desmobilização por parte de todos os chefes políticos, sem exceções, conseqüência das ações trabalhistas, onde foram acionados os chefes políticos maiores do município: Dr. João Feitosa Ventura, líder inconteste da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e chefe político regional; Malaquias Batista Feitosa, chefe político e principal líder do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e Dr. André Bezerra do Rego Barros Júnior, um dos maiores latifundiários do município.

Pe. Frederico não se intimidou com este clima de revolta por parte do poder dominante. Foi um incansável defensor do movimento sindical, ajudando também em ações de caráter imediato, tais como: projeto de distribuição de feiras em épocas de secas, ajuda para compra de transporte para o sindicato e também ajudas aos dirigentes do sindicato que se encontravam em dificuldades para arrumar trabalho no município. Em decorrência desta sua posição, entrou em choque com o poder dominante, por não se omitir, não calar diante das injustiças cometidas, colocando-se ao lado do sindicato, na luta pela conquista dos direitos dos trabalhadores.

Pe. João, em seu livro A terra da mulher que rezava, fala desta atuação de Pe. Frederico na Paróquia:

"Foi ele, mais do que outro padre anterior, que tentou sensibilizar o povo para a chamada questão social. Foi ele também que tentou explicar que pobreza, miséria e atraso não são culpa de Deus, mas em grande parte conseqüência de uma mal administração e cobiça por parte dos homens. Ele sabia que a voz profética nem sempre agrada e escreveu: Mesmo nos referindo quase que exclusivamente às enciclicas dos Papas, ouvimos muitas queixas como; Esse padre só fala em política e sindicato. Junto ao sindicato de Umbuzeiro houve um esforço de conscientização política o que não está sendo visto com bons olhos pelos políticos... As leis trabalhistas e os direitos fundamentais do homem muitas vezes não são respeitados ".

Pe. Frederico, como afirma Luis Silva, *"Não foi só um aliado na luta, foi também um amigo nos momentos difíceis".*

Em resposta a uma carta deste padre que se encontrava em férias na Holanda, Luis Silva informa a luta do sindicato no município:

"As causas trabalhistas os trabalhadores ganharam, Dr. João Feitosa já pagou ao seu empregado 60.000,00 livre das despesas de cartório e advogado para não apelar o tribunal do trabalho, e o Dr. André não se conformou, recorreu a 2ª instância do trabalho; Batista Malaquias foi feito um acordo com o seu posseiro, comprando outro terreno em igualdade de condições."

Continua: *"As novidades nacionais, as de maiores destaques no momento são as que estou anexando os recortes de jornais para o senhor lembrar sempre dos nossos problemas".* (24 de outubro de 1979).

Ao deixar a paróquia em 1989, outro holandês, Pe. João Jorge Rietveld, dá continuidade a este trabalho voltado para os pobres, os oprimidos, mantendo o vínculo de solidariedade com o sindicato e os agricultores.

Estando na paróquia a convite do Pe. Frederico desde 1986, João Jorge, engenheiro agrônomo, mesmo

antes de ordenar-se e assumir a paróquia, inicia um trabalho junto ao Sindicato e à Associação dos Pequenos Produtores de São Sebastião do Umbuzeiro, auxiliando tecnicamente e economicamente um pequeno grupo de agricultores e dirigentes do sindicato a subsistirem em um pequeno pedaço de terra.

Ordenou-se padre em Monteiro em 1987, tendo como padrinho de ordenação, o agricultor Heronides Inácio da Costa, então presidente do sindicato.

Dada sua opção pelos desfavorecidos e sua formação técnica, Pe. João Jorge é, portanto, o primeiro padre a assumir diretamente um trabalho junto aos agricultores, empenhando-se em um projeto de financiamento e apoio técnico ao desenvolvimento de culturas irrigadas, principalmente o tomate. Desenvolve, também, outros projetos voltados para as mulheres e os jovens, tais como: apoio à Associação de Rendeiras e Costureiras, e ajudas a estudantes carentes com um programa de distribuição de bolsas de estudos.

Este padre segue a linha de seus antecessores redentoristas, quanto à questão social. Procurando resgatar a dignidade, o valor humano e o respeito a que o povo tem direito, é incompreendido pelo poder público municipal, que se não esperavam seu apoio, esperavam pelo menos sua omissão. Isto não acontecendo, lançam mão de um antigo argumento: *"Este padre está fazendo política"*.

Mesmo assim, não se deixa intimidar e prossegue na luta, contribuindo com a transformação social em busca de um mundo melhor, onde o homem possa ser respeitado em sua dignidade.

CAPÍTULO VII

ROMPENDO COM O CONSERVADORISMO DA ESTRUTURA SINDICAL.

Em 1980 Luís Silva como presidente do sindicato, foi convidado por Álvaro Diniz presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-PB), para participar de um encontro estadual a ser realizado na sede da Federação em 22 de agosto do mesmo ano. Este encontro tinha por objetivo discutir a estrutura sindical vigente.

Discutir sobre a estrutura sindical era um tema novo que se apresentava naquele momento. Até então, as reuniões e encontros promovidos pela Federação (FETAG-PB) tratavam apenas da administração e cumprimento das legislações, seja agrária, providenciária ou trabalhista, e não de questioná-las.

Tendo como prática de sempre estar presente às reuniões e encontros promovidos pela FETAG, Luís Silva mune-se do material mais utilizado e comentado naqueles encontros: o Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964; legislação trabalhista, Lei 8.589 e um exemplar da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e se faz presente, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, naquele evento.

A partir daquela data e daquele encontro, o sindicalismo rural tomaria outros rumos e a Federação não mais conseguiria impor sua autoridade sobre os sindicatos, sua posição autoritária e conservadora.

Neste encontro estiveram presentes entre outras lideranças sindicais as seguintes pessoas: Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (assassinada em 1983); Maria da Penha do Nascimento Silva, também da diretoria do sindicato de Alagoa Grande; José Martins, presidente do sindicato de Serraria; Tota, do Sindicato de Araruna; Liberalino Ferreira (Caboclinho), então vice-presidente da FETAG, e presidente do Sindicato de Patos, Avelino, presidente do sindicato de Paulista, Abílio, do Sindicato de Boa ventura e outras personalidades do sindicalismo rural paraibano.

Assessorando este encontro estiveram presentes professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e pessoas de outras organizações que se tornaram referência no movimento de lutas e organização dos trabalhadores, tais como: Wanderley Amado, Neide Miele, Beto Novaes, Regina Novaes e outros.

No transcorrer dos debates, devido às concepções sindicais diferentes, surgiram inevitáveis divergências entre os sindicalistas. De um lado, os que defendiam a manutenção da estrutura sindical, os conservadores. De outro, os que sentiam a necessidade de mudanças, por não concordarem, entre várias outras questões, com o atrelamento e submissão dos sindicatos ao Ministério do Trabalho.

Luís Silva, representante do Sindicato de São Sebastião do Umbuzeiro, identifica-se e integra o grupo que almejava mudanças.

A posição de Luís Silva não aconteceu por influência de outros líderes sindicais ou grupos pré-articulados, mas por entender não serem necessários a dependência e o controle a que eram submetidos os sindicatos ao Ministério do Trabalho.

Esta compreensão teve como base ou fundamento sua vivência do dia-a-dia com os associados, em seu Sindicato. A experiência mostrava o quanto eram desnecessárias as exigências do Ministério do Trabalho, pois entendia que os sindicatos ou suas diretorias deviam prestar contas de seus atos e posicionamento aos trabalhadores que representavam, e não à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), como exigia a legislação vigente. Não concordava com a imposição de que as eleições sindicais para escolha da Diretoria e Conselho Fiscal deviam ser autorizadas pela DRT, cabendo a esta inclusive dar posse aos eleitos. E outras questões como a necessidade de prestar contas à DRT, uma vez que estas contas (exercício financeiro) já haviam sido aprovadas em assembléia pelos sócios.

Defendendo a necessidade de mudar esta realidade, Luís Silva é indicado a integrar a comissão de sindicalistas que iriam participar do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), a se realizar no Rio de Janeiro.

Álvaro Diniz, presidente da FETAG, liderando o grupo dos conservadores, posiciona-se contra a participação no ENTOES, e procura desarticular o grupo, mas não tendo argumentos convincentes, busca impor sua autoridade exprimindo seu posicionamento numa frase curta: *"Quem me ouvir, não vai a este encontro"*.

Luís Silva, mesmo indicado para participar, não teve possibilidades, principalmente por não dispor de condições econômicas para afastar-se

do trabalho do qual sobrevivia. Também, naquele momento, contava com o impecílio de não possuir mais que duas roupas com condições de viajar, fato este que levou Margarida e Maria da Penha (Sindicato de Alagoa Grande) a tentar conseguir algumas roupas emprestadas, o que não foi possível, dada a proximidade do momento da viagem.

Mesmo assim, com todas as dificuldades inerentes à categoria de trabalhadores rurais, a delegação da Paraíba esteve presente no ENTOES. Iniciava-se desta forma o rompimento com o conservadorismo do movimento sindical na Paraíba e no Brasil.

CAPÍTULO VIII

PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO DE S.S. DO UMBUZEIRO NA FUNDAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO TRABALHADOR RURAL - CENTRU -

Desde o encontro realizado na FETAG-PB, onde se discutiam a estrutura sindical e a participação dos sindicalistas rurais no ENTOES, Luiz Silva, devido à sua posição de questionar a estrutura vigente e identificar-se com os sindicalistas mais combativos que, naquele momento, não atenderam ao posicionamento conservador da direção da FETAG, é procurado por outros dirigentes sindicais e assessores do movimento para aprofundar as discussões iniciadas naquele encontro.

Assim, ainda em 1980, é convidado por Neide Miele (Professora da UFPB) a participar de uma assembléia de fundação de uma entidade de formação e capacitação de trabalhadores rurais, a ser realizada em Olinda-PE.

Nesta assembléia estavam presentes dirigentes sindicais e assessores de três estados do Nordeste: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Entre os sindicalistas de Pernambuco, estava presente um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura daquele estado - FETAPE.

A Federação dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte foi representada por José Ferreira, seu secretário, estando também presentes, aproximadamente, 30 sindicalistas rurais.

A Paraíba foi o estado que teve o menor número de participantes, aproximadamente nove, entre eles Luís Silva (STR- S.S. do Umbuzeiro), Margarida Maria Alves (STR- Alagoa Grande), Maria da Penha do Nascimento Silva (STR-Alagoa Grande), José Horácio (STR- Alagoa Grande), e José Martins (STR- Serraria).

O protagonista da idéia e da criação do Centro foi Manoel da Conceição Santos, líder rural maranhense, conhecido por sua luta no Vale do Pindaré daquele estado. Na defesa dos trabalhadores rurais e de sua gente, Manoel da Conceição foi vítima da ditadura militar instalada no país em 1964. Foi preso e torturado, perdeu uma perna em conseqüência dos maus tratos na prisão. Ficou conhecida uma frase sua, a respeito deste episódio: *"Minha perna é minha luta"*.

A idéia de criar um centro de capacitação de trabalhadores rurais, dirigido por trabalhadores rurais, nasceu quando ainda encontrava-se exilado. Ao retornar ao Brasil, na época da anistia, procura articular os sindicalistas rurais mais combativos para discutir e implementar a fundação desta organização.

Nesta assembléia de fundação, Manoel da Conceição fez a abertura com importantes colocações sobre as dificuldades e necessidade de se trabalhar o meio rural. Apontou novos rumos e formas de organização dos trabalhadores, enfatizando a necessidade de os trabalhadores rurais se capacitarem e serem condutores do processo de suas lutas e libertação. Convidou os sindicalistas presentes a romperem com a ditadura imposta através do golpe militar de 64. Comentou sobre a estrutura sindical em voga, como sendo um instrumento imposto aos trabalhadores, fascista e anti-democrática, tornando-se um empecilho à liberdade de organização da classe trabalhadora.

A idéia básica do Centro de Formação a ser fundado naquele momento, consistia em prestar formação

e assessoria à organização exclusiva de trabalhadores rurais. Este projeto almejava subsidiar os trabalhadores, através de estudos da sua realidade, seja econômica, social ou política, capacitando-os a assumirem e a participaren mais ativamente em suas organizações como sindicatos, associações, partido político etc.

Os debates e análises demonstraram a necessidade de uma organização com estes objetivos, de prestar formação, de a tornar os trabalhadores rurais agentes de transformação da sociedade, igualando-se às demais categorias de trabalhadores. Porém, outras questões como direção, organização e atuação desta entidade, provocaram divergências significativas entre os líderes sindicais.

A representação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) liderou uma facção dissidente, posicionando-se radicalmente contra a criação de uma entidade de formação de trabalhadores rurais, cuja direção desta ONG fosse composta exclusivamente de trabalhadores rurais. Defendiam que a direção devia ser composta também por assessores, educadores, intelectuais e outras personalidades do movimento sindical. Entendiam que uma entidade desta natureza, representada exclusivamente pela categoria, significava um paralelismo às organizações e às instâncias sindicais como sindicato e federação.

Não havendo consenso de propostas, o grupo liderado pela FETAPE redige uma carta de protesto e retira-se da assembléia. Mesmo assim, a assembléia prosseguiu em seus trabalhos, e é fundado o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU, sendo seus estatutos aprovados no dia 09 de novembro de 1980, e reconhecido em cartório de títulos e documentos, no dia 22 de dezembro do mesmo ano.

O CENTRU, conforme seus estatutos, artigo 5º, admitia quatro categorias de sócios: a) sócios fundadores, b) sócios efetivos, c) sócios colaboradores, d) sócios honorários. Na categoria de sócios fundadores e efetivos só seriam admitidos trabalhadores rurais, e a direção seria composta por três sócios destas categorias.

O artigo 2º do Estatuto social explicita os objetivos do Centro:

I - Realizar estudos e pesquisas sobre problemas sócio econômicos, políticos e culturais relacionados com a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais brasileiros.

II - Planejar e executar, direta ou mediante convênio com outras instituições, programas, planos, projetos destinados a aumentar a participação dos trabalhadores rurais na vida política, econômica, social e cultural do país.

III - Prestar assessoria técnica, econômica, jurídica, educacional e política a associações civis, entidades profissionais, sindicatos e cooperativas,visando melhorar a qualidade de suas atividades sociais.

IV - Manter convênios e cooperar efetivamente com as associações comunitárias no seu esforço de melhoria social das populações do campo.

V - Favorecer a organização sindical dos trabalhadores rurais, propugnando por sua total independência dos órgãos governamentais e autonomia frente aos partidos políticos e organizações confessionais.

VI - Divulgar através de veículos adequados, informações de interesses e utilidade para os objetivos propostos.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

A votação para a eleição da diretoria executiva foi nominal. Luís Silva teve seu nome aprovado por maioria de votos, concorrendo com Margarida Maria Alves, do Sindicato de Alagoa Grande, porém, Manoel da Conceição fez uma ponderação a respeito da necessidade da participação da mulher nos movimentos sociais, e tendo a Paraíba uma tradição de luta e de organização das mulheres, sugeriu que Margarida ficasse na executiva e Luís Silva como suplente.

Sendo consensual sua proposta, a direção do centro foi composta da seguinte forma: Manoel da Conceição Santos (MA), Ferreira e Cesário (RN), Manoel Raimundo (PE), Margarida Maria Alves e Luís Silva (PB). Sendo três titulares e três suplentes.

ORGANIZAÇÃO DO CENTRU NO ESTADO DA PARAÍBA

Uma vez fundado o CENTRU, cabia naquele momento implementar sua política nos estados, principalmente naqueles que participaram da assembléia de fundação. Com este objetivo estes estados ficaram com a responsabilidade de estruturar suas sub-sedes.

Na Paraíba, esta tarefa coube aos sindicalistas presentes à fundação do centro. Luís Silva, Margarida Maria Alves, Maria da Penha do Nascimento Silva, José Horácio de Almeida e José Martins, todos sindicalistas rurais, e a Neide Miele e Vanderlei Amado, ambos professores da Universidade Federal da Paraíba, que já vinham prestando assessoria desde a articulação até a fundação do centro. Estas pessoas dedicaram-se de forma significativa a esta missão, foram incansáveis no trabalho para estruturar o Cen-

tro no estado. Muito se tinha por fazer. Montaram a sub-sede, assumiram todo trabalho burocrático como também as articulações com outras instituições e entidades sindicais. Foram os responsáveis pela elaboração dos projetos e iniciativas que naquele momento colocavam o CENTRU no cenário do movimento rural da Paraíba. Outras pessoas também fizeram parte do CENTRU, colaborando com o movimento rural que, então, ressurgia na Paraíba. Podemos afirmar que em todos os momentos da luta dos trabalhadores no estado, o CENTRU esteve presente com a participação efetiva de seus dirigentes, sócios e assessores. Esta equipe de assessoria contou com o empenho de diversas pessoas, a exemplo de Leôncio Camino, (professor/UFPB), Roberto Veras (estudante), Romero Antônio de M. Leite (estudante), Antônio Barbosa (estudante), Fábio Gutemberg, Roberval, Rildo e tantos outros.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO CENTRU

Na assembléia estadual que fixou a sub-sede do CENTRU na Paraíba, o Sindicato de S.S. do Umbuzeiro também esteve representado, sendo naquela oportunidade Luís Silva eleito para compor a coordenação estadual junto a Maria da Penha (STR-Alagoa Grande) e José Martins (STR - Serraria).

Também do Sindicato de S.S. do Umbuzeiro, Francisco de Assis Batista, em um momento posterior compõe a direção estadual junto com Luís Silva, de forma que, naquela gestão, entre os três coordenadores dois eram do STR de S.S. do Umbuzeiro.

Em 1983, Luís Silva assume a diretoria nacional do CENTRU, junto com Manoel da Conçeição e Manoel Raimundo, após o término do mandato de Margarida Maria Alves.

III ASSEMBLÉIA GERAL DO CENTRU (1983): UMA ASSEMBLÉIA MARCADA PELO BRUTAL ASSASSINATO DE MARGARIDA, COORDENADORA DO CENTRU.

O assassinato brutal desta líder camponesa ainda permanece impactante na lembrança daqueles que com ela conviveram. No dia 11 de agosto de 1983, aconteceu em Guarabira a III Assembléia Geral Ordinária do CENTRU, da qual Margarida estava participando como coordenadora. Naquele evento foi eleita a nova diretoria do CENTRU:

Pernambuco:
Manoel da Conceição Santos
Manoel Raimundo Silva
Manoel Francisco Ferreira

Paraíba:
Luís Silva (STR- S.S. do Umbuzeiro)
José Martins (STR- Serraria)
Maria da Penha (STR- Alagoa Grande)

Rio Grande do Norte:
Francisco Ferreira da Silva
Damião França Pinheiro
Cesário Batista Cruz

Estava prevista a realização de um seminário de três dias, após o término da assembléia geral, para aprofundamento sobre o movimento sindical. Margarida, pela manhã do dia 12 (primeiro dia do seminário), por motivo de responsabilidade do Sindicato, viaja para Alagoa Grande com objetivo de voltar no dia seguinte. Não foi possível seu regresso, a mão armada do latifúndio ceifou sua vida, suprimindo do movimento camponês uma liderança expressiva e combatente.

Mais uma vez, a história da Paraíba se fazia com sangue, a exemplo de Pedro Teixeira e tantos outros, que ousaram sonhar e lutar por uma sociedade mais justa, por um mundo melhor.

Antes de receber a notícia do assassinato, houve a divisão em cinco grupos dos participantes do seminário, para debater os seguintes temas: Recessão e Desemprego, Salário e Inflação, Política Agrária e Agrícola, Previdência Social, Liberdade Política e Sindical. Em plenário foram apresentadas as principais conclusões :

"1 - Não pagamento da dívida externa e emprego do dinheiro para obras de interesse dos trabalhadores, gerando novos empregos.

2 - A inflação é causada pela política do governo e pelos patrões; A reforma Agrária de acordo com os interesses dos trabalhadores é um passo importante para se controlar a inflação.

3 - A reforma Agrária deve ser feita não somente nas terras ociosas mas nas terras em que os trabalhadores acharem necessário.

4 - Nos outros itens, Previdência Social e Liberdade Política e Sindical, reafirmaram-se as deliberações do I CONCLAT."

É impossível descrever o sentimento dos participantes daquela assembléia, ao receberem tal notícia.

Logo após serem tomadas as primeiras providências, o CENTRU elabora um boletim informativo extraordinário, e divulga a nível nacional e internacional o trágico acontecimento. Eis alguns trechos:

"CENTRU INFORMA - EXTRA - AGOSTO-83. "Da luta eu não fujo". Foi esta a frase que Margarida Maria Alves disse poucos dias antes de tombar, brutalmente assassinada dia 12 de agosto último, em sua residência, no município de Alagoa Grande no

estado da Paraíba, ao receber o aviso de que sua vida estaria ameaçada. Margarida Maria Alves era presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, militante cristã, sócia fundadora e ex-diretora do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural-CENTRU.

O Sindicato de Alagoa Grande vinha liderando a Campanha Trabalhista dos canavieiros da Paraíba. Margarida estimulava ainda, a formação de muitos delegados sindicais, através de um amplo programa de educação que ela coordenava em colaboração com o CENTRU...

Nesta campanha trabalhista, o Sindicato de Alagoa Grande vinha se destacando entre os 13 sindicatos da região do Brejo. Este sindicato tinha aproximadamente metade dos delegados de base da região canavieira, tinha recentemente movido um grande número de ações trabalhistas contra fazendeiros locais. Realizava com o CENTRU, do qual Margarida foi diretora, seminários de formação para diretores e para novos delegados de base."

A ATUAÇÃO DOS PATRÕES:

"O Brejo Paraibano é dominado politicamente por um grupo conhecido por Grupo da Várzea, o mais reacionário, do ponto de vista político da Paraíba.

No dizer do povo, os integrantes do Grupo da Várzea são assassinos responsáveis pelo assassinato de Pedro Teixeira, Presidente da Liga Camponesa de Sapé, município distante apenas poucos quilômetros de Alagoa Grande.

Segundo a imprensa da época, o pistoleiro que assassinou Pedro Teixeira, incriminou em julgamento a AGUINALDO VELOSO BORGES, dono da Usina Tanques. Aguinaldo que era sexto suplente de Deputado, pelo Partido Liberal, ao final de poucas horas, passou de sexto suplente para efetivo, adquirindo imunidade parlamentar, sendo o processo suspenso."

Em 17 de agosto de 1983, o Sindicato de Alagoa Grande elabora um manifesto aos trabalhadores e à população em geral, exigindo punição para os responsáveis e reafirmando a posição de continuar a Campanha Trabalhista em preparação.

O primeiro sindicato a assinar este manifesto, após o Sindicato de Alagoa Grande, foi o Sindicato de S.S. do Umbuzeiro que, mesmo não sendo do Brejo paraibano, esteve presente desde os trabalhos iniciais até à conclusão da campanha.

A abertura da Campanha Canavieira foi feita no Sindicato de Alagoa Grande, às 14 horas do dia 28 de agosto de 1983. O Sindicato de S.S. do Umbuzeiro participou ativamente, desde as definições iniciais, que levaram a realização desta campanha pelo movimento sindical, até sua realização. Marcou presença em todos os momentos. No ato público de "10 de maio de 1983", realizado em Sapé, onde Margarida fez seu célebre discurso, que ficou gravado na história pela sua famosa frase : ***" É melhor morrer na luta do que morrer de fome"***, estiveram presentes cerca de 50 trabalhadores rurais do Cariri, sócios dos sindicatos de S.S. do Umbuzeiro, São João do Tigre e Monteiro.

Entre os animadores do evento, esteve presente o companheiro Antônio Ênio Menezes, do Sindicato de S.S. do Umbuzeiro, onde apresentou a música Cidadão, de Zé Geraldo. A participação neste ato foi efetiva, com passeata e faixas puxadas pelos trabalhadores do Cariri, como também a participação das lideranças, na organização e realização do evento.

CAPÍTULO IX

PARTICIPAÇÃO NA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS (CONCLAT)

Em todos os eventos de lutas da classe trabalhadora, seja a nível estadual ou nacional, o STR de S.S. do Umbuzeiro marcou presença.

O ano de 1981 foi significativo na história, tendo em vista o processo de organização e mobilização que iria culminar com a realização da CONCLAT, um dos acontecimentos mais importantes depois de 1964, para o avanço da organização e das lutas da classe trabalhadora. Participaram aproximadamente 5.800 trabalhadores, entre dirigentes sindicais e representantes de base, envolvendo 1.114 sindicatos, entre estes 384 sindicatos de trabalhadores rurais representados por 696 delegados.

Neste congresso participaram do STR de S.S. do Umbuzeiro Luís Silva e Francisco de Assis Batista. Naquele momento articularam-se com a ala mais progressista, liderada por Luís Inácio Lula da Silva, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

A Assembléia definiu-se pela realização de uma nova Conferência em 1982, sem fundação da CUT, mas com proposta de marcar o congresso de fundação. Portanto, fazia-se necessário criar uma coordenação para trabalhar a organização e convocar o congresso a ser realizado em 1982.

Diante da articulação do estado da Paraíba, Luís Silva é indicado para participar desta coordenação. Porém, na indicação dos nomes para composição desta, aconteceram divergências entre as duas principais tendências, uma liderada por Joaquinzão e José Francisco (presidente da CONTAG) e a outra, liderada por Lula.

Sendo colocada a questão em plenário, houve um entendimento para elaboração de uma chapa de consenso. No processo de negociação, Luís Silva foi substituído por Álvaro Diniz, o então presidente da FETAG-PB, da articulação de Joaquimzão e José Francisco.

Esta coordenação foi chamada de Comissão Pró-CUT, encarregada de convocar o Congresso Nacional de fundação da CUT, em 1982.

PARTICIPAÇÃO NO 1º CONGRESSO NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS - CONCLAT

Em 1982, aconteceu um fato novo na conjuntura nacional, com a abertura do processo democrático, para que houvesse as primeiras eleições depois do golpe militar de 64, para governadores e prefeitos das capitais.

Dado este acontecimento, a tendência liderada por José Francisco, sob pretexto de que convocar um congresso da classe trabalhadora poderia prejudicar o processo de abertura, atrelando o processo de democratização ao projeto da classe dominante, opta pela não-realização do Congresso, no ano previsto de 1982.

A tendência liderada por Lula analisava o processo de democratização como um projeto a ser construído pela classe trabalhadora, a partir de sua organização e mobilização. Mesmo com esta divergência (entre outras), foi adiado o Congresso de fundação da CUT para 1983.

Mesmo realizando o congresso nesta data, conforme queria o grupo conservador, foi impossível a convergência destas tendências. Os antagonismos permaneceram durante o congresso, a tendência liderada por Joaquinzão e José Francisco decide realizar em 1984 um encontro nacional, para criar a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, denominada de CONCLAT.

A tendência liderada por Lula funda a CUT. Neste Congresso foram eleitos para compor a Direção Nacional, como representantes da Paraíba: Luís Silva, Edvan Silva (Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Têxteis), Zé Alves (Associação do Magistério Público da Paraíba) e outros. Por esta ocasião, o STR de S.S. do Umbuzeiro fazia parte da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposições Sindicais (ANAMPOS), uma articulação muito expressiva tanto a nível nacional quanto estadual, sendo marcante seu papel de articular as lideranças mais combativas do estado que se empenharam na criação da CUT.

Por ocasião de fundação da CUT nacional, a Comissão Nacional Sindical da Anampos compunha-se das seguintes pessoas: Luís Inácio da Silva (Lula) (SP), Jacó Bittar (SP), Olivio de O. Dutra (RS), João Paulo Marques (RS), Abdias dos Santos (RJ), José Gomes Novaes (BA), Francisco Ferreira da Silva (RN) e Avelino Ganzer (PA).

PARTICIPAÇÃO NO 1 CONCUT 24 A 26 DE AGOSTO DE 1984

"O ano começa com a campanha das DIRETAS JÁ . As manifestações populares atingem todo o país com mais de 8 milhões de pessoas nas ruas. Apesar da pressão, no dia 25 de abril, a emenda das diretas é rejeitada.

Em maio estoura a greve dos canavieiros em Guariba (SP), a primeira dos assalariados rurais do Centro-Sul.

Durante o 1 Concut, 24 a 26 de agosto, os mais de 5 mil delegados, aprovam um Estatuto definitivo e um programa mínimo. É priorizada a luta contra o desemprego e pela estabilidade. É eleita a direção nacional e uma executiva, tendo Jair Meneguelli como primeiro presidente da CUT".

(Cartilha da CUT - Abril/95)

Neste congresso, Luís Silva novamente faz parte da executiva nacional, sendo na ocasião eleito Vice-Presidente para a região Nordeste. Concorrendo com Siqueira, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Recife, e o presidente do Sindicato dos Bancários de Fortaleza, Dilmar, esposo de Maria Luiza Fontenelle, e Vera, da Associação dos Professores do Estado de Pernambuco.

Foi, portanto, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de S.S. do Umbuzeiro, que saiu o vice- presidente para a região Nordeste, com a responsabilidade de implementar as decisões do Congresso, tendo como objetivo estruturar a Central nos diversos estados da região. Fato inédito, considerando o número de sindicatos urbanos e rurais da região representados naquele evento. Do município esquecido nos confins da Paraíba, nas terras dos coronéis, surgiam lideranças sindicais, fazendo a história não pela opressão como de costume, mas, pelo ideal de libertação.

FUNDAÇÃO DA CUT NA PARAÍBA - I ENCLAT

A fundação da CUT no estado foi precedida por todo um processo de organização e mobilização dos trabalhadores. O movimento rural ressurgia no Brejo paraibano. Realizavam-se as semanas sindicais iniciadas em 1980-81, seguidas de grandes mobilizações e

concentrações (81-82-83-84). Em 1984, é realizada a primeira campanha salarial dos canavieiros da Paraíba, mobilizando cerca de 100 mil trabalhadores da cana, em 36 municípios e 34 sindicatos de trabalhadores rurais.

Desta forma vai se desenvolvendo um setor mais combativo no movimento sindical rural, tendo o apoio das CEBs, grupo de mulheres e entidades de formação e assessoria (SEDUP, CENTRU, CDDH-AEP, grupos da UFPB, CEDI, etc.). Desta forma, vão surgindo grupos de oposição sindical lá onde o sindicato não se comprometia com a luta dos trabalhadores.

No setor urbano, aconteciam mobilizações e greves, destacando-se principalmente as mobilizações realizadas pela AMPEP, Sindicato dos Têxteis, as greves dos professores universitários, greve dos bancários, etc. Por esta ocasião, a ANAMPOS foi o principal canal de articulação do setor mais combativo do estado.

Ainda neste contexto de lutas, realiza-se no Centro de Vivência da UFPB (João Pessoa), o 1º Encontro Estadual da Classe Trabalhadora.

A participação do Pólo Sindical do Cariri foi expressiva, com 15 delegados representando os sindicatos de S.S. do Umbuzeiro, São João do Tigre, Monteiro, Ouro Velho e Prata. Participaram da Direção o trabalhador Delfino Bezerra Leite - STR de São João do Tigre, e Luís Silva STR - S.S. do Umbuzeiro.

FILIAÇÃO DO SINDICATO À CUT

Em 17 de junho de 1985, o STR de S.S. do Umbuzeiro realiza uma assembléia com a participação de 327 associados, onde é deliberada a filiação do sindicato à CUT, sendo o primeiro sindicato do Cariri Ocidental a se filiar à CUT.

CAPÍTULO X

EXERCÍCIO DE PARCERIA DO STR DE S.S. DO UMBUZEIRO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

A AÇÃO COMUNITÁRIA DOS MENONITAS

A história do Sindicato dos Trabalhadores rurais de São Sebastião do Umbuzeiro divide-se em duas etapas. A primeira corresponde a época de sua fundação até o surgimento do CENTRU, em 1981. A segunda inicia-se com o envolvimento e integração do Sindicato na política e nas atividades do Centro, a partir de 1982, quando de fato têm as atividades no Cariri, como também pelo desenvolvimento de diversos programas comunitários.

Podemos dizer que a diferença entre estas duas etapas foi marcada por dois fatores:

1 - O CENTRU com seu trabalho de formação, responsável pelo direcionamento político, sendo portador de uma nova visão de sindicalismo.

2 - Desenvolvimento de programas comunitários financiados por diversas instituições nacionais e internacionais.

Impossível seria falar no movimento sindical em S.S. do Umbuzeiro, sem relacionar este movimento com a atuação da Associação Menonita de Assistência Social (AMAS), que, através de seus voluntários, promoveu uma série de atividades comunitárias, voltadas para os trabalhadores rurais e a população mais carente do município.

Em 1981, o Sindicato conseguiu junto a esta instituição de assistência social, através de seu diretor para o Nordeste, o Sr. Lloyd Kuhms, a vinda de alguns voluntários: Kevin King, David Gaewesky, Suely Alves da Costa, Dwight, Janet Regier, Marnetta Shettler, Elfried Giesbrecht, Ricardo, Gracinha e Sônia Musselman Chaves.

As mulheres dedicaram-se principalmente às atividades na área de saúde e educação. Os homens às atividades rurais, como construção de poços, cisternas, casas, cercas, etc.

Nesta parceria entre Sindicato, CENTRU, AMAS e apoio constante da Igreja Católica, muito se realizou em benefício dos trabalhadores rurais, pequenos proprietários, e a população carente do município, conforme podemos analisar através de relatórios transcritos adiante.

A IMPORTÂNCIA DO CENTRU PARA O MOVIMENTO SINDICAL DO CARIRI

O CENTRU foi de fundamental importância para o desenvolvimento e fortalecimento das atividades e articulações já existentes entre os sindicatos de S.S. do Umbuzeiro, São João do Tigre, Prata, Ouro Velho, e Monteiro. Devido ao trabalho realizado criou-se de fato um pólo sindical no Cariri, centralizado em S. S. do Umbuzeiro, tornando-se esta área prioritária nas atividades do centro.

O CENTRU contava com três pólos de atuação na Paraíba, um no Brejo centralizado em Alagoa Grande; outro no Litoral centralizado em Santa Rita, e o referido pólo Cariri, centralizado em S.S. do Umbuzeiro.

Com o advento do CENTRU, surgia uma nova proposta de sindicalismo, onde priorizava-se as atividades de base como: criação de delegacias sindicais nos sítios, formação de novas lideranças, estímulo a

participação dos jovens e mulheres nas atividades sindicais e principalmente a formação de quadros através de seminários, reuniões e encontros com abordagem de temas diversos.

Este trabalho teve um resultado prático nas atividades sindicais. Anteriormente, a diretoria funcionava de forma hierárquica, onde o presidente assumia todas as responsabilidades da vida do Sindicato e o restante da diretoria limitava-se ao trabalho burocrático interno. Dada esta prática verticalista, Luís Silva enfrentou diversos problemas, a exemplo das perseguições e ameaças, tendo em vista a vinculação do Sindicato à sua pessoa.

Os associados por sua vez reproduziam esta compreensão na medida que esperavam a resolução de seus problemas, seja de aposentadoria, de saúde, questões trabalhistas etc. só através da comunicação destes ao presidente. Uma vez comunicado esperavam pela solução sem o envolvimento nas atividades sindicais. Reproduzia-se também desta forma no movimento sindical, a compreenção da sociedade coronelista com suas relações de apadrinhamento, onde a população não mobilizava-se para enfrentar uma determinada situação, mas solicitavam aos seus padrinhos políticos. Desta forma o Sindicato também era visto como detentor de um determinado poder, reforçado em parte pela visão de que uma vez legalizado possuía credencial para cobrar a aplicação das leis, considerando-se como um organismo autônomo sem depender da mobilização de suas bases.

Com o trabalho educativo desempenhado pelo CENTRU, houve uma dinamização das atividades, com outra compreensão de sindicalismo. Enfatizou-se a organização das bases e a mobilização dos trabalhadores em organizações comunitárias. Buscou-se romper com o corporativismo envolvendo pessoas de outros segmentos da sociedade, como: rendeiras, famílias carentes da cidade e estudantes através de realização de projetos específicos.

No tocante à divisão de tarefas no Sindicato, estimulou-se a participação de todos os membros da diretoria e não só da executiva. É certo que nem todos assumiram, mesmo assim, um pequeno grupo de dirigentes, sócios e estudantes destacaram-se neste período, como:Pedro Inácio da Costa (Sítio Mão Beijada), Heronides Inácio da Costa (Sítio Mão Beijada), Sebastião Neves (Sítio Santa Clara), Acelino Ferreira da Costa (Seu Ino), (Sítio Riacho da Cruz), Heronides da Silva (cidade), Ana Maria Rodrigues Alves (professora-cidade), Euclides Ferreira dos Santos (Sítio Balança), Paulo Bicalho Silva (estudante - cidade), Luís Carlos Bicalho Silva (estudante - cidade), Francisco de Assis Batista (estudante - cidade), Sebastião Teixeira da Silva (estudante - cidade), Antônio Ênio (estudante - cidade), Carmelita Anunciada de Santana (cidade) e tantos outros.

O primeiro relatório de atividades do CENTRU no Cariri, correspondente ao segundo semestre de 1982 registra a realização de 02 Seminários em S.S. do Umbuzeiro com duração de 03 dias, cada.. Participaram em média, por seminário, 50 trabalhadores, sendo nos referidos abordados os seguintes temas: Sindicalismo/Cooperativismo e educação política. Realizou-se também neste período um Encontro de 02 dias com a participação de 20 trabalhadores. Na oportunidade, trabalhou-se o tema "Educação Popular". Semelhante a atuação neste semestre foi a atuação do CENTRU até 1989, quando finalizou suas atividades no Cariri.

Este trabalho obteve um avanço considerável neste período, tanto a nível de trabalho sindical na medida que conseguiu sair do isolamento e manter o movimento mesmo enfrentando as perseguições e a campanha de desmobilização quanto na organização de outros grupos de trabalhadores de outras atividades.

TRABALHOS REALIZADOS PELO SINDICATO E PARTICIPAÇÕES NOS EVENTOS ESTADUAIS E NACIONAIS DA CLASSE TRABALHADORA

Em dezembro de 1984 o Sindicato fez o seguinte balanço de trabalhos desenvolvidos:

1 - CONSTRUÇÃO DE UM AÇUDE COMUNITÁRIO / FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE S.S. DO UMBUZEIRO.

A partir de 1980 o sindicato começou a pleitear junto ao INCRA a fundação de uma cooperativa no município. Porém o INCRA recusou a proposta, alegando a existência de uma cooperativa em Monteiro que abrangia também o município de S.S. do Umbuzeiro. Mas, o Sindicato não desistiu, não se conformando com a decisão do INCRA, pois considerava que a cooperativa de Monteiro como a de outros lugares, só beneficiava os grandes produtores. Assim resolveu fundar, com apoio da AMAS e do CENTRU, uma associação de pequenos produtores. A fundação desta associação foi um dos maiores projetos desenvolvido pelo sindicato, tendo em vista o investimento e quantidade de pessoas envolvidas na ocasião. A organização e fundação desta associação passou por um processo de etapas. A partir da concessão inicial de uma área de 07 hectares de terra pelo sócio do Sindicato, Vicente Barbosa Neto, que recebeu uma quantia de Cr$ 350.000,00 em compensação pela área cedida, a AMAS financiou a construção de um açude com capacidade de 241.326 m3. Neste empreendimento como o objetivo principal era fornecer trabalho aos agricultores tendo em vista a época de seca, pouco se utilizou de mecanização a exceção de um trator, apenas nos momentos iniciais. Durante a construção trabalhavam diariamente em média 120 pessoas entre homens, mulheres e jovens.

Durante a construção, o CENTRU desenvolveu um trabalho de conscientização que deu origem a uma pequena cooperativa, onde os gêneros alimentícios eram comprados em conjunto e repassados sem margem de lucros. O CENTRU desenvolveu um programa de assessoramento específico com os trabalhadores envolvidos na construção. Semanalmente aconteciam reuniões com o acompanhamento dos educadores do centro. Neste momento, houve o empenho de toda a equipe: Leoncio Camino (professor da UFPB), Neide Miele (professora da UFPB), Vanderlei Amado (professor da UFPB), Roberto Veras (estudante), Cristina (estudante), etc.

Após a conclusão da construção, fundou-se a Associação. Em 1985, foi construído outro açude numa área vizinha, comprada ao Sr. Vicente Barbosa Neto e Antônio Baltazar, com o apoio financeiro da EZE instituição Alemã.

A principal meta da Associação, considerando a infra-estrutura existente na área, foi desenvolver um sistema de trabalho comunitário. Porém, dadas inclusive as características culturais da região, esta experiência não foi bem sucedida . Atualmente, a Associação encontra-se desativada.

2 - COOPERATIVA DE ARTESANATO:

O município de S.S. do Umbuzeiro possui uma tradição de fabricação artesanal de rendas (renda irlandesa), contudo pela maneira de comercialização com a figura do atravessador o lucro tornava-se insignificante. Diante disto o CENTRU/SINDICATO iniciou um trabalho de organização de um grupo de rendeiras que terminou por se constituir numa cooperativa de artesanato, com relação com a cooperativa de artesanato do Recife. (trabalho realizado em 82/83).

3 - TRABALHO NA ÁREA DE SAÚDE:

Em conjunto com a AMAS, através de seus voluntários, por iniciativa do Sindicato desenvolveu-se as seguintes campanhas e projetos: a) campanha de construção de sanitários, b) campanha de distribuição de filtros, c) campanha de alimentação infantil, d) projeto de criação de cabras leiteiras, para complementar a campanha anterior, e) projeto mutirão para construção de casas.

a) Este trabalho começou com reuniões de orientação sobre a importância e necessidade da construção de sanitários. Foram construídos mais de 80 para os trabalhadores que moravam na cidade, através do financiamento da AMAS e orientação do CENTRU. Este trabalho foi feito em forma de mutirão e acompanhado de reuniões de orientação sanitária com as famílias. (1982/83)

b) campanha de distribuição de filtros:

Esta campanha fazia parte do projeto de saúde, sendo na ocasião distribuídos mais de 100 filtros, também com um trabalho de orientação as famílias. (1982/83)

c) campanha de alimentação infantil:

Envolveu mais de 50 mães, com orientação quanto aos aspectos de higiene e nutrição. (1982/83)

d) projeto de cabras leiteiras:

Foi realizado um projeto de produção de leite, a partir da criação de cabras, onde o CENTRU colaborou assumindo a parte educativa do projeto e a AMAS a aquisição das cabras bem como as instalações.(1982/83)

e) projeto mutirão para construção de casas:

O CENTRU participou do projeto juntamente com o sindicato organizando um grupo de pessoas cujas casas estavam praticamente sem condições de serem habitadas. Em mutirão foram construídas 10 casas, financiadas pela AMAS.(1984)

4. OUTRAS REALIZAÇÕES

a) O Sindicato colaborou com o programa alternativo desenvolvido pela AMAS, envolvendo aproximadamente 300 trabalhadores rurais na construção de poços amazonas, cisternas, cercas, venda de ferramentas e medicamentos para animais a preço de custo e com prazo, preparação de terreno para plantio etc.

b) - Realização de mutirões para o preparo da terra e plantio, financiados pela IGREJA CATÓLICA e coordenado pelo sindicato, com assessoria do CENTRU no tocante a questão de formação. Para realização destes mutirões foram adquiridos os seguintes gêneros alimentícios: 18 sacos de açúcar, 12 sacos de café, 11 sacos de arroz, 18 caixas de óleo, 41 sacos de farinha, 14 sacos de feijão, 49 quilos de charque e 27 bodes. Estes mantimentos foram usados na realização de 40 mutirões com a duração de uma semana cada, abrangendo 16 sítios, envolvendo cerca de 100 famílias nos municípios de S.S. do Umbuzeiro, São João do Tigre e um pequeno número de participantes do município de Monteiro. (1984)

c) - Fabricação e distribuição de 100 silos metálicos financiados pela IGREJA CATÓLICA, diocese de Campina Grande. (1984)

d)- Criação de cinco escolas de alfabetização para trabalhadores adultos associados ao sindicato, com a média de sete alunos por escola, dirigido e coordenado pelo sindicato com o apoio do CENTRU. (1984)

e) - Em 1985 o Sindicato realizou dois projetos comunitários. Tendo em vista o referido ano ser considerado como um dos melhores em termos de chuvas, de inverno, o Sindicato busca novamente ajudas para continuação do projeto mutirão iniciado no ano anterior. Este projeto foi muito importante para os trabalhadores rurais, pois com a distribuição de alimentos e a organização dos trabalhos em mutirão criou-se condições para os

trabalhadores cuidarem de suas próprias roças em tempo integral, o que não acontecia sem esta condição básica, pois eram obrigados pela necessidade a trabalharem "alugado" para os proprietários rurais, sobrando desta maneira pouco tempo para suas próprias atividades produtivas. Este projeto mais uma vez foi financiado pela Igreja Católica, sendo adquirido os seguintes gêneros alimentícios:

800 kg. de feijão
2.400 kg. de farinha
1.600 kg. de arroz
160 latas de óleo
1.120 kg. de açúcar
160 kg. de café
320 kg. de charque
640 rapaduras
320 enxadas

f) Ao término da época do inverno, outro projeto foi iniciado junto a Associação dos Pequenos Produtores, sendo construído outro açude em uma área vizinha adquirida. Neste empreendimento trabalhavam diariamente cerca de 70 pessoas, durante cinco meses. Este empreendimento foi financiado por uma instituição religiosa da Alemanha a Evangelische Zentralstelle Fur Entwicklungshilfe E.V.(EZE).

ATOS PÚBLICOS REALIZADOS PELO SINDICATO

Realização em 30 de abril de 1984 em São Sebastião do Umbuzeiro, de um ato público com a participação dos sindicatos de São João do Tigre, Ouro Velho, Prata e Monteiro em comemoração ao dia do trabalhador.

ATO PÚBLICO REALIZADO EM 04.01.1988

" Os trabalhadores rurais do município de São Sebastião do Umbuzeiro e dos Cariris Velhos, região das mais castigadas pela seca e pela falta de políticas governamentais que possibilite a realização da atividade de produção agrícola, vêem através deste documento reafirmar os termos da pauta de reinvidicações por uma política agrícola de apoio ao pequeno produtor,de responsabilidade da Central Única dos Trabalhadores - CUT-PB, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura-FETAG-PB e dos sindicatos de trabalhadores rurais do estado da Paraíba bem como apresentar outras reinvidicações das comunidades em que vivem."

AS PRINCIPAIS REIVIDICAÇÕES:

- Assegurar aos pequenos produtores que trabalham em regime de econimia familiar com até três módulos rurais, crédito rural com disponibilidade de recursos, sem burocracia, dispensa de avalista, tanto para investimento como para custeio, com taxas de juros proporcionais às condições dos pequenos produtores sem correção monetária.

- Priorizar nas agências bancárias o atendimento aos pequenos produtores sem burocracia, facilitando o acesso ao crédito rural.

- Garantir os preços para a produção dos pequenos produtores, assegurando uma justa remuneração, calculada a partir de um levantamento de custo de produção da pequena propriedade.

- Assegurar a participação das centrais sindicais e federação dos trabalhadores rurais, com direito a voz e voto, na elaboração da política agrícola.

- Inclusão do Cariri como região beneficiária do PAPP, sanando uma distorção incompreensível.

- Implantação de um programa de irrigação que venha beneficiar aos pequenos e médios produtores situados ao longo dos rios.

- Aquisição por parte do poder público de tratores e implementos para empréstimos aos pequenos e médios produtores.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS INTERNACIONAIS

PERU

Em 1984, Luís Silva como coordenador do CENTRU representou as organizações não-governamentais em um congresso internacional destas organizações realizado no Peru, tendo contado com a assessoria do Prof. Leôncio Camino.

REPRESENTANDO A CUT NA ALEMANHA

No primeiro semestre de1985, exercendo o cargo de vice-presidente para o Nordeste, representa a CUT na Alemanha participando do congresso nacional dos trabalhadores da Alemanha (DGB), realizado em Hamburgo. Neste evento participou de uma articulação junto ao bloco dos latinos-americanos, representantes de centrais sindicais como CGT da Argentina, CUT do Uruguai, etc. Deu entrevista á uma rádio do Chile, sobre o plano cruzado do Governo Sarney no Brasil. Visitou a sede central da DGB em Dusseldorf, a sede da EZE em Bonn e a sede da instituição "Pão para o Mundo" em Stuttgart, tratando da relação CENTRU, EZE e Pão para o Mundo.

PROJETO SÃO VICENTE

De 1986 a 1988 o Sindicato com o apoio da Igreja Católica, através do padre João Jorge, e do CENTRU, desenvolveu um trabalho de organização e elaboração de projetos nas comunidades rurais do município, com recursos financeiros da SUDENE.

Neste trabalho o Sindicato enfrentou dificuldades diversas, pois não contava com estrutura material e humana para atender todo o município, mas, com o apoio e trabalho do padre João Jorge que colocou-se a inteira disposição do Sindicato e do projeto foram criadas 08 associações comunitárias na zona rural, beneficiando aproximadamente 160 famílias.

No início do segundo semestre de 1988 encerram-se as atividades do Projeto São Vicente e também a fase dos programas comunitários desenvolvidos pelo Sindicato, devido as mudanças conjunturais e o encerramento de financiamento por parte das organizações não governamentais, como também pela inexistência de projetos governamentais destinados aos pequenos produtores da região.

PARTE IV

ARTICULANDO A AÇÃO SINDICAL À LUTA POLÍTICA

FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

Em 1980, o sindicato ao acionar na justiça os líderes políticos de ambos os partidos do município MDB e PDS, estava evidente que não mais existia condições de permanecerem nestes partidos os representantes do movimento sindical, tanto pela prática destes partidos como também pela campanha que desencadeou-se por parte do poder público local e rivais partidários que naquele momento uniram-se para desestruturar o sindicato e também perseguir as lideranças do movimento.

Assim sendo o Partido dos Trabalhadores - PT, surge no município em primeiro lugar atendendo a necessidade de um espaço político que possibilitasse aos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e demais associados uma atuação coerente com os princípios da luta iniciada em 1974 com a fundação do sindicato.

O primeiro contato em que os dirigentes do sindicato tomaram conhecimento da fundação deste partido, aconteceu em um encontro de trabalhadores rurais realizado pela FETAG-PB, em 22 de agosto de 1980 em João Pessoa, capital do estado,através de um distribuidor do Jornal "O POVÃO".

No mês seguinte, tendo feito uma discussão entre alguns dirigentes sindicais e trabalhadores rurais, Luís Silva procura maiores informações:

"Nesta oportunidade, manifestamos aos que fazem este jornal, nosso interesse de organizar em nosso município, o Partido dos Trabalhadores-PT, para tanto solicitamos a vossa colaboração, no sentido de nos informar os endereços dos militantes do partido a nível nacional e estadual, para que assim possamos manter contato..." (carta ao jornal "O POVÃO "- Recife - em 20.09.1980).

Ao manter contato com a direção do Partido no estado, Luís convida algumas pessoas para uma reunião com um representante da Direção Estadual. Nesta reunião, representou o Partido Wanderley Amado (professor da UFPB- João Pessoa). Entre os convidados, estavam presentes trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, alguns pequenos comerciantes,um pequeno número de estudantes, e apenas um funcionário público, o Sr. João Vicente, dono da residência onde estava acontecendo a reunião.

Decidiu-se fundar o partido, mas nas reuniões subseqüentes o número de pessoas reduziu-se bastante. Mesmo assim, o partido foi fundado em 05 de julho de 1981, sendo composta a direção provisória da seguinte forma:

Presidente : Luís Silva (agricultor - dirigente sindical)

Secretário : Adelson Alexandrino de Freitas (estudante)

Tesoureiro : José Teodoro do Nascimento (agricultor- sócio do STR)

Suplentes: Bartolomeu Fagundes de Lima (agricultor - sócio do STR) e Isidio José da Silva (agricultor-sócio do STR).

São Sebastião do Umbuzeiro foi o primeiro município do Cariri Ocidental a fundar o PT.

As pressões que aconteciam aos sócios do sindicato por parte dos chefes políticos, incontentes com a atuação do sindicato estendeu-se aos filiados ao PT, mesmo assim alguns resistiram, conforme podemos ver a seguir, através de uma carta de Luís Silva a Adelson Alexandrino, que se encontrava no Recife, onde cursava Agronomia na UFRPE, na qual informava naquela ocasião o clima de pressão sobre aqueles que se declaravam petistas:

" ... Por Abdias freqüentar o STR, o deputado Nilo Feitosa e o prefeito chamaram ele a atenção, então ele se declarou PT e filiou-se e entregou o cargo que exercia na prefeitura e disse a eles que era livre."(25.09.81). Em resposta a esta carta Adelson escreve: *"Gostei da atitude tomada por Abdias... Aqui existe duas universidades federais e que politicamente são bem distintas: uma é PT em peso e a outra, que é onde estou, é a turma do HP com mais de 60 ou 70%. O restante fica entre PT, PCdoB e PDS. Participei de um encontro dos estudantes petistas do Recife, e achei muito proveitoso os debates. Inclusive estava presente Manoel da Conceição e outros membros da executiva estadual."*(Recife, 13.10.1981).

Fundar o partido não foi fácil, levando em consideração que naquele momento além das características locais, onde existiam os chefes políticos, as perseguições a adversários, com demissões dos cargos públicos de quem votava contra o poder estabelecido e a cobrança do "favor" instrumento que servia e ainda serve para encabrestar o eleitor, existia ainda a campanha contra as idéias defendidas pelo sindicato e seus dirigentes, os mesmos que integravam o partido. Identificar-se como petista equivalia a dizer que concordava com as ações do sindicato e suas bandeiras de lutas, como cobrança dos direitos trabalhistas e a reforma agrária.

É neste clima de perseguições, que Adelson Alexandrino e Sebastião Teixeira da Silva assumem o partido, estudantes pobres que contrariando a regra não se omitiram. A firmeza e disponibilidade foi a característica marcante de Adelson, como lembra Luís Silva rememorando o momento em que no ano de 1981 era necessário um membro do diretório participar de um encontro em São Paulo, sendo o companheiro Adelson indicado, o mesmo assumiu a tarefa com pouco dinheiro e apenas um telefone para contato viajou para contribuir com a construção deste partido. Foi também o compa-

nheiro Adelson que assumiu a difícil tarefa de sair como candidato a prefeito em 1982. Candidatura que tinha consciência contribuía apenas com a construção do partido, tendo em vista não haver a mínima condição de eleger-se. Esta candidatura rendeu-lhe um apelido: "Prefeito", como é conhecido pelos militantes e alguns simpatizantes do partido.

As mínimas condições para realização de uma campanha inexistiam. Basta dizer que os poucos filiados no partido, com exceção de 04 estudantes, eram trabalhadores rurais que encontravam dificuldades até de pagar as mensalidades do sindicato.

Em uma carta a Manoel da Conceição, um dos diretores do CENTRU, com sede no Recife, Luís faz o seguinte apelo:

"Prezado companheiro Manoel da Conceição. O companheiro Adelson, nosso candidato a prefeito, precisa vir participar de nossa reunião no dia 13 do corrente, e como estudante sempre tem problema de dinheiro, sendo filho de pobre, ele irá a sede do CENTRU lhe procurar a fim de conseguir uma ajuda para despesa da viagem, se puder arranje, a fim de que o mesmo não falte a reunião. A luta continua com fé e esperança."

A opressão acontecia de tal forma que alguns familiares de candidatos evitavam encontros com estes, a fim de não serem identificados como petistas. Outros pronunciavam-se contra, deixando claro que o parentesco não condicionava o apoio político.

Foi neste contexto de luta e opressão, que surgiu o Partido dos Trabalhadores no município, estruturado essencialmente no movimento sindical rural. Diante o clima de opressão, a exceção de um pequeno número de estudantes não ingressou no partido nenhum comerciante, nenhum funcionário público, nenhum outro político de outro partido. Compreendendo o contexto político desta região, dar para entender os motivos do

não crescimento deste partido no município. Mesmo assim, algumas pessoas fizeram este movimento como: Carmelita Anunciada da Silva, Pedro Inácio da Costa, Heronides Inácio da Costa, Heronides da Silva, Paulo Bicalho Silva, Luís Carlos Bicalho Silva, Sebastião Teixeira da Silva,Francisco de Assis Batista, Antônio Ênio Menezes, Vicente Barbosa Neto, Bartolomeu Fagundes de Lima, Izidio José da Silva, Luís Silva e outros.

PARTE V

ELEMENTOS PARA UMA AVALIAÇÃO

UM PERÍODO DE CRISE E A RETOMADA DAS ATIVIDADES

O período compreendido de 1990 a meados de 1993, foi marcado pela desarticulação quase que total das atividades do Sindicato. Esta crise aconteceu em função de diversos fatores acumulados a partir de 1986.

A década de 80 foi a mais efevercente nas atividades sindicais, porém ao término dos financiamentos por parte das organizações não governamentais em 1986 e a finalização das atividades do Projeto São Vicente em 1988, tendo como conseqüência o fim dos programas comunitários, começa o período de crise. Mas, mesmo sem condições de desenvolver estes programas, o trabalho sindical sustentava-se com o auxilio das atividades do CENTRU que garantia um acompanhamento a todas as comunidades, desenvolvendo cursos, seminários etc. Porém ao final de 1989 estas atividades encerram-se no Cariri, ficando desta forma o Sindicato sem condições de prosseguir as programações por não dispor de recursos necessários para mantê-las.

A estrutura do Sindicato era franciscana, contava apenas com 02 birôs, 04 bancos de madeira, 06 tamboretes, 02 pequenas estantes de madeira, 01 máquina de datilografia pequena, 01 mimeógrafo a álcool e 01 projetor de slides.

Somava-se a esta situação a saída de algumas lideranças do município para assumir cargos no movimento a nível nacional e estadual, a exemplo de Luís Silva.

Outros dirigentes que também desenvolviam atividades nas bases deixam o município, como o trabalhador Heronides Inácio da Costa, presidente na gestão 87/90, que mantinha em funcionamento uma delegacia sindical no Sítio Mão Beijada onde residia.

Também, por esta época por motivos particulares, principalmente quanto ao tempo disponível, tendo em vista outras atividades, afasta-se do Sindicato uma ex-dirigente do STR a trabalhadora Ana Maria Rodrigues Alves, militante ativa tanto na zona urbana quanto rural. E assim outros responsáveis pelas atividades também saem do município como Maria Dapaz Barbosa, Paulo Bicalho Silva, Luis Carlos Bicalho Silva, Pedro Inácio da Costa etc.

Desta forma, ao término do mandato de Heronides Inácio da Costa, por não ter sido encaminhado o processo de eleição da nova diretoria o sindicato praticamente fecha, ficando desta maneira de 1990 a março de 1993, sem diretoria efetiva e com pouca realização de atividades.

Durante este período Sebastião Teixeira da Silva, compôs uma diretoria provisória simples, assumindo a presidência da mesma, desta forma ficou com a guarda dos documentos e utensílios do Sindicato, ajudando a encaminhar processos de aposentadorias de trabalhadores rurais junto a previdência social.

Em dezembro de 1993 Luis Silva retorna a S.S. do Umbuzeiro e novamente articula um grupo de trabalhadores, sendo regularizado o processo eleitoral elegendo-se uma nova diretoria que toma posse em 1994.

O DESAFIO DE FAZER SINDICALISMO NO CARIRI

A realidade dos sindicatos de trabalhadores rurais do Cariri é totalmente diferente de outras regiões do estado. No que diz respeito a questão financeira a arrecadação é mínima por vezes chegando a ser insuficiente

até mesmo para compra de materiais de expediente. Apenas em média 30% pagam em dias suas contribuições. Desta maneira os cargos de direção não são aceitos com facilidade, os pequenos proprietários dado suas atividades de subsistência não se dispõem a assumir, quanto aos trabalhadores "alugados"a situação é ainda mais grave tendo em vista não disporem de condições sequer da categoria anterior. Estes são expropriados e explorados ao máximo. Assumir tais cargos significa sair de suas atividades produtivas.

Algumas pessoas que dedicaram-se integralmente ao movimento sindical numa ótica transformadora, sabem o quanto é difícil assumir tais cargos nesta região.

O ex-presidente do Sindicato de São João do Tigre, Delfino Bezerra Leite,líder atuante na comunidade em defesa dos trabalhadores rurais, enfrentando também o poder constituído, em entrevista para realização deste trabalho expõe esta realidade de dirigente sindical e as conseqüências com sua vida familiar: *"...muitas das vezes que viajava para encontros da Federação, da CUT, do CENTRU e muitos outros, na hora de almoçar eu me lembrava da mulher e dos filhos em casa, e sabia que eles não tinham aquilo prá comer...*, muitas vezes acontecia isso, eu comia apulso" Da mesma forma sua esposa relembra aqueles momentos: *"Delfino nunca arrumou nada no sindicato, alguma coisa que tinha vendeu. Eu mais meus filhos passamos muita fome... , e o povo ainda fala dele..."*.

Este líder que tanto lutou no seu município e também no estado, estando presente nos eventos mais significativos da classe trabalhadora como a fundação da CUT estadual e nacional, nas campanhas trabalhistas no Brejo paraibano, no atos públicos e greve dos canavieiros, atualmente encontra-se fora do movimento pelos motivos acima citados, voltou para sua velha atividade de fazer paus de cangalhas, apesar de doente não conseguiu nada junto ao INSS, no município também nenhuma mão

se estende, uma vez que suas atividades afrontavam aos chefes políticos. Quantas teorias de solidariedade no movimento? quantas ações...?

Todos aqueles que assumiram cargos sindicais visando uma transformação, primeiro perdiam o acesso aos órgão públicos, sendo negado pão e água, trabalho nas propriedades e fazendas da região não mais arrumavam. Ajuda se surgisse ou era da Igreja Católica ou de outras instituições fora do município. Todos sentiram na pele o que é discordar do poder estabelecido. Esta é a vida de lideranças sindicais, numa das regiões mais pobres do Brasil, daqueles que não apadrinharam-se dos chefes políticos, ou dos poderes públicos.

CONCLUSÃO

A história do sindicato de S. S. do Umbuzeiro desenvolveu-se e desenvolve-se num contexto social tipicamente marcado pelo resquício do coronelismo. É evidente, portanto, que este contexto sofreu modificações em diversos aspectos, porém, observando basicamente a cultura, identificamos a presença marcante de valores deste período histórico que validam a afirmativa.

Barbosa Lima Sobrinho, prefaciando o tão conhecido ***Coronelismo, Enxada e Voto***, de Victor Nunes Leal, faz uma abordagem realista a respeito das transformações sociais relacionadas com o tema em dissertação. Observava que, mesmo com essas transformações, o fenômeno não estava de todo extinto em sua "totalidade", na medida em que fatores que o geraram e o mantiveram, ainda persistem:

"Que importa que o coronel tenha passado a doutor? Ou que a fazenda tenha se transformado em fábrica? Ou que os seus auxiliares tenham passado a assessores ou a técnicos? A realidade subjacente não se altera, nas áreas a que ficou confinada. O fenômeno do coronelismo persiste, até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proprietários mal chega a distinguir-se da miséria. O desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre para a continuação do ***"Coronel"****, arvorado em protetor ou defensor natural de um homem sem direitos ".*

Se atualmente o ***"coronel"***, na acepção da palavra, não mais existe, o mesmo não podemos dizer, no que se refere à cultura correspondente a este período.

Observando a estrutura agrária, um dos fatores que deram origem a este fenômeno, notamos que este não se alterou muito, ao longo do tempo.

É neste universo rural predominantemente composto de pequenos proprietários, com dificuldades diversas para subsistirem, não encontrando apoio real nos planos governamentais para se desenvolverem, que esta cultura ainda resiste, apoiada pelas inalteradas relações sociais e de produção.

Soma-se a isto a dependência da população, dada sua condição de miséria, aos chefes políticos, versão moderna dos coronéis, como observa Barbosa Lima Sobrinho.

Em S. S. do Umbuzeiro, uma única facção partidária governou durante cerca de 30 anos consecutivos, o que não eqüivale a dizer que foi o partido com suas propostas e engajamento da população num plano de administração, mas isto se deveu, fundamentalmente, ao papel do chefe político apadrinhando ou perseguindo, para garantir o poder.

Neste contexto de dominação, dois aspectos são marcantes: a figura do chefe, a conseqüente subserviência e o individualismo, fatores que se reproduzem em todas as instâncias de convívio na sociedade, até o grupo familiar.

Na família, o patriarcalismo é incontestável. O homem é o chefe que tudo determina. Se ocorre, em algum momento, socializar a discussão de algum problema, ainda assim a palavra final é a sua.

O chefe político, além de ser incontestável em suas ações no município, é o intérprete das notícias e dos acontecimentos nacionais, cabendo a ele dar o veredicto final do que é aconselhável ou não para a população.

Neste universo de dependência, o sindicato tinha duas opções a seguir: permanecer sob a orientação deste, ou constituir-se em porta-voz da categoria e até da população, na cobrança de direitos existentes, desconhecidos e negados.

Mesmo tendo em seus momentos iniciais a participação dos políticos tradicionais em seu processo de fundação, o sindicato definiu-se pela segunda opção.

É portanto no exercício da cobrança destes direitos, da assistência médica aos direitos trabalhistas, que o sindicato imprimiu sua característica. Foi uma atitude de suma importância, pois nesta luta estava implícito o resgate da própria cidadania, traduzindo-se no direito de falar, de tomar posição, de exprimir um pensamento diferente daquele em voga, há tanto tempo inquestionável.

O sindicato cumpriu este papel, na medida em que, sem apoiar-se em nenhuma corrente política tradicional ou chefe patriacal, teve a coragem de falar, de questionar este sistema de dependência e apadrinhamento. Enfim, o sindicato evidenciou as contradições existentes, trazendo consigo a noção de ***"direitos"*** a um contexto, onde tudo se compreendia pela ótica do ***"favor"***.

É por esta razão que encontrou tantas dificuldades em desenvolver-se, ser aceito no município, pois questionava uma cultura e não um chefe em particular em benefício de outro.

Esta cultura não é patrimônio exclusivo de um determinado setor social, como grandes proprietários, comerciantes ou pessoas de melhores condições econômicas, mas de toda a população, fato pelo qual o Sindicato encontrou resistência entre os próprios trabalhadores rurais, comprovando que as idéias dominantes de uma determinada época são as idéias da classe dominante.

O sindicato ao tratar de interesses imediatos como aposentadorias, distribuição de alimentos, em épocas de seca, projetos comunitários, etc., registrou um expressivo aumento em seu quadro de sócios, porém notou-se o esvaziamento, quando tomou a posição de acionar na justiça os grandes proprietários rurais.

Esta situação foi conseqüência evidente das campanhas de desmobilização, mas é também observável que encontrou receptividade por parte dos trabalhadores e

da população, alguns por solidariedade ao seus chefes diante das relações pessoais que mantinham, outros - aexemplo dos pequenos proprietários - por sentirem-se ameaçados com a idéia de perderem as suas terras.

Um fator muito importante e a merecer ainda um tratamento especial, diz respeito à força transformadora do imaginário popular, que ajude os oprimidos a acreditarem ainda na construção de um projeto alternativo de sociedade.

Diante disto, é dificílimo falar-se de democracia, de direitos, enfim, de se trabalhar a questão ideológica competindo com paliativos imediatos que mantêm o ciclo vicioso da pobreza-dependência.

Neste contexto a maioria da população procura extrair de qualquer situação algum lucro, seja econômico ou de qualquer outra natureza. Não raro, inclusive, é pensando em vantagens imediatas, em troca de conveniências, em venda de votos e outras *"maracutaias"*, que chegam até mesmo a procurar o sindicato ou outro tipo de associação.

Um fato importante no processo de luta do sindicato que deve ser observado, é a ausência total de apoio e solidariedade no próprio município, o que demonstra o poder hegemônico da classe política sobre a população.

Em momento algum se registrou significativa manifestação de apoio ao movimento, seja de pessoas, lideranças políticas, etc., à exceção do padre redentorista, Frederico te Lintelo que, contrariando os próprios fiéis, coloca-se ao lado das ações promovidas pelo sindicato.

Portanto, este apoio não poder ser entendido como da Igreja, mas da pessoa do vigário.

Vemos, dessa forma, o sindicato estruturar seu trabalho unicamente com o apoio de instituições extra-municipais: Igreja Católica (CNBB), CENTRU, UFPB, AMAS, CARITAS, Instituições internacionais, SUDENE, etc.. Disso resulta que, por exemplo, no momento em que estas instituições encerram suas atividades relacionadas

com o município, foi inevitável o desencadeamento de um período de crise, ocasionando sua quase total desarticulação.

Retomando o trabalho em 1994, ainda é notória a resistência da maioria da população em relação ao Sindicato. Seu papel ainda é entendido como de patrocinar assistência médica e principalmente respaldar o processo de aposentadoria, de forma que outras atividades que necessitem organização e mobilização, não são facilmente aceitas.

Nestas duas décadas de atuação no município e região, muito se tem por analisar e aprofundar, reconhecer os erros e louvar os acertos, para que um dia se possa ver este contexto se não completamente mudado, pelo menos acenando com práticas voltadas para uma perspectiva de mudança.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. João Pessoa:Editora Universitária da UFPB, 1978.

BATISTA FILHO, Malaquias. Nutrição, Alimentação e Agricultura no Nordeste Brasileiro. Subsídios para uma Política de Extensão Rural. Brasília: FAO, 1987.

Cadernos Dívida Externa, nº 5 - Enquanto houver Dívida Externa, haverá fome - 2º Edição - 1994.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991 - Resultados do Universo Relativos às Características da População e dos Domicílios - nº 13 Paraíba - IBGE.

CENSOS ECONÔMICOS DE 1985 - Censo Agropecuário - nº 13, Paraíba - IBGE

Entrevistas com lideranças sindicais de base, sindicalistas e trabalhadores sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro.

GALINDO, O., AMORIM, R. & PESSOA, D. Política Fundiária no Nordeste, Caminhos e Descaminhos. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

GARCIA, Carlos. O Que é Nordeste Brasileiro. São Paulo:Brasiliense, 1986 (Coleção Primeiros Passos).

Jornal O Correio da Paraíba, João Pessoa, 11.07.93 e 24.07.96.

LEAL, Víctor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto, 2a. ed., São Paulo:Alfa-Omega, 1975.

LUCAS, José. S.O.S., Homem do Campo. Rio de Janeiro:Kairós, 1984.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis:Vozes, 1981.

NOVAES, Regina Reyes. Nordeste, Estado e Sindicalismo: o PAPP em Questão. Rio de Janeiro: CEDI, 1994.

Os Pequenos Possuirão a Terra - São Paulo:CESE-CONIC, Agosto de 1996.

Pesquisa no acervo documental do Sindicato dos Trabalhadores Rurias de São Sebastião do Umbuzeiro: Livro de Atas, Fichas de Associados, Correspondências recebidas e expedidas, etc.

Pesquisa no acervo documental do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU - Relatórios de atividades, Atas de assembléias, etc.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - Culturas Temporárias e Permanentes - 1993 Vol. 20 - Paraíba nº 13 -IBGE.

Revista Veja - 24.12.93.

RIETVELD, Pe. João Jorge. A Terra da Mulher que Rezava. Fragmentos dos 100 anos de História de São João do Tigre - Paraíba. 1895-1995

SEIXAS, Wilson. O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)

SILVA, Marlene Maria da. Sertão Norte: Área do Sistema Gado -Algodão - SUDENE - Coord. Plan. Regional, 1982.